

Relatório de Cidadania



Os Jovens e os Direitos Humanos

Rede de
Observatórios
de Direitos
Humanos

Projeto Rede de Observatórios de Direitos Humanos

Comitê Diretivo: *Dr. Walter Franco, Coordenador do Sistema das Nações Unidas e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD; Prof. Dr. Ignacy Sachs, Diretor Honorário do Centro de Pesquisa sobre o Brasil Contemporâneo, CRBC, Paris; Malak Poppovic, Assessora Especial do Conselho do Comunidade Solidária e Prof. Dr. Paulo Sérgio Pinheiro, Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência NEV- CEPID/FAPESP/USP.*

Coordenação do Projeto: *NEV - CEPID/FAPESP/USP, e parceria com o Instituto Sou da Paz.*

Organizações participantes: *Grupo Arco; Associação Chico Mendes; Grupo de Jovens do Jardim Jacira, Itapeperica da Serra, União dos Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis (UNAS) e Comissão Teotônio Vilela.*

Grupo Executivo: *Fernando Salla (coordenador), Andrei Koerner, Luciana Guimarães e Marcelo Daher.*

Monitores: *André Zanetic, Camila de Vilhena Bemergui, Silvia Nigri.*

Colaboradores de pesquisa e divulgação: *Marcos Toffoli, Raquel Uyeda, Rosana Martins e Sérgio Andrade.*

Jovens Observadores: *Ana Paula Jardim, Cléia Barbosa Vargas, Daniela Sabino, Luciana Estela Silva, Marcileide Maria da Silva, Marli da Silva, Priscila Inácio, Roberto Camargo dos Santos, Rogério Nascimento Campos, Rui da Costa Machado, Valteir Santos Pereira, Viviane Nascimento.*

Ao Exmo. Sr. Dr. José Gregori, Ministro da Justiça.

Ao Exmo. Sr. Embaixador Gilberto Sabóia, Secretário de Estado dos Direitos Humanos.

A Dra. Anna Samico, chefe de Gabinete do Ministério da Justiça e a Carmelina dos Santos Rosa, Coordenadora Geral de Cooperação com Organismos Internacionais da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

A José Carlos Libânio, Maria Celina Berardinelli Arraes, Carlo Jacobucci, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, PNUD.

A Christoph Ernst, da Organização Internacional do Trabalho.

Ao prof. Dr. Sérgio Adorno, Coordenador, e a Dra. Nancy Cardia, Coordenadora de pesquisa, NEV-CEPID/FAPESP/USP.

Aos coordenadores do Instituto Sou da Paz, Denis Mizne e José Marcelo Zacchi.

A Teresa Lobo, Coordenadora da UGP/Comunidade Solidária.

Às Associações que aceitaram participar do projeto e seus líderes, especialmente, José Aparecido Martins de Souza (Cido), Solange Agda da Cruz e Sidney Vinha.

Às Dras. Myres Maria Cavalcanti, diretora da Unidade Básica de Saúde do Jardim Jacira, e Maria Rosa L. Cardoso, ex-Secretária de Saúde de Itapeçerica da Serra.

A Tatiana Amendola Didion, Fernando Faria e Sérgia Santos, do *staff* do Núcleo de Estudos da Violência.

A Fernanda Fernandes de Oliveira e Lúcia Nader, do Instituto Sou da Paz.

A Antenor Vaz e Gabriela Goulart, que colaboraram com a produção do LUPA.

Aos pesquisadores Anna Luíza Salles Souto, Débora Alves Maciel, Eduardo Noronha, Flávia Schilling, Helena Abramo, Helena Singer, Luciana Mendonça, Luís Antônio Francisco de Sousa, Maurícia Érnica, que se dispuseram a debater com os jovens nas diversas fases do projeto.

Apresentação

Introdução Geral

Primeira Parte.

<i>Os jovens e os direitos humanos</i> _____	13
<i>JARDIM ÂNGELA - A violência e o direito à segurança</i> _____	15
<i>CAPÃO REDONDO - Direito à Cultura e ao Lazer e política cultural</i> _____	37
<i>JARDIM JACIRA – Itapecerica da Serra - Direito ao trabalho e desemprego</i> _____	57
<i>HELIÓPOLIS - Direito à educação e qualidade de ensino</i> _____	77
<i>Tabelas</i> _____	98

Segunda Parte.

<i>Rede de Observatórios de Direitos Humanos. A Implementação do Projeto-Piloto</i> _____	101
---	-----

Introdução à Segunda Parte

<i>O que são os Observatórios de Direitos Humanos</i> _____	104
<i>Sobre o Citizens' Report</i> _____	105
<i>Por que os Jovens?</i> _____	108
<i>As Opções de Implementação do Projeto</i> _____	109
<i>Propostas para as reuniões dos grupos de jovens</i> _____	114
<i>Descrição do processo</i> _____	118
<i>Resultados do piloto e dificuldades</i> _____	123
<i>Balanço das informações obtidas e perspectivas</i> _____	126
<i>As lições do piloto e a proposta de continuidade</i> _____	130
<i>Referências e Fontes</i> _____	131
<i>Bibliografia</i> _____	133

Em mais de meio século após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com a sucessão de tratados e convenções que foram fortalecendo a proteção dos direitos, foi ficando cada vez mais clara a relevância do papel da sociedade civil. Ainda que caiba aos Estados papel crucial no reconhecimento desses direitos, a sua implementação depende em grande medida do envolvimento e da participação das organizações da sociedade civil.

Os Observatórios de Direitos Humanos se inspiram nessa faculdade que a sociedade civil tem de interpelar o Estado para a realização efetiva dos direitos humanos. Para se ir além dos dados e estatísticas que apontam silenciosamente as violações de direitos e a precariedade das condições de vida em que se encontram milhares de pessoas era necessário fazer com que as vozes dos cidadãos fossem ouvidas. Não apenas como ilustração ou exemplo, mas como parte integrante do processo de participação dos cidadãos na busca pelo efetivo exercício dos direitos. Os Observatórios se constituem um espaço que permite transformar as populações de figurantes em protagonistas da mudança.

A perspectiva é de constituição de uma rede de Observatórios que, juntamente com as organizações da sociedade civil, realizem o monitoramento dos direitos humanos no país.

Deve ser dito que a inspiração fundamental para os Observatórios veio do professor Ignacy Sachs, diretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris. Com sua enorme experiência em desenvolvimento e meio ambiente, desde o início Sachs insistiu na necessidade de agregar sempre nas avaliações da situação dos direitos humanos as visões e as vozes dos cidadãos. Aos Observatórios, Sachs somou ainda a proposta dos Relatórios de Cidadania, inspirados naqueles que há mais de uma década foram preparados na Índia sobre o meio ambiente. Se há um pai fundador dos Observatórios, esse é Ignacy Sachs.

A opção fundamental que veio em seguida foi concentrar o primeiro módulo desse projeto de geometria variável na observação dos direitos dos jovens. Quem propôs e nos convenceu a fazer essa opção foi Malak Poppovic, Assessora Especial do Conselho do Programa Comunidade Solidária e, anteriormente, durante sete anos pesquisadora sênior do Núcleo de Estudos da Violência.

Feitas as escolhas fundamentais cabia encontrar apoios. A Alta Comissária de Direitos Humanos, Mary Robinson, viu imediatamente as possibilidades de replicação dos observatórios e foi quem abriu o caminho para a sua sustentabilidade. O próximo passo foi apresentar a proposta ao sistema das Nações Unidas no Brasil e a acolhida foi bastante positiva, por parte de Walter Franco, Representante Residente da ONU, no Brasil. Todas as agências, especialmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, que assegurou financiamento para o projeto, contribuíram através de seus programas no Brasil para a definição do projeto.

Para o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, hoje NEV/CEPID/FAPESP/USP, na realização desse projeto, foi importante poder contar com a parceria do Instituto Sou da Paz, com enorme vantagem de ser animado por jovens universitários, capazes de mediar a interlocução com os jovens das comunidades identificadas. O projeto deixou claro quantas avenidas existem para um envolvimento mais generoso e solidário dos universitários com a promoção dos direitos humanos na sociedade.

Nada teria sido possível sem o convênio realizado com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, SEDH, do Ministério da Justiça, que garantiu os recursos fundamentais para o desenvolvimento do projeto. Foi decisiva a confiança que depositaram no projeto e em seus objetivos, José Gregori, agora Ministro da Justiça, graças a seu longo e consistente trabalho pelos direitos humanos e de Anna Samico, Chefe de Gabinete do Ministro, que também colaborou para a definição do próprio projeto. Contamos também com o apoio do Embaixador Gilberto Sabóia, Secretário de Estado de Direitos Humanos, e de Carmelina dos Santos Rosa que traduziu o apoio em sustentabilidade.

Somente o percurso de todos esses meses, desde maio de 2000, tem um enorme significado pela oportunidade que todos os envolvidos com esse projeto tiveram de ir além do conhecimento intelectual dos direitos humanos. Pois, graças a uma sucessão de ensaios e erros ao longo do projeto fomos capazes de conhecer com muito mais amplitude o cotidiano da vida dos jovens. O Relatório de Cidadania traz a experiência desses jovens que foram capazes de ver, interpretar, avaliar, compreender melhor do que qualquer observador externo a privação de direitos que assola as comunidades na periferia de São Paulo.

Esse Relatório de Cidadania é também o melhor testemunho que poderia haver para demonstrar que nesse longo percurso os jovens provaram ser capazes de não só expressar suas necessidades mas ainda de interpelar os responsáveis pela promoção e proteção dos direitos humanos.

Afinal, o que conta mesmo é nos perguntarmos se todo esse esforço de tantos e de tantas organizações conseguiu trazer para a vida dos jovens e de suas comunidades algo capaz de aumentar a sua consciência, a sua independência pessoal e a sua capacidade de articular outros jovens para a promoção dos direitos humanos. É esse o teste que temos de fazer a cada momento da implantação dos Observatórios, que esperamos estender para o Brasil e outros países da América do Sul. Tentando contribuir para fortalecer a capacidade da sociedade civil de exigir a realização dos direitos humanos, contribuindo para sua implementação, alargando um horizonte possível e concreto de esperança.

Paulo Sérgio Pinheiro
Fernando Salla

O Relatório de Cidadania é um dos resultados do Projeto Observatório de Direitos Humanos, que foi desenvolvido como experiência piloto em São Paulo, ao longo do ano 2000. O projeto foi coordenado pelo Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo e implementado em parceria com o Instituto Sou da Paz. Contou com recursos da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O projeto envolveu três grupos de jovens da região Sul da cidade de São Paulo e um de Itapeverica da Serra. Os quatro grupos atuaram como observadores da situação dos direitos humanos nas suas comunidades. Cada grupo, debatendo com outros jovens em suas comunidades, escolheu um direito que considerava mais importante para esse trabalho de observação e passou a levantar informações locais sobre o seu efetivo exercício.

Para esse levantamento os jovens observadores desenvolveram diversas atividades como entrevistas e encontros, que foram acompanhadas por monitores. Ao longo do projeto, as informações levantadas pelos grupos de jovens foram registradas e sistematizadas por eles e seus monitores em relatórios parciais para sua consolidação futura no Relatório de Cidadania.

As atividades do projeto foram orientadas por um Grupo Executivo (GE), integrado por pesquisadores do Núcleo de Estudos da Violência da USP e membros do Instituto Sou da Paz. Esse grupo foi o responsável pelo acompanhamento e avaliação do andamento das atividades desenvolvidas pelos grupos de jovens e seus monitores e pela formulação de propostas de superação das dificuldades surgidas.

O Relatório é resultado de um trabalho coletivo, envolvendo textos e informações produzidas por todos os integrantes do projeto: os grupos de jovens, os monitores e os membros do Grupo Executivo. O Relatório é dividido

em duas partes principais: a primeira, centrada nas informações e impressões elaboradas pelos grupos de jovens observadores e a segunda, que descreve e analisa o desenvolvimento do projeto e o processo de trabalho.

A primeira parte foi elaborada a partir dos textos escritos pelos grupos de jovens. Ao longo do projeto, cada grupo não apenas recolheu e analisou informações, como também descreveu o seu processo de trabalho. Os relatos foram sistematizados pelos monitores com a participação direta dos grupos e o texto final foi debatido e aprimorado pelo Grupo Executivo.

Complementando o texto de cada grupo, temos quadros que contêm breves perfis dos jovens observadores, resumos de indicadores sócio-econômicos dos distritos onde se localizam as comunidades observadas e comentários de especialistas nos temas abordados, que participaram de reuniões com os jovens durante a elaboração dos textos do Relatório.

A segunda parte contém a descrição e análise do processo, pelo Grupo Executivo, sobre as diversas etapas do trabalho do projeto do Observatório. São descritas as idéias que inspiraram e fundamentaram o projeto, as opções e o planejamento da implementação, e o processo de trabalho. Contém ainda uma breve avaliação dos resultados alcançados e das perspectivas para a continuidade do projeto.

Assim como todo o projeto, a elaboração desse relatório foi uma tentativa de se contemplar e organizar uma série de pontos de vista e vozes sobre a situação dos direitos humanos. O relatório é fruto do diálogo entre jovens, membros de organizações da sociedade civil, pesquisadores de instituições acadêmicas e agentes estatais, que o projeto se propõe a desenvolver e incentivar.

O projeto-piloto de São Paulo é o primeiro passo para a constituição de uma rede de Observatórios de Direitos Humanos. Da mesma forma, ao apresentar o resultado do exercício do diálogo entre diversos atores envolvidos no projeto, o presente Relatório procura contribuir para a ampliação do debate sobre a situação de privação de direitos vivida por muitos brasileiros, jovens ou não, e para a descoberta de caminhos e práticas para a sua superação.



Os jovens e os direitos humanos

A violência e o direito à segurança

O distrito do Jardim Ângela faz parte da Região Administrativa Municipal do Campo Limpo, juntamente com Capão Redondo, Campo Limpo, Vila Andrade e Jardim São Luiz, ocupando uma área de 3740 ha. É o maior distrito da Região, e apresentava uma população de aproximadamente 260.000 habitantes em 2000.

Os indicadores sócio-econômicos do distrito se aproximam das mais baixas médias da cidade, apontando deficiências nos equipamentos públicos disponíveis e configurando um amplo quadro de privação de direitos.

Grande parte do seu território se encontra dentro da área de mananciais, com quase 16% dos moradores vivendo em favelas em 1996. Devido à ocupação em áreas de proteção ambiental, boa parte dos loteamentos são considerados irregulares pelo poder público, dificultando investimentos em melhorias da sua infra-estrutura urbana.

A população é predominantemente jovem, pois, em 1996, mais de 40% dos moradores tinham até 18 anos e apenas 0,86%, mais de 70 anos. Esses dados contrastavam radicalmente com os dos distritos de classes média e alta da cidade, como o Jd. Paulista, que apresentava uma população idosa bem mais significativa (10,04%) e apenas 17,96% de moradores com menos de 18 anos.

A renda média mensal da população do Jardim Ângela é bastante reduzida, concentrando-se nas faixas de menor rendimento: em 1997, quase 45% dos moradores tinham rendimentos abaixo de 2,5 salários mínimos e somente 8% tinham renda acima dos 15 salários mínimos. Apesar de o indicador não diferir muito da média da cidade, é bastante distante da distribuição de bairros como Moema, onde apenas 8% dos moradores tinham rendimentos tão baixos e 53% tinham rendimentos superiores a 15 salários mínimos.

O Jd. Ângela apresentou a maior taxa de homicídios em toda a cidade no ano de 1999, com 274 vítimas, o que representou um índice de 116,23 homicídios por 100.000 habitantes. Esse índice é quase duas vezes superior à média da cidade (66,89) e vinte oito vezes a média de Moema, que é considerada a menor da cidade (4,11).

A Estrada do M'Boi Mirim é a principal via de ligação e acesso à região, concentrando grande parte do comércio e dos meios de transporte coletivo. Fora desse eixo, existem muitas ruas de terra ou em estado bastante precário, afetando o sistema de transportes e de coleta de lixo.

Em toda a Região Administrativa do Campo Limpo funcionam apenas um hospital (Hospital do Campo Limpo) e sete unidades de saúde. O hospital atende aproximadamente 1 milhão de pessoas. Em 1998, a proporção de leitos hospitalares por habitantes era de 0,6 leitos para cada 1000 moradores, índice extremamente baixo, muito inferior a média da cidade (3,48/1000), ao recomendado pela OMS (4,5/1000) e quase 100 vezes menor que o da região do Jardim Paulista (59,95/1000).

O grau de escolaridade média é também bastante baixo, com aproximadamente 10% dos moradores "sem instrução", 80% com "até o 1º grau completo", 9,4% com o ensino médio completo e apenas 0,6% com o curso superior completo, segundo dados do levantamento populacional de 1996.

Excetuando os parques Ecológico do Guarapiranga e do Jardim Herculano e seis campos de futebol, em toda a região praticamente inexistem equipamentos públicos de cultura e lazer: não há bibliotecas públicas, museus, teatros, centros culturais ou desportivos. Normalmente, os próprios jovens de cada bairro se organizam e realizam eventos conhecidos como bailões e shows de rua.

Este trabalho centrou-se em três bairros vizinhos, localizados no sudoeste do distrito do Jardim Ângela, zona Sul de São Paulo: Chácara Bandeirantes, onde se localiza a Associação Arco, Jardim Vera Cruz e Jardim Horizonte Azul. A oeste destes bairros, está o município de Itapeverica da Serra, e a leste a represa do Guarapiranga. Os bairros estão dentro da área dos mananciais que abastecem a represa.

O **Jardim Horizonte Azul** é um bairro com aproximadamente oito mil habitantes. Sua ocupação é nova, praticamente residencial, e com muito poucos espaços comerciais ou públicos. O pouco investimento que há é, na maioria das vezes, trazido pelos próprios moradores que abrem pequenos mercados.

O saneamento básico e a limpeza urbana são problemas muito graves, pois o bairro está localizado em uma área de mananciais. Muitas moradias ocupam áreas de preservação, e poluem o meio ambiente - a maioria delas é considerada ilegal e não é atendida por qualquer rede de saneamento. Além disso, o Horizonte Azul está na fronteira entre os municípios de São Paulo e Itapeverica da Serra, e a coleta de lixo, que é de responsabilidade das prefeituras, muitas vezes não é feita por nenhuma das duas, pois nenhuma delas reconhece o bairro como parte do seu município.

É um bairro considerado perigoso, pois alguns homicídios acontecem com uma frequência bastante preocupante. Grupos de roubo de carros atuam livremente no bairro, desmanchando veículos trazidos do centro da cidade e preocupam também os moradores.

Há jovens que participam de encontros na igreja, grupos de capoeira e de dança, por exemplo, mas a maioria não participa de quase nenhuma atividade cultural ou de lazer no bairro, (quase não há lugar para isso), muitos ficam “espalhados”, procuram se distrair longe de lá ou se fecham em seus próprios lares.

O **Jardim Vera Cruz** conta com mais ou menos dez mil habitantes. O bairro cresceu muito nos últimos dez anos.

Há cerca de dez anos atrás havia apenas uma mercearia, e atualmente existem pelo menos seis mercadinhos; duas padarias e três farmácias. Com o crescimento do bairro, a população passou a ter acesso ao transporte coletivo, que é feito por uma linha mantida por uma cooperativa de motoristas e cobradores. Graças a ela, atualmente não é preciso se sacrificar como anteriormente, quando era preciso caminhar pelo menos trinta minutos até a estrada do M'Boi Mirim para pegar qualquer condução.

Há apenas uma escola estadual, o Amélia Kerr de Nogueira, que comporta mais ou menos três mil alunos. Em 2000, o colégio abriu o curso do segundo ano do Ensino Médio e até o final de 2001 deverá implantar todo o Ensino

Médio, para poder atender aos jovens do bairro, que até pouco tempo atrás estudavam longe dali, e para cursarem esse nível precisavam tomar condução.

Também funciona no bairro o Instituto Cardeal Rossi que acolhe crianças e adolescentes infratores, dando a eles uma melhor condição de vida, oferecendo-lhes cursos profissionalizantes (como marcenaria, jardinagem, e informática), cursos de alfabetização e supletivo, para que eles possam um dia levar uma vida “legal”. Esses cursos do Instituto também são oferecidos para os jovens da comunidade. Ao longo do trabalho pudemos ter um contato direto com o Instituto e com alguns jovens que o freqüentam.

Existem também algumas igrejas evangélicas e uma igreja católica que estão sempre atuando com a comunidade e procurando conscientizar a juventude contra a Violência, problema que também atinge o bairro.

A **Chácara Bandeirante** é o menor dos três bairros, nela moram aproximadamente duzentas famílias. O “Bandeirante”, como é conhecido, é tão pouco urbanizado que lembra mais uma pequena cidade do interior: entre as casas existem alguns sítios e uma fazenda, que produzem leite e ração para animais.

Quase não há iluminação nas ruas e algumas áreas não têm acesso à rede elétrica. As ruas são de terra e apesar de estarmos na beira da represa, praticamente não há água encanada devido ao racionamento constante que ocorre na região. Normalmente as pessoas usam água de poço, o que, dependendo da época do ano, dá menos de uma caixa de água por dia. Como no Horizonte Azul, no Bandeirante a coleta de lixo é incompleta, pois os garis que recolhem o lixo dos bairros vizinhos dizem que não são pagos para recolher o lixo da chácara, porque não faz mais parte do município São Paulo.

Entre as duzentas famílias, muitos dos moradores são jovens e adolescentes, sendo que mais da metade deles trabalha e não estuda. Não há escolas, nem transporte público, as pessoas tomam conduções nos bairros vizinhos: Jd. Aracati e Jd. Vera Cruz. Também não há praticamente nenhum comércio a não ser pequenos bares que funcionam na entrada de casas.

A **Associação Arco** é uma das poucas áreas de convivência do bairro, ela consiste em uma creche e centro de juventude que atendem aproximadamente cem famílias da comunidade. A Arco acompanha crianças e adolescentes de até quatorze anos, proporcionando-lhes atividades culturais, de lazer e educativas. No bairro, não há outros lugares para os jovens e adolescentes praticarem essas atividades, apenas a Arco, que mesmo fazendo alguns eventos, normalmente não consegue atingir um número muito grande de pessoas, por falta de espaço e condições financeiras.

Nos últimos dois anos a creche desenvolveu em parceria com o CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisa em Educação Comunitária), um trabalho para difusão e implantação de coleta seletiva do lixo na comunidade. Nosso grupo participou diretamente dessas atividades divulgando a importância da coleta e auxiliando na separação do material reciclável. Infelizmente não foi possível conscientizar toda a comunidade, mas, mesmo após o término da parceria, o trabalho continua na creche e algumas famílias mais envolvidas colaboram e ajudam a limpar nossas ruas e a salvar nossa represa.

A experiência com o projeto de meio ambiente foi muito importante para o trabalho no Observatório de Direitos Humanos. Apesar de não trabalhar diretamente com a Declaração dos Direitos Humanos, ao se discutir o problema do meio ambiente tratávamos de um problema da comunidade, e das necessidades básicas dos habitantes. Assim, quando as discussões de preparação do trabalho começaram, viu-se que os dois trabalhos tinham muitos pontos em comum.

Os direitos humanos tratam de uma série de assuntos que fazem parte das preocupações do dia-a-dia da comunidade como: educação, saúde, ou trabalho. Como foi proposto, nós optamos por trabalhar concentradamente um tema de maior interesse na nossa comunidade. Para definir esse tema e a maneira de se trabalhar, resolvemos fazer uma pesquisa com os jovens da comunidade. Como veremos nos resultados da pesquisa, o problema mais lembrado pela maioria dos entrevistados foi o da violência.

Assim, nesse período de trabalho, discutimos e descrevemos como se dá o problema da violência entre os jovens da comunidade, procurando entender algumas de suas causas e conseqüências, ouvindo opiniões de diferentes moradores e recolhendo casos de jovens envolvidos em situações violentas, procurando também pensar em algumas soluções para o futuro.

II – Como trabalhamos?

A primeira questão que orientou o trabalho foi como chegar mais próximo dos jovens da comunidade. Como determinar e depois desenvolver a observação sobre um tema mais restrito, envolvendo o maior número possível de jovens, captando suas opiniões e despertando seu interesse sobre esse tema?

Na Associação Arco tem-se muito mais crianças que jovens participando das atividades cotidianas. Para atingirmos a comunidade, no projeto sobre meio ambiente, foi desenvolvida uma parceria com a escola, e todo o trabalho foi feito a partir de uma pesquisa feita na comunidade logo no princípio do trabalho. Com o Observatório de Direitos Humanos não foi diferente, para iniciar as atividades foi desenvolvido e aplicado um questionário que buscava compreender melhor quais eram os interesses e as preocupações da maioria dos jovens.

O questionário se dividia em duas partes: a primeira continha questões específicas, tais como nome, idade, local onde trabalha ou estuda, que podiam ou não ser respondidas, e que seriam destacadas para servir de apoio como um cadastro dos jovens entrevistados. A segunda, mais longa, perguntava sobre o conhecimento dos jovens sobre os direitos humanos, o envolvimento com atividades culturais e de lazer e quais eram suas principais preocupações no bairro.

Em duas semanas foram feitas cerca de cem entrevistas com jovens dentro e fora da escola, em casa e na rua. Não foi difícil conversar com a maioria dos jovens, e muitos se mostraram interessados em responder às perguntas. Antes de começar a perguntar era explicado o sentido da entrevista e do trabalho. As respostas de cada questão foram tabuladas de acordo com os itens que foram mais freqüentes.

Como dito na introdução, a pesquisa determinou a violência como foco

do trabalho. Tínhamos um foco, mas logo nas primeiras discussões percebemos que a violência seria um tema muito amplo, de modo que, para trabalharmos precisaríamos definir melhor que tipo de violência trataríamos.

A proposta era convidar os entrevistados e formar um grupo de jovens na associação. Esse encontro foi planejado e divulgado para diferentes datas, e apesar de os jovens terem se mostrado dispostos a participar, foram poucos os que apareceram nas datas marcadas. Para justificar a ausência, alguns se diziam desinteressados, perguntavam se o encontro iria servir para trazer alguma solução, alguma novidade, outros alegavam dificuldades de acesso, ou até medo pelo clima de tensão e violência no bairro em um dos dias marcados.

Percebeu-se que seria bastante complicado formar um grupo de jovens e ao mesmo tempo dar conta de observar e descrever os problemas da violência na comunidade. Assim, optou-se por buscar outras formas de contato com os jovens, seja recolhendo depoimentos em entrevistas individuais, seja organizando debates em grupos já formados, que se reunissem por outros motivos, e que pudessem eventualmente abrir espaço para nós.

Nesse sentido, procuramos recolher depoimentos sobre casos que tivessem ocorrido na comunidade e que fossem considerados violentos. Em uma semana foram descritos vários casos, alguns inclusive envolvendo diretamente integrantes do nosso grupo. Foi adotado ao longo de todo o trabalho, o relato de casos colhidos a partir de depoimentos individuais. Cada caso traz muitos exemplos de direitos que não são respeitados, e mostra bem como se convive com o problema da violência no dia-a-dia da comunidade.

Levando-se em conta os primeiros casos que discutimos, determinamos nossos possíveis focos no tema da violência em três tipos de casos que apareceram com mais ênfase: os homicídios, a violência policial e a violência contra a mulher.

O homicídio foi o primeiro tema abordado. Procurou-se conversar com familiares de vítimas ou testemunhas de crimes que ocorreram nos três bairros. Apesar de serem muitos os casos, foi muito difícil aprofundar a pesquisa, pois por mais que se garantisse o anonimato, eram poucas as pessoas dispostas a falar abertamente. Buscamos também informações em relatórios e estatísticas sobre o tema.

A discussão sobre os desdobramentos dos casos de homicídio acabou trazendo a questão da atuação da polícia. Dessa vez tivemos mais facilidade em regis-

Viviane Nascimento *jovem observadora*

Viviane tem 18 anos e é paulistana. Seus pais são de Minas Gerais, vieram para São Paulo há mais de vinte anos e se conheceram aqui. Sua mãe veio com quatro irmãos e a avó. Ela completou o ensino fundamental e fez um curso de enfermagem, que não concluiu, mas que lhe permitiu trabalhar na área de enfermagem. Trabalhou também como empregada doméstica, mas não pode continuar na ocupação, pois sua última gravidez foi de risco. Recentemente ela retomou suas atividades de enfermagem, prestando serviços na Associação Comunitária Monte Azul. Seu pai não completou o ensino fundamental e sempre trabalhou como eletricista. Atualmente ele trabalha na Faculdade OSEC e presta serviços como autônomo.

Sua família sempre morou na região do Jardim Ângela e, há nove anos, mudaram-se para o Jardim Horizonte Azul, onde decidiram comprar um terreno porque lá morava um parente de sua mãe.

Viviane tem dois irmãos, um de 23 anos, que mora e estuda na Alemanha desde 1999, e outro que tem 3 anos.

Atualmente, ela cursa a terceira série do ensino médio. Já trabalhou remuneradamente como agente multiplicadora ambiental no CENPEC, como atendente em uma locadora de vídeo, como auxiliar de escritório de um advogado, como babá e como entregadora de folhetos em semáforos da cidade. Hoje em dia, tanto ela como seus pais trabalham e todos colaboram no sustento da casa. Mas Viviane teve que sustentar a casa sozinha por quatro meses, quando seu pai esteve internado ao mesmo tempo que sua mãe estava desempregada.

Viviane não acha muito perigoso andar acompanhada pelo bairro. Mas, como o lugar tem muito mato e construções não acabadas, sempre fica atenta e olhando para os lados quando está sozinha.

Ela não gosta dos bailes de finais de semana no seu bairro. Ultimamente há shows abertos nos finais de semana, onde bandas locais tocam pagode e hip-hop, basicamente. Ela adora cinema e teatro, mas só faz esses programas, quando gosta do filme ou quando alguém fala de alguma peça.

Viviane pensa em prestar o vestibular para psicologia, mas incentivada pela mãe, quer antes arrumar um emprego e fazer um curso de enfermagem. Diz que, depois de estar trabalhando vai tentar entrar na faculdade.

trar depoimentos e a opinião de jovens que tinham sido vítimas de ações violentas e arbitrárias da polícia. Além disso, também foi possível entrevistar policiais e observar o ponto de vista de cada um sobre os jovens. Em geral, os policiais também foram acessíveis, houve apenas um policial que se irritou com o trabalho e não permitiu que sua fala fosse registrada, mesmo assim, falou por muito tempo .

Foi possível recolher mais informações sobre o assunto: visitamos uma base da Polícia Comunitária. Lemos alguns relatórios como o da Ouvidoria de Polícia, que tem inúmeros casos de violência policial descritos e detalhados. E, finalmente, visitamos a Ouvidoria e entrevistamos o próprio Ouvidor de Polícia, que naquele momento era o Sr. Benedito Domingos Mariano.

Nesse período, houve também a oportunidade de entrar em contato com grupos de jovens já estabelecidos tal como se pretendia. Um encontro foi realizado com o grupo religioso SI.R.AC (Somos Irmãos Reunidos no Amor de Cristo), que faz reuniões semanais na Paróquia Nossa Senhora de Aparecida, no Jardim Horizonte Azul. Foi estabelecido um importante contato com o Instituto Cardeal Rossi, que abriu um espaço semanal em duas turmas de jovens frequentadores dos cursos do Instituto, permitindo que, por cerca de três meses, aprofundássemos o debate sobre a violência (principalmente a policial) com um grupo de cerca de trinta jovens. Os encontros foram o primeiro contato dos jovens com a Declaração dos Direitos Humanos. Além dos debates, passamos o documentário “Notícias de uma Guerra Particular” de João Moreira Sales, o filme ajudou na discussão, e possibilitou que muitos descrevessem suas próprias experiências no conflito com a polícia.

Na questão da violência contra a mulher, recolhemos também alguns depoimentos sobre casos ocorridos no bairro. Obter esses depoimentos, por mais constrangedores que fossem, não foi tão difícil, pois muitas das vítimas eram conhecidas do nosso grupo (que é composto por três mulheres) e relatavam com detalhes as violações que sofreram. Para expandirmos a observação foi elaborado um questionário a ser feito apenas com as mulheres, tratando principalmente de violência doméstica. Apesar de a maioria das mulheres aceitar responder, apenas as entrevistadas conhecidas do grupo admitiram ter sofrido violência e responderam mais abertamente às perguntas.

III - O problema da violência.

Como foi dito, discutir os direitos humanos envolve uma série de questões sobre muitos aspectos da vida da comunidade. O questionário que fizemos para determinar o foco do trabalho, revelou com clareza a violência como tema principal, mas deixou em aberto a maneira como abordá-lo.

Um dos temas principais que inicialmente pretendíamos abordar era o acesso e o interesse dos jovens por atividades de Cultura e Lazer. Isso porque, além de ser parte da discussão sobre os direitos humanos, tinha-se como um dos objetivos a formação de um grupo de jovens que se reunisse frequentemente para debater as questões observadas, e uma das propostas para isso, era realizar encontros com atividades que interessassem os jovens, propondo eventualmente atividades culturais e de lazer.

A maioria dos entrevistados mostrou ter pouco acesso ao lazer e à cultura, além de estar interessada em participar de atividades dessa natureza, e disposta a colaborar com as discussões que se pretendia fazer. Entretanto, como foi dito, só posteriormente, após algumas tentativas percebeu-se a dificuldade de realizar esses encontros.

A violência apareceu em destaque como a principal preocupação dos entrevistados. A própria discussão inicial sobre a carência de espaços para lazer e cultura, sempre que lembrada, estava ligada à hipótese de que essa carência contribuía com o aumento da violência na comunidade.

1) Homicídios

São diversas as formas e os contextos em que a violência afeta a vida dos jovens, mas o que mais preocupa é que quando se fala de violência fatal, é quase certo que estejam envolvidos, como vítimas ou como culpados, jovens homens com idades entre 14 e 25 anos.

A violência fatal é uma preocupação contínua do cotidiano dos moradores dos três bairros: os casos são bastante comentados entre as pessoas e, principalmente, é tema constante na televisão e nos jornais. Esse assunto ganha sempre muito destaque quando trata-se da região Sul da cidade de São Paulo, pois as estatísticas apresentadas apontam a região do Jardim Ângela como uma das mais violentas da cidade.

O alto índice de homicídios deixa os moradores assustados a ponto de não saírem durante a noite para não correr risco de ter que andar de madrugada pela rua. Já houve casos de criminosos fazerem o que chamam de "Hora Alerta", dias em que os moradores tem hora marcada para entrar em suas casas, pois nas ruas serão feitos acertos violentos.

Pode-se dizer que os crimes ocorrem por época: em certos períodos morrem até doze pessoas por mês só no bairro do Jardim Horizonte Azul, logo em seguida, passam-se meses com pouquíssimos casos. É como se iniciasse uma guerra, parasse, e depois começasse de novo. Normalmente, a maior parte das mortes ocorre nos fins de semana e nos feriados; épocas de festas de rua, como as festas juninas também são marcadas por muitas mortes. Na maior parte do tempo, quando há um equilíbrio de forças entre os grupos, acontecem casos mais isolados, ligados a brigas individuais, ou envolvendo "justiceiros".

Os justiceiros são pessoas muito conhecidas nos três bairros (cada um tem os seus), que "fazem jus-

Marly da Silva e Marcileide Maria da Silva *jovens observadoras*

Marly e Marcileide são irmãs. Ambas são paulistanas, Marly tem 20 e Marcileide 24 anos.

Seus pais vieram de Pernambuco há 20 anos e, durante 15 anos, moraram no bairro Kagohara, também no Jardim Ângela. Eles compraram um lote de terra no bairro, mas não puderam ocupá-lo, pois descobriram que ele não pertencia à pessoa que lhes vendeu. Seu pai conseguiu outro lote na Chácara Bandeirantes, onde levaram quatro anos para construir sua casa e onde já moram há cinco anos. A Chácara Bandeirantes é um bairro que cresce rapidamente, pois quando se mudaram para lá havia só umas três ou quatro casas construídas.

A mãe sempre foi dona de casa e o pai trabalhava como soldador até sofrer um derrame cerebral, que o levou a se aposentar. Marcileide e Marly têm quatro irmãos. Um trabalha, duas estão na faculdade e outra é casada e mora no mesmo terreno da família, em uma casa separada. Todos os que trabalham ajudam nas despesas da casa.

Os seus pais não participam de atividades da comunidade, enquanto ambas atuam na creche Arco, que atende crianças do bairro. Marly frequenta a igreja, onde participa do grupo de jovens e dá aulas de catecismo. Foi uma de suas irmãs quem influenciou Marly a participar das atividades religiosas, ela só foi batizada aos 11 anos de idade.

Marcileide já terminou o ensino médio e Marly cursa o primeiro ano do ensino médio em um colégio particular por um sistema de bolsas. O Colégio é muito bom, mas é muito distante de sua casa - ela leva cerca de duas horas e meia para chegar, sendo que, devido à insegurança, não pode voltar sozinha para casa, e precisa sempre combinar com um amigo para que a acompanhe. Fora da escola, Marly já fez cursos de computação na Força Sindical, de auxiliar de loja e de culinária na Colméia 9 de Julho.

Marly e Marcileide trabalharam como estagiárias por um ano no CENPEC, em um projeto sobre o meio ambiente, realizado no próprio bairro com a colaboração da Arco. Marcileide continua vinculada ao trabalho da coleta como voluntária. Marly já tinha tentado encontrar outros empregos mas não obteve sucesso.

Marly e Marcileide afirmam que, em geral, elas não têm medo de andar pelas ruas da Chácara Bandeirante, com exceção da "famosa curva da morte" porque trata-se de um lugar afastado, cercado de mato, nas costas do Cemitério Cerejeiras, onde aconteceram diversos crimes graves. Marcileide afirma que não tem medo do bairro onde mora, porque parece uma cidade do interior, onde todos se conhecem e os vizinhos mantêm relações bem tranquilas. Mas as pessoas da comunidade evitam circular e ficar sozinhas, devido ao temor da violência. Marly, por exemplo, costumava ir dormir na casa de uma vizinha que

ficava sozinha em casa à noite, quando o seu marido, que é guarda, trabalhava nesse horário.

Marly gosta de ler, assistir vídeos e de fazer programas com os amigos, como ouvir música, bater papo, assistir televisão e ir ao Parque do Ibirapuera (apesar da distância). Aos Sábados, Marly dá aulas de catequese e assiste a missa dos jovens. Aos domingos, vai novamente à missa pela manhã.

Marcileide gosta muito de sair à noite, mas não frequenta locais de lazer no bairro, pois os considera inadequados. Normalmente vai a bares e cinemas de outros bairros, como Interlagos.

Há algum tempo atrás, elas participavam, com outros jovens do bairro, das “festas dos amigos”, que aconteciam na garagem da creche Arco e duravam a noite toda. Os próprios jovens levavam o som, comida e bebidas. Porém, as festas deixaram de acontecer porque a direção atual da creche tem medo que ocorram brigas e invasões. Além dessas festas e da igreja, normalmente não há outros locais de encontro na chácara Bandeirante.

tiça com as próprias mãos”, geralmente em nome dos próprios moradores. Se, por exemplo, um morador é morto por outro e o motivo é considerado injusto pelos justiceiros, a família da vítima pode pedir vingança, que eles perseguem e matam o assassino. Se o crime é considerado muito grave não é preciso nem o pedido. Geralmente, eles acertam um prazo para execução, procuram cometer o crime na rua e não cobram pela execução. Algumas vezes o interessado paga as balas.

Os bairros do Jardim Horizonte Azul e do Jardim Vera Cruz são os que concentram o maior número de homicídios de moradores; na Chácara Bandeirante os homicídios são normalmente originados por conflitos e pessoas de fora do bairro, que aproveitam a falta de vigilância do lugar para executar e abandonar suas vítimas. No caso específico do Jardim Vera Cruz diz-se que houve um aumento significativo no número de crimes a partir 1996, quando ocorreu uma invasão de terras de uma área do bairro e surgiu uma grande favela.

Retomando a própria experiência de cada uma das integrantes do grupo percebemos que todas já presenciaram algum tipo de confronto violento entre outras pessoas nos arredores de suas casas. No caso de Viviane, por exemplo, já ocorreram assassinatos nas quatro ruas que formam o quarteirão da sua casa.

Muitos moradores atiram em plena rua sem hesitar, por menor que seja o conflito. De modo que não é incomum ocorrerem homicídios por motivações banais como pequenas discussões ou até acidentes.

Vejamos um relato:

“ Eu saí mais cedo da escola e resolvi não esperar meus irmãos chegarem no terminal Santo Amaro onde nos encontramos todos os dias, e vim embora com meu amigo.

Tinha chovido nessa semana e as ruas estavam pura lama, eu estava subindo a rua ouvindo música com meu amigo e de repente um rapaz parou na nossa frente perguntou as horas e depois disse que era um assalto. Atrás de nós vinham dois rapazes e um deles era policial só que não estava fardado. O assaltante barrou eles e fez nós quatro subirmos com eles até a entrada do terreno do cemitério com a arma apontada para minha cabeça.

Eu me lembro como se fosse hoje. Era num dia de pagamento (15 de dezembro) e o assaltante já tinha roubado outras quatro pessoas, ele pediu a carteira dos rapazes e disse que de mim não queria nada pois eu só estava com o material da escola. Quando os rapazes abriram a bolsa para tirar a carteira o assaltante percebeu que o policial estava armado e mandou ele jogar a bolsa no chão.

De repente, outros homens do bairro, que já sabiam da presença do assaltante no local, apareceram em um carro atirando na direção de assaltante, nem pensaram na gente, já foram atirando feito loucos. Na mesma hora, o assaltante revidou, e nós nos jogamos no chão e ficamos olhando o festival de balas passando por cima de nossas cabeças.

Graças a Deus ninguém se machucou, o ladrão não conseguiu levar o dinheiro do pessoal e fugiu. Nós estávamos cheios de lama e meu amigo estava verde de tanto medo, e descemos para casa. Os homens do bairro ainda ficaram na tocaia procurando o assaltante para matá-lo”

O fácil acesso a armas de fogo por toda a população (principalmente entre os jovens) parece contribuir para que situações como essa ocorram com grande frequência. Muitos moradores dos bairros circulam com as armas, de modo que não são raros os casos de pequenos conflitos que resultam em mortes acidentais. Alguns jovens se orgulham de estarem armados e facilmente fazem uso das armas para provar sua força.

Outro importante aspecto do caso é o fato de que é usual se resolver e punir crimes diretamente entre os envolvidos, sem qualquer intermédio da polícia ou justiça. Normalmente, os próprios moradores tomam a iniciativa de reagir ou encomendam a justiça aos justiceiros do local. Um outro caso ocorrido por volta de abril de 1999 no Jardim Horizonte Azul, que teve inclusive repercussão na imprensa é bastante revelador sobre essa característica.

“Um homem emprestava usualmente seu carro para seu vizinho jovem, até que um dia descobriu que ele utilizava o carro para assaltar e o proibiu de usá-lo. O vizinho, furioso para se vingar, raptou e assassinou o filho de um ano do proprietário do carro com um tiro na cabeça.

A família da vítima ficou abalada e chamou a polícia, a mãe entrou em estado de choque e o pai em estado depressivo, ambos se trancaram dentro de sua casa com medo de que o criminoso fizesse mal ao resto da família.

Menos de uma semana depois do crime, o homem e um outro que o ajudara foram cruelmente assassinados pelos chamados “justiceiros” do bairro, que comovidos com o assassinato do menino, além de espancar, queimaram, torturaram e finalmente mataram os assassinos.

Quase 24 horas depois desse segundo assassinato, a polícia chegou. Os policiais foram audaciosos o bastante para dizer que o que tinha acontecido com os cadáveres tinha sido pouco, e que se fossem eles que tivessem encontrado primeiro o assassino teriam feito pior.”

Como dissemos, quando ocorrem casos que abalam muito a comunidade como casos de estupro, ou que envolvem crianças tal como este, mesmo que não seja pedido pela família da vítima, quase sempre os justiceiros se dispõem imediatamente a punir o criminoso, em alguns casos outros moradores também se juntam, perseguem e lincham o criminoso até a morte.

Pouco se espera da justiça e da polícia para resolução desses problemas. É muito raro ver a polícia atuando nos três bairros, pois a delegacia de polícia mais próxima é o 100º Distrito Policial, que fica cerca de uma e hora trinta minutos distante dos bairros. A polícia praticamente só aparece depois que ocorreu algum caso de homicídio, ou atrás de um carro roubado mais valioso trazido para o bairro. Caso contrário, é raro ver um carro de polícia fazendo ronda. Geralmente, em casos como essa morte do assassino da criança, os policiais apóiam a atitude dos moradores e nem sequer falam em investigação.

Vamos a mais um caso:

“Logo no começo do ano 2000 mataram um homem perto da Arco. Ele estava conversando com alguns amigos na rua, quando, de repente, chegaram alguns homens armados para matar um dos rapazes da roda que era irmão da vítima. As pessoas que estavam na rua, correram quando viram os homens armados chegarem. Infelizmente ele não correu e acabou levando um tiro no peito e morreu na hora.

Ele era casado, tinha cinco filhos e era padrasto de mais dois. O homem morreu em frente a casa de sua irmã, que é quase vizinha da sua. Sua mulher não teve coragem de sair a rua, o corpo ficou no local até o meio da noite, porque as pessoas da Arco telefonavam para a polícia sem parar.

Alguns dias depois do enterro a polícia procurou a mulher da vítima e fez algumas perguntas. Segundo ela, os policiais queriam que ela somente confirmasse suas idéias sobre o crime. Mas ela não sabia de nenhum envolvimento do marido com o crime e não confirmou nada, depois disso o caso foi arquivado. As pessoas dizem que ele “morreu de laranja”, pois morreu sem saber nada, por engano.

Hoje ela cria os sete filhos com ajuda de parentes e amigos, recebe uma ajuda mensal do programa SOS criança de 105,00 reais.”

São muito poucos os homicídios ocorridos na comunidade que são esclarecidos e punidos. As próprias famílias das vítimas acabam por não procurar esclarecer o crime por terem medo de vingança, ou por terem sido desrespeitadas pela própria polícia.

Não é raro que ocorra, como no caso acima, a polícia aparecer uma ou outra vez e querer provar de imediato que a vítima morreu por participar de algum outro crime. Insinua-se, ainda na cena do crime, que os mortos eram criminosos e morreram por isso e diz-se coisas do tipo: “Se morreu é por que devia, era mesmo um marginal.” A família mal acaba de perder a pessoa e logo se vê tendo que responder sobre acusações de crimes que a vítima teria cometido. Um dos policiais militares entrevistados quando discutíamos a violência policial, confirmou essa postura dizendo que, na sua opinião, é quase certeza que, se o sujeito foi assassinado nesses bairros da periferia, “é porque roubava, matava, usava drogas, ou fez alguma coisa muito errada.”

Ocorre freqüentemente que mesmo que se saiba claramente quem são os assassinos, ninguém se dispõe a testemunhar. Há casos em que, assim que chega a polícia, os próprios assassinos voltam ao próprio local do crime e ficam junto aos moradores para intimidar as testemunhas e garantir que ninguém fale nada.

Diferentemente do caso acima, em que o corpo só foi recolhido pela pressão feita pela associação, é raro também que policiais apareçam para recolher o corpo no próprio dia da morte. Normalmente a vítima permanece pelo menos um dia inteiro abandonada no local e, se o crime acontece durante um feriado, (o que é muito comum), os investigadores só aparecem no início da semana. Assim, quase todos moradores dos três bairros já cruzaram com corpos de vítimas no seu caminho de casa.

Um caso trágico ocorrido durante o trabalho reúne em uma seqüência, os três tipos de violência que observamos. Um jovem que participou de um linchamento deu o seguinte depoimento:

“O homem havia estuprado uma senhora de idade e em seguida matou-a com uma facada. A população ficou revoltada porque do jeito que fez com ela ele podia fazer com minha própria mãe. Antes disso ele tinha pagado, puxando o revólver pra cima de mim. Ele tinha acabado de sair da prisão, e pensava que era o capeta.

Dois dias depois do assassinato ele apareceu na área de novo, e nós fomos atrás dos caras pra matar ele, só que quando nós voltamos ele já tinha saído fora.

Passaram-se três meses e ele voltou com mais dois caras, eu estava na frente da casa de um amigo meu, e nós vimos ele passando com os caras, ele estava diferente (em traços físicos) e nós o reconhecemos. Eu e o meu amigo fomos atrás dos caras de novo. Dessa vez nós demos sorte e quando voltamos encontramos ele dentro de um bar, só que os caras que tinham ido na frente não conheciam ele e passaram direto pelo bar. Na hora que eu tava passando eu vi ele no bar. Aí eu consegui avisar os caras que ele estava lá dentro. Na hora que nós voltamos, que passamos em frente do bar, ele percebeu a movimentação e veio caminhando em nossa direção. Como só tinha um cara armado, nós continuamos andando como se não tivesse acontecido nada. Aí, nós achamos melhor esperar os outros caras que estavam armados. Nesse momento ele estava dentro de um barraco e nós ficamos olhando para ver se ele não saía até os outros caras chegarem.

Quando os outros três caras chegaram nós invadimos o barraco, o senhor que morava no barraco falou que eles não estavam lá, disse que havia visto eles correrem para o mato. Nós ficamos dez minutos procurando dentro do mato até que resolvemos ir embora, um dos caras que estava com a gente resolveu olhar dentro do barraco foi quando viu os dois caras e o estuprador estavam em baixo da cama.

Esse cara já chegou logo dando uma coronhada nele - o estuprador e os amigos dele estavam bêbados, e já nessa coronhada ele não teve reação nenhuma. Eu vinha entrando logo depois e falei que era ele mesmo o cara, e começamos a espancá-lo, os outros dois também apanharam bastante. Nós íamos matar ele dentro do barraco, só que o senhor que morava lá pedia, pelo amor de Deus, para não matarmos ele lá dentro, e um de nossos amigos concordou (a família estava toda dentro de casa e havia muita crianças dentro de casa).

Então decidimos arrastá-lo pra rua, - nesse momento eu não pensava mais a não ser em ver aquele desgraçado morto - eu olhei para o lado e vi uma sacolinha e usei ela como luva. Eu comecei a arrastar ele de baixo da cama, e quando fui arrastando, a calça dele abaixou e ele acabou ficando pelado. Aí continuamos a bater de novo só que agora no pênis dele. Na hora que tiramos ele do barraco um cachorro avançou no saco dele - eu gostando daquilo fiquei atíçando e o cachorro deu várias mordidas. Colocamos ele na rua e o arrastamos pelado no asfalto.

Nesse momento, um de meus companheiros vinha trazendo os outros dois amigos dele para matá-los, só que os outros dois não tinham nada a ver, aí era aquela velha história do lugar errado na hora errada com a pessoa errada - eu avisei para meu amigo que os dois não tinham nada a ver com a história que podiam deixar eles sair fora.

Eu continuei arrastando o safado, outro amigo meu veio e atirou na cabeça dele, o tiro acertou no olho, esbugalhou os olhos dele e acabou melando as minhas pernas toda de sangue. Aquilo me deu mais raiva. Decidimos não matá-lo no meio da rua, levamos ele um pouco mais a frente e demos mais algumas pancadas

(ele ainda estava vivo). Acabamos dando 9 tiros de 38 e uma 9mm, montamos nas motos e voltamos para o ponto final do ônibus. Aí eu resolvi vir embora para não dar guela.”

Ainda complementando o caso, segundo alguns moradores, a primeira vítima tinha sido assassinada e estuprada em sua casa. Entre seus familiares, a revolta aumentou, quando a polícia chegou no local do crime, e foi logo insinuando que a vítima devia ter feito alguma besteira para morrer daquele jeito, que devia ser traficante ou pior. A filha da vítima, que estava no local não agüentou e começou a brigar com os policiais, foi preciso segurá-la pois um dos policiais ameaçou prendê-la por desacato à autoridade. Outros moradores, que testemunharam a chegada da polícia na segunda morte, comentaram que os policiais que foram recolher o corpo do estuprador, disseram que o que tinha acontecido era pouco, para o mal que ele causava, e que se dependesse deles (policiais) o castigo deveria ter sido pior.

Neste relato temos uma seqüência de homicídios, o primeiro fazendo parte de um caso gravíssimo de violência contra uma mulher, sendo sucedido pela chegada de policiais desrespeitosos, e meses depois por um linchamento resultando na segunda morte.

Como se vê em outros casos aqui relatados, seja de estupro, como de homicídios, aos olhos da polícia as vítimas muitas vezes se transformam em culpados. Além disso, a atuação dos policiais, que deveria buscar acalmar a vítima num momento de dificuldade e violência, na verdade só ajuda a agravar a situação.

Como o crime envolvia o estupro de uma mulher mais velha e chocou muitos moradores, (como no caso que envolvia a criança), o entrevistado chamou alguns justiceiros, e com outros amigos, lincharam e assassinaram o criminoso. O assassinato do estuprador já era esperado, e foi conhecido por todos, inclusive pela polícia que, como a maioria dos moradores, apóia a conduta violenta.

Todas essas situações reforçam a presença da violência no cotidiano da comunidade, gerando um grande medo nas pessoas, consolidando a descrença na justiça para resolver esses casos.

O Fórum em Defesa da Vida, sediado na Paróquia Santos Mártires, é talvez o espaço mais próximo dos bairros onde se discutem medidas para garantir uma maior atenção aos homicídios e um melhor atendimento a famílias das vítimas. O Fórum reúne associações de moradores, grupos religiosos, e vem mobilizando e conscientizando moradores sobre o problema da violência, exercendo pressão importante para uma melhoria no policiamento dessa região da cidade.

2) Violência Policial

Geralmente, quando se discute o aumento da violência e da insegurança, uma das propostas é aumentar e reforçar a polícia. A polícia é de fato fundamental para se diminuir a violência - como vimos, a ausência constante de policiais contribui com a sensação de medo na comunidade. Entretanto, nos depoimentos de jovens que sofreram violência não foram poucos os que afirmaram ter sofrido violência cometida por policiais. Os casos são tantos que a maioria dos jovens afirma ter muito medo da polícia.

Como foi dito, a delegacia fica distante dos três bairros observados e é muito raro ver policiais circulando em um dia em que nada de grave tenha ocorrido. Os únicos policiais que estão sempre presentes na comunidade são os quatro policiais militares que se revezam na segurança da escola localizada no Jardim Vera Cruz. Atualmente, esse número caiu para dois.

Quase todos os jovens entrevistados afirmaram que a primeira reação que têm ao ver policiais é de “se preparar para o pior” e tentar evitar qualquer aproximação, mesmo que tenham sofrido alguma violência e que precisem de socorro policial.

Nos depoimentos recolhidos, muitos disseram ter sido discriminados por policiais. Segundo os jovens, ao iniciar uma abordagem a polícia quase sempre ameaça usar de violência física, ou incriminá-los. Não é raro que sejam revistados sem qualquer explicação, que sejam agredidos verbalmente e até fisicamente.

É nos bloqueios policiais onde os jovens da comunidade mais encontram os policiais: é muito comum em meio às grandes avenidas que levam para nossos bairros, serem parados pela polícia, ameaçados e violentamente revistados. Vejamos o depoimento de um jovem:

“Eu estava vindo de uma choperia que fica na Avenida Santo Amaro às 2:00 da manhã a pé, quando de repente, apareceu um carro da Rota com 4 policiais armados que me pararam no meio da rua. Eles desceram do carro já me xingando e me empurrando contra o carro, perguntando onde estava o meu documento. Eu tentava dizer que estava no bolso mas eles me mandavam calar a “porra” da boca.

Sem sentido eles começaram a me bater sem parar com as armas, com cassetetes, e com os pés e mãos também. Levei vários chutes no abdômen e vários tapas no rosto.

Eu pedia pelo amor de Deus para que eles parassem mas não adiantou eles continuaram me batendo e me xingando pois sou negro: segundo eles, os pretos tem mais é que apanhar mesmo.

Depois de muita porrada, coronhadas e chutes e xingos eles disseram que estavam cansados e que era para eu sair correndo sem nem mesmo olhar para trás.

Saí todo sangrando e cheio de hematomas sem nem agüentar andar direito saí correndo e vim para casa. Foi horrível, hoje em dia tenho nojo e vontade de matar cada um deles.”

Outro jovem relatou a seguinte experiência:

“Eu estava andando de moto e um amigo de infância envolvido em crimes e usuário de drogas, me pediu uma carona e eu estava com muita pressa mas em nome de uma amizade muito antiga ele subiu na moto e eu fui levá-lo onde ele pedia. Na hora, não me ocorreu que alguém podia me parar por causa dele, mas, a uma certa altura do caminho, uma viatura da PM se aproximou e pediu que encostássemos a moto.

Na hora não me ocorreu que estivesse fazendo nada de errado. Os policiais pediram a documentação da moto e começaram a revistar minha mochila, onde estavam as roupas do meu filho, enquanto isso meu amigo já estava tomando uns tapas da polícia, mesmo constatando que não havia nada de errado. Eu disse pra ele que na bolsa só tinham roupas e apanhei também, tomei um tapa no rosto e um empurrão e eles começaram a me revistar de uma maneira mais bruta. Depois de constatar que não havia nada de errado conosco eles me mandaram embora dizendo pra que eu não andasse mais em más companhias e não deixaram eu conti-

nuar dando carona para meu amigo. Dias depois eu encontrei meu amigo e ele me disse que havia apanhado um pouco mais. Mas estava acostumado.”

Nos dois casos relatados, os jovens não tinham oferecido nenhuma resistência ao trabalho dos policiais e estavam dispostos a colaborar, mesmo assim, foram agredidos fisicamente. Os policiais se limitaram a revistá-los e em seguida mandaram que seguissem caminho. No primeiro caso, a vítima foi também discriminada por sua cor e origem social, no segundo, o amigo do entrevistado foi detido e agredido por mais tempo por ter tido envolvimento anteriores com práticas infracionais.

Esse tipo de violência policial já chegou a ser muito comentada no caso da Favela Naval, ocorrido também na grande São Paulo, onde um grupo de Policiais Militares foi filmado espancando diversos moradores que se dirigiam a suas casas, tendo inclusive assassinado um deles. Pela repercussão que as imagens causaram, o caso foi apurado e os policiais estão sendo julgados.

Mesmo com a repercussão do crime na Favela Naval, na maioria das vezes os casos não têm visibilidade ou são omitidos, como nos casos aqui relatados. Apesar de muitos moradores testemunharem agressões diariamente, tudo passa despercebido, não sendo denunciado sequer pelas vítimas. Por maior que tenha sido a revolta de todas as vítimas entrevistadas, nenhuma delas cogitou denunciar as agressões ou procurar a Justiça. O primeiro entrevistado afirmou ter nojo e vontade de matar seus agressores, e, no segundo depoimento, o colega do entrevistado já estaria “acostumado” com isso.

Como constatamos na primeira pesquisa e noutros depoimentos, a grande maioria dos jovens desconhece seus direitos e não sabe como cobrar a apuração dos casos. São poucos os que têm coragem de ir até a própria Polícia denunciar outros policiais, muitos temem vingança e não acreditam na eficácia da justiça. Vejamos mais um relato:

“Nosso grupo foi gravar um CD em Jabaquara, ficamos gravando e, como passou da meia-noite, não havia ônibus. Encontramos um posto de gasolina fechado e pedimos para ali ficar até o dia amanhecer. Ai, às 3:00h da manhã nós dormimos e alguns ficaram acordados. Na faixa de umas 4h30min da manhã acordamos com chutes, porradas, apanhamos dos policiais por uns 20 minutos. Havia algumas meninas, que também apanharam. Eles começaram a nos xingar de tudo que foi nome, até que o guarda do posto pediu, pelo amor de Deus, para eles pararem (eles estavam prontos para matar todo mundo).

Depois disso os policiais pediram desculpas e começaram a conversar com a gente para nós não denunciarmos. Eles acenderam o farol de milha para não vermos o carro. E disseram que nós não tínhamos explicado antes o que estávamos fazendo ali (mas eles não deram oportunidade). Ficamos todos marcados e as meninas também. Os 4 policiais eram do GOE.”

Nesse caso, os policiais invadiram o local onde dormiam os jovens, e, logo depois de agredi-los, adiantaram-se e convenceram-nos a não denunciar nada. Antes disso, eles já haviam usado o farol para não serem identificados. Os policiais muitas vezes sabem que correm o risco de serem flagrados, então preparam sua ação para impedir qualquer reação dos moradores.

Quando a polícia conduz buscas nos bairros, muitas vezes perseguindo quadrilhas, essas ações ocorrem sem qualquer cuidado para não ferir moradores que lá se encontrem. Muitas pessoas são pegadas de surpresa, fogem e, confundidas com criminosos, são agredidas; ou, como no caso relatado por um jovem frequentador do Instituto Cardeal Rossi, correm risco de serem feridas por balas perdidas:

“Quando, um dia, eu saí de casa para passear com minha irmã nos braços, a polícia estava em perseguição e deu um tiro, pegou do meu lado na parede. Por Deus não pegou em mim nem na minha irmã”.

Ainda no Instituto Cardeal Rossi ao debater o documentário “Notícias de uma Guerra Particular” de João Moreira Salles, muitos jovens afirmaram que já tinham visto conflitos parecidos com os do filme. Mas apontaram diferenças entre o Rio de Janeiro (local onde foi feito o filme) e São Paulo, pois para eles, no Rio as favelas são mais apertadas, e os riscos de se ferir são maiores que em São Paulo, além do fato de a polícia aparecer mais raramente nas favelas de São Paulo.

Policiais

Para termos uma visão mais completa do problema da violência policial ouvimos também policiais e dois guardas civis metropolitanos que se encontravam nos bairros. A maioria dos policiais criticou os jovens de maneira geral, afirmou que quase todos são criminosos e muito perigosos, e que era muito difícil e arriscado trabalhar na escola.

Por incrível que pareça, os policiais militares que trabalham na escola foram os que mais demonstraram temer aos jovens. Um entrevistado, em especial, ficou muito agitado com a entrevista e com o sentido do trabalho do Observatório. Irritado, ele disse que não poderíamos anotar ou gravar nada, mas falou por mais de três horas conosco. Para ele, todo e qualquer jovem tem formação e vocação para o crime. Disse também que não confiava em nós, pois não nos conhecia. E que nós poderíamos não gostar dele também, pois deveríamos ter amigos na comunidade, que seriam bandidos ou traficantes.

O policial listou vários crimes que envolviam jovens, principalmente com menos de dezoito anos para justificar seu ponto de vista de que são muito perigosos, e para defender que todos fossem mandados diretamente para cadeia, e não para a FEBEM. Disse também que já teria ocorrido de dois rapazes irem ao colégio com a intenção de matá-lo.

Durante a entrevista falamos também sobre o Instituto Cardeal Rossi e, novamente, sua reação foi de desaprovação: disse que o Instituto era um “acobertador de bandidos” e deixou clara sua revolta contra a medida de liberdade assistida do Estatuto da Criança e do Adolescente. Na expressão dele, criminosos deveriam “apodrecer” na cadeia, sem direito a nada, nem a outra chance.

Outros policiais que trabalhavam na escola também disseram que consideravam humilhante ter que tratar bem os jovens e adolescentes, principalmente quando eles cometem crimes, por menores que sejam. E que na Febem todos são bem tratados demais.

Ao falar sobre outras funções que exerceram na Polícia Militar, os policiais deram a entender que sua transferência para a escola devia-se a uma espécie

Contra o Isolamento

Flávia Schilling

Um relatório de Direitos Humanos precisa ter como característica essencial a provocação ao leitor, isto é, ao concluir sua leitura, o leitor sente-se provocado para agir. Esta característica está presente no relatório elaborado pelos jovens. Este nos provoca, nos instiga. Percebe-se que a falta de acesso à informação sobre o que são os direitos humanos ainda é muito grande. Permito-me lembrar as definições que trabalham a pobreza em sua característica de falta de acesso (à renda, à saúde, à informação, à justiça, etc.) e da necessidade que se coloca de garantir formas de acesso, por exemplo, à informação. Juntamente com o trabalho de acesso à informação e sua apropriação na comunidade que os jovens envolvidos no trabalho do Observatório estão desenvolvendo é preciso lutar pela criação de lugares que possam permitir um real acesso à justiça. Está muito bem retratada no relatório esta conflitualidade difusa que permeia o cotidiano das relações de vizinhança e fica patente a necessidade de trabalhar com as noções de justiça subjacentes e suas relações com a justiça “formal”.

Precisamos urgentemente de uma grande e total transformação da polícia, do inquérito policial. Precisamos de uma polícia investigativa, pois nós temos um sistema brutalmente injusto na sua forma de processo penal por jogar nas costas do cidadão comum o peso do esclarecimento do crime: é, desta forma uma justiça que só irá funcionar se houver uma confissão, o que pressupõe tortura; ou uma testemunha, o que muitas vezes implica em abandonar toda a vida construída naquela comunidade, fugir, se proteger.

É extremamente perverso deixar a responsabilidade pelo fim da impunidade nesse eixo confissão e testemunha, é a polícia que tem a obrigação de investigar, precisa contar com os meios para tanto, é preciso fazer valer o mandato constitucional da responsabilidade do Ministério Público pelo controle externo da polícia..

É interessante como os jovens relatam que a maior parte dos homicídios resultam daquilo que chamamos de conflitos “banais”, conflitos entre vizinhos, por exemplo, que terminam tendo um desfecho fatal por não terem sido mediados em outras instâncias. Isto reflete as condições de vida de uma população que não tem o seu direito social, o seu direito econômico, o seu direito ambiental, enfim, os seus direitos humanos garantidos, que vivem em permanente tensão e acabam por resolver os seus conflitos de forma violenta (uma das formas possíveis de resolução de conflitos).

Creio que o relatório reflete muito bem os impasses que cercam o tema da violência, a dificuldade que temos em falar sobre o tema, o medo, a morte. Temas tabus. Indo além da separação analítica produzida (homicídios, violência policial e violência sexual), chamamos a atenção para o fato de que o acontecimento violento impacta e fere como onda que se expande toda a família, a vizinhança, a comunidade. Nos constrói como subjetividades atemorizadas, constrói o isolamento, quebra os laços. Contra isto é preciso lutar e o caminho percorrido pelos jovens é o certo, o da organização, o da fala, o da criação de discursos que se oponham ao silenciamento violento da violência.

Flávia Schilling - Coordenadora do CRAVI – Centro de Referência de Apoio à Vítima

de punição determinada por seus superiores e que isso era considerado uma decadência na carreira dentro da corporação. É preocupante que exatamente os policiais designados para atender e assegurar tranquilidade à escola, um espaço repleto de adolescentes e jovens, tenham essa postura e que defendam abertamente o desrespeito aos direitos humanos desses jovens. É também muito grave que se punam policiais incompetentes, colocando-os na função de policiar escolas em comunidades tidas como violentas. Dessa forma, o clima de medo entre os jovens dentro da escola chega a ser maior do que fora dela.

Um sargento que integra a Base de Policiamento Comunitário do Jardim Ângela, que fica fora dos bairros observados, mas atende algumas ocorrências nos mesmos, deu uma visão totalmente diferente da relação entre os jovens e a polícia. Ele reconheceu que há policiais sem capacidade para o trabalho e que alguns realmente cometem crimes. Afirmou também que é fundamental que a polícia descubra uma maneira mais direta de abordar os jovens, sem o uso da força, e que é muito ruim que se tenha medo dos policiais. A base comunitária em que ele trabalha faz parte de um programa desenvolvido na Polícia Militar exatamente para reforçar e melhorar a relação dos policiais com a comunidade.

O programa parece ser uma alternativa de solução. Entretanto, segundo alguns entrevistados, ele não dispõe da estrutura necessária para atuar na própria região próxima à base, faltam policiais e viaturas, e ele é praticamente desconhecido nas comunidades que observamos (onde, como dissemos, raramente há policiais). Mais bem estruturados e mais espalhados por bairros não policiados pode ocorrer uma aproximação maior entre a polícia e os jovens.

Os relatórios feitos pela *Human Rights Watch*, e principalmente pela Ouvidoria de Polícia de São Paulo, listam crimes cometidos pela polícia. Muitos são os casos de maus tratos, tortura e até morte, alguns deles ocorridos nas proximidades dos bairros observados. O maior problema é que, mesmo os casos tendo sido denunciados, expostos nos relatórios, e levados até a Justiça, muito poucos policiais foram punidos.

Além de ler o relatório, visitamos a sede da Ouvidoria de Polícia e entrevistamos o ouvidor. A

Ouvidoria é uma iniciativa muito positiva para que se denunciem e apurem os crimes cometidos pela polícia, principalmente porque sua equipe trabalha de forma independente do comando da Polícia, e porque garante o anonimato do denunciante. Além disso, é importante para as pessoas mais pobres, como é o caso da maioria dos jovens agredidos pela polícia, pois sem esse serviço, é impossível para eles terem conhecimento das possibilidades de denunciar e de mover processos contra policiais criminosos.

Novamente um grande problema é que a existência da Ouvidoria não é muito divulgada, (nenhum jovem com quem conversamos conhecia), e sua sede fica distante em quase duas horas do Jardim Ângela. É necessário aumentar a estrutura e informar mais os jovens sobre esse canal importante para defesa de seus direitos.

3) Violência contra a Mulher

A mulher, apesar de não ser a principal vítima da ação da polícia e de ser menos atingida nos casos de homicídios é também vítima de graves violações de direitos humanos em nossos bairros. Logo que foi iniciada a coleta de depoimentos vieram à tona os casos de violência doméstica e de estupro. Durante o próprio trabalho, foi necessário desmarcar um encontro de jovens que ocorreria na Arco, pois uma das possíveis participantes fora violentada na Chácara Bandeirante e o clima na região era muito tenso.

Diferentemente dos casos de homicídio, os casos de violência contra a mulher não são muito comentados pela imprensa. Os casos de estupro têm alguma repercussão na comunidade. Mas mesmo assim, são poucas as vezes em que a mulher denuncia formalmente a violência que sofreu. A situação é mais acobertada quando a violência ocorre dentro de casa: raramente o fato chega ao conhecimento da comunidade, apenas as pessoas mais próximas da vítima ficam sabendo.

Violência Sexual

Os estupros ocorrem geralmente em locais ermos, próximos às áreas mais desabitadas. O maior número de casos recolhidos por nós ocorreu na Chácara Bandeirante, provavelmente porque suas ruas praticamente não têm iluminação, e, muitas vezes, são cercadas por um mato bastante alto.

Vejamos um depoimento:

“Uma amiga estava voltando da escola pela rua 4 da Chácara Bandeirante, quando um rapaz que vinha na sua frente, parou e mostrando uma arma na mão mandou-a acompanhá-lo. Ele a apertou pela cintura de modo que, enquanto andavam, ela sentia a pressão da arma, e levou-a até um pé de eucalipto. No caminho, fez várias perguntas: aonde ela morava, se estudava, porque não estava com a camiseta da escola, citou o nome de dois rapazes e perguntou se ela os conhecia. Ela, apesar de nervosa e assustada, respondia tudo errado pois tinha medo que ele a perseguisse.

Ao chegar na árvore ele mandou que ela tirasse a roupa de baixo e deitasse no chão, se despiu e em seguida violentou-a. Ela disse que sentiu como se a estivessem rasgando por dentro. Ele não

Ele encostou a boca, mas arranhou seu rosto e machucou a vagina. Depois do estupro ele disse que ela tinha sido muito legal e ela teve vontade de matá-lo. Ele se vestiu e mandou que ela fizesse o mesmo, e que não contasse para ninguém o que tinha ocorrido.

Ela cruzou no caminho de volta três amigos que a levaram até em casa. Chegando lá, sua mãe, seu irmão e sua cunhada a levaram para um Hospital e para a delegacia onde fez exame de corpo delito e um Boletim de Ocorrência. Dias depois ela se afastou do bairro para ficar longe das críticas e perguntas que vinha sofrendo – muitas pessoas duvidam que tenha ocorrido estupro, e a responsabilizam pois ela seria bonita e estava trajando roupas muito decotadas. A família da vítima se revoltou com o caso e espera que o estupro seja punido.”

O local onde ocorreu esse estupro, próximo ao pé de eucalipto, já foi palco de outros graves crimes na Chácara Bandeirante, um deles envolvendo três mulheres que foram violentadas e mortas ali. Esses crimes são tão assustadores que muitas mulheres têm muito medo de circular desacompanhadas pelas ruas do bairro, principalmente durante a noite.

A vítima denunciou o crime, o que não ocorre frequentemente. Infelizmente, quando a denúncia se espalhou pela comunidade, ao invés de apoio, a vítima enfrentou o preconceito de outros moradores que a desqualificaram.

Outro ponto importante é que, mesmo tendo ido à delegacia, a família da vítima pouco esperava da polícia e da justiça na apuração e punição do crime. Alguns moradores do Bandeirante se reuniram logo após tomar conhecimento do crime, e pretendiam perseguir e executar o criminoso, - o que, como dissemos, em casos de estupro, é prática corrente nos três bairros.

Vamos a mais um caso:

“Isso aconteceu na noite de natal, quando eu estava vindo na direção da minha casa no Jardim Vera Cruz. Um homem encostou atrás de mim e me mandou andar sem falar nada. Fui andando, e ele me levou para o meio da favela que fica perto do Colégio Amélia Kerr Nogueira. Lá ele me jogou no chão e me violentou. Depois disso eu coloquei minha calça e sai desesperada. Ele queria que eu fosse com ele, mas eu sai na frente e desci por um lugar que eu conhecia na favela. Cheguei na rua e vi uma amiga que passava com o namorado, corri chorando na direção dela e pedi ajuda. Ela me deu uma blusa e seu namorado quis correr atrás do estupro, mas não deixamos.

Dois dias depois eu fui ao médico, que depois de me examinar me mandou fazer exame de corpo delito na delegacia. Ao chegar na delegacia, fui ridicularizada pelos policiais que me receberam. Eles insinuaram que eu tinha provocado e me beneficiado com o estupro. Fui embora da delegacia decidida a não mais voltar.”

Nesse relato, o crime ocorreu dentro da favela do Jardim Vera Cruz, um lugar normalmente muito mais movimentado que a Chácara Bandeirante, mas que estava vazio pois era noite de natal. A vítima demorou dois dias para procurar assistência médica, e só foi pela indicação do médico que procurou a polícia. A postura dos policiais foi absolutamente imprópria e só reforçou o descrédito que se tem com a própria polícia no que se refere a crimes envolvendo mulheres. As delegacias da mulher, que poderiam ser úteis em casos como esse, estão muito distantes da comunidade.

Conforme pudemos observar, são muitas as mulheres que têm medo de ser expostas ou até ridicularizadas ao denunciarem um caso de estupro, e a maioria não confia na polícia. Em quase todos os casos de estupro que se tornam conhecidos pela comunidade, os justiceiros e até outros moradores se prontificam a perseguir e matar o criminoso, fazendo-o abertamente e de maneira espontânea. A maioria dos moradores apóia esses tipo de ação, pois não acredita em outras alternativas para assegurar que crimes dessa natureza sejam coibidos e punidos.

Violência Domiciliar

Os casos de violência dentro de casa são ainda menos denunciados. Não foram muitas as mulheres que relataram sofrer violência doméstica, por mais que se saiba que é grande o número de vítimas na comunidade. Só foi possível ter uma melhor noção do problema quando realizou-se uma pesquisa com quarenta e duas moradoras dos três bairros. A maioria das mulheres, principalmente quando não conhecia as integrantes do grupo, se mostrou desconfortável ao responder perguntas desse tipo.

Vejamos algumas questões levantadas:

- 1) *Você já sofreu violência?*
Sim – 22
Não – 19
Não respondeu – 1

Mais da metade das entrevistadas reconheceram ter sofrido violência, o número de casos é bastante alto, principalmente se considerarmos que pudemos perceber que muitas entrevistadas responderam negativamente por estarem constrangidas.

- A) *Quem cometeu a violência?*
Marido - 5
Namorado - 5
Pais - 5
Padrastos – 3
Irmão – 2
Outros – 2

Os agressores se dividem em dois grupos principais, os parceiros (maridos e namorados) respondem por dez dos casos identificados, e os familiares (pais, padrasto e irmão) respondem por outros dez. Todos eles tem como contexto do ato violento a casa.

- 2) *Você tomou alguma atitude em relação à violência que sofreu?*
Não – 13
Sim – 9
 - a) *(em caso de resposta positiva) Como foi o resultado?*
Foi insatisfatório - 7
Foi satisfatório - 2

Mais da metade das vítimas não tomou qualquer tipo de providência para tentar ao menos impedir que a violação continuasse acontecendo. Essa passividade contribui muito para que os casos continuem ocorrendo impunemente. É também fundamental observar que das nove mulheres que procuraram denunciar, ou impedir novas agressões, somente duas consideraram satisfatório o encaminhamento. Não conhecemos, na comunidade, qualquer caso de violên-

cia contra a mulher que tenha sido julgado e o culpado punido, como dissemos, é muito comum as mulheres agredidas serem mal tratadas pela polícia, ou mesmo por outros moradores e até pela própria família.

3) Qual foi a reação de seus amigos e familiares com relação ao problema?

Indignação – 15

Indiferença – 7

Um número expressivo de entrevistadas afirmou que não houve reação sobre as violações, nem mesmo de outros familiares. Diferentemente dos casos de estupro, que geralmente mobilizam a comunidade contra o agressor, os casos de violência doméstica são menos comentados, o que contribui para sua impunidade.

4) Você conhece alguma mulher que sofreu violência?

Sim -42

Todas as entrevistadas afirmaram conhecer mulheres que tinham sofrido violência. O número é alto e aponta para a frequência dos casos, apesar de serem raramente denunciados.

Pelas entrevistas podemos dizer que o medo de denunciar o agressor é muito grande entre as mulheres. Quando são os pais que cometem a violência, as filhas têm medo e dificuldades em encontrar mesmo na família alguém capaz de ajudar; quando tem namorado, é comum que este a defenda perante o pai. Caso o agressor seja o próprio parceiro, a mulher muitas vezes não toma providências por medo de ser abandonada e tornar-se a única responsável pela educação e manutenção das crianças.

A falta de um local especializado para o acompanhamento de casos desse gênero contribui para que se alastre uma sensação de impotência entre as mulheres. Talvez a maior dificuldade seja que muitas pessoas, na própria comunidade, não se manifestam sobre a gravidade desse tipo de crime. E a polícia não só está despreparada para atender esse tipo de problema, como jamais terá condições de oferecer o amparo psicológico, que esses casos necessitam.

IV - Conclusão

Quando destacam a violência como a principal preocupação nos bairros, os jovens se referem a muitas formas de violações de seus direitos, que acontecem em diferentes lugares, como a casa, as festas, a escola e a rua e envolvem as pessoas como os familiares, os vizinhos e os policiais, desde pais que espancam as filhas, até policiais que ameaçam alunos. Ao mesmo tempo, essas violações têm ligações entre si: poucas vezes são denunciadas, raramente são investigadas e quase nunca são julgadas.

A grande maioria dos moradores pouco espera da justiça para resolver os inúmeros conflitos que acontecem na comunidade, muito pelo contrário, geralmente se teme a polícia ou mesmo os representantes da justiça. Nessa situação de medo, de desconfiança, muitos crimes são desconhecidos, ou são resolvidos diretamente ou com apoio de justiceiros, sempre dentro da própria co-

munidade, e geralmente por meio de mais violência.

Normalmente, aqueles que deveriam ser considerados e tratados como vítimas da violência, são abordados como culpados e não é raro que sejam ofendidos ou mesmo agredidos por policiais que deveriam ampará-los. Esse tipo de atuação gera uma sensação de humilhação, de vergonha, de medo, e faz com que muitas outras vítimas ou testemunhas de crimes mais ou menos graves, prefiram o silêncio a qualquer outra atitude contra essas graves violações de seus direitos.

Nesse sentido, é muito importante que se melhore a formação dos policiais, e o acompanhamento do trabalho feito por eles, melhorando sua relação com os moradores, e punindo os abusos que muitos cometem. Apenas aumentar o número de policiais, sem qualquer critério não diminui a insegurança. A polícia nem pode resolver sozinha um problema tão complexo como a violência, pelo contrário, ela deve ser integrada com outros serviços de apoio, seja nas escolas, nas associações de bairro, ou mesmo postos de saúde.

É verdade que existem boas iniciativas para melhorar a ação da polícia, e para tentar oferecer mais acesso à justiça e mais assistência para as vítimas de violência. Entretanto, elas ainda não conseguem atingir comunidades como as que observamos, precisam de mais estrutura, mais apoio e muito mais divulgação.

A falta de informação parece ser um dos problemas mais graves vividos pelos jovens envolvidos com a violência: a maioria dos entrevistados, sejam eles os jovens agredidos pela polícia, ou as meninas violentadas, não conhecem nenhum caminho para se defender ou pedir qualquer tipo de apoio. E, mesmo que alguns saibam que têm direitos, eles não acreditam que seja possível defendê-los. Esse isolamento só aumenta o medo e a tensão entre todos os moradores.

O alto número de jovens envolvidos em crimes ou de jovens mortos violentamente, faz com que as pessoas os culpem por um problema que não é somente deles, mas de todos brasileiros. A violência não pode ser vista simplesmente como um problema, mas sim, como uma situação que precisa de uma sociedade mais unida e consciente para enfrentá-lo.

Política de Direitos Humanos

Luís Antônio F. de Souza

Devemos pensar em Direitos Humanos nas comunidades marginalizadas em termos de políticas para a redução de conflitos e da violência. Em outros termos, a idéia não é tão-somente a polícia, o lazer, o hospital, a escola como formas de redução da violência, mas sim de políticas públicas de respeito e proteção de Direitos Humanos. A idéia é o engajamento real das instituições públicas com as comunidades, suas necessidades e suas expectativas. Por outro lado, hoje, não podemos esperar que o Estado cumpra aquilo que ele, ao longo da história brasileira, nunca cumpriu. Se há alguma chance de que o Estado cumpra seu papel, ela decorrerá da articulação das comunidades, da sociedade civil, em torno de seus problemas e das eventuais soluções.

Políticas de Direitos Humanos significam entender que as pessoas têm plena capacidade de humanizar suas relações pessoais e humanizar o espaço em que habitam. A chave é valorizar os Direitos Humanos no cotidiano das pessoas, dos jovens, das donas de casa, das comunidades. Isso começa na conscientização em relação à universalidade dos Direitos Humanos e na percepção de que o poder público deve implementá-los e protegê-los. É preciso ter consciência de que não há ação isolada; esse, sem dúvida, é um dos grandes problemas da polícia, que atua de maneira personalizada e isolada, além do que já sabemos e denunciemos.

O sentido de justiça, que na maioria das vezes está atrelado ao medo, deve refletir uma compreensão do sentido dos Direitos Humanos. A violência, por mais grave que seja, nunca está apartada da realidade. A violência sempre faz sentido, quando entendermos o bairro e as dinâmicas sociais que nele operam, poderemos compreender a violência policial, a violência doméstica, os homicídios e as chacinas.

Luís Antônio F. de Souza - Pesquisador Sênior do NEV -USP

Direito à Cultura e ao Lazer e política cultural

O distrito do Capão Redondo integra a Região Administrativa Municipal do Campo Limpo, assim como o Jd. Ângela, Campo Limpo, Vila Andrade e Jardim São Luiz. Situado na zona sudoeste da cidade, ocupa uma área de 1360 ha e apresentava uma população estimada de 205.445 moradores em 2000.

Vizinho ao Jardim Ângela, o Capão Redondo tem indicadores sociais bastante semelhantes, geralmente próximos às piores médias da cidade, sendo igualmente afetado pela incapacidade ou até ausência de equipamentos públicos para o atendimento de sua população.

O distrito tem forte concentração populacional em crianças e jovens e baixa presença de idosos. Em 1996, 38,57% dos moradores tinham até 18 anos e apenas 1,37% tinham mais de 70 anos. Como no Jardim Ângela, aproximadamente 20% dos habitantes do Capão Redondo viviam em favelas no mesmo ano.

Ainda como o distrito vizinho, o Capão Redondo apresenta um dos maiores índices de homicídios da cidade, com um total de 188 mortos em 1999, o que equivale a 93,02 homicídios por 100.000 habitantes – 40% maior que a média do município (66,89) e 23 vezes superior à taxa de Moema (4,11), que é a menor de São Paulo. Em todo o distrito funciona apenas um Distrito Policial (47º) e não há nenhum Fórum de Justiça.

Já a renda média mensal do distrito está próxima da média municipal: segundo o levantamento do Metrô, em 1997, 29,1% dos moradores tinham rendimentos mensais inferiores a 2,5 salários-mínimos, 38,6% recebiam entre 5 e 10 salários-mínimos e 16,8%, mais que 15 salários-mínimos; enquanto na média municipal esses valores eram, respectivamente, 24,4%, 34,2% e 22,5%.

Os habitantes do Capão Redondo são atendidos pelo único hospital de toda a Região Administrativa do Campo Limpo. Se considerarmos apenas a área do distrito, os equipamentos de saúde se restringem a unidades de saúde, não havendo sequer um leito hospitalar para os seus moradores.

O nível de escolaridade é ligeiramente menor que o da média da cidade. Em 1996, 82,8% da população do distrito tinha até 10 anos de estudo, e o ensino médio havia sido concluído por 12,2% dos habitantes e apenas 1,8% concluiu curso superior. No município, esses dados eram, respectivamente, 75%, 16,7% e 6,7%.

Os serviços de transporte coletivo não atingem muitas regiões do Capão Redondo e não atendem toda a demanda.

Como outros distritos da periferia da cidade, o Capão Redondo não conta com equipamentos públicos de cultura e lazer, além de campos de futebol improvisados e quadras esportivas.

I - Introdução

O conjunto habitacional Chico Mendes está localizado no bairro do Jardim Comercial, que reúne cerca de 10 mil famílias. Esse bairro faz parte do distrito do Capão Redondo, que, por sua vez, integra a Região Administrativa Municipal do Campo Limpo, tal como o Jardim Ângela.

O Capão Redondo era, até meados da década de sessenta, ocupado por chácaras e o “Jardim Comercial” era o ponto de comércio da região, formado basicamente por famílias do Nordeste. Com o aumento da população, as chácaras foram se desintegrando e cada família adquiriu lotes de terra.

A partir da década de 80, a região passou por uma fase de urbanização, quando a CDHU (Companhia do Desenvolvimento Habitacional e Urbano) instalou-se na região, na tentativa de legalizar a situação habitacional de parte dos moradores da região.

Porém, o rápido crescimento populacional do bairro não foi acompanhado pela criação de uma estrutura, tanto física como de serviços, adequada para o atendimento de todos esses novos moradores. Muitas áreas foram ocupadas sem qualquer planejamento urbano, as moradias foram construídas desordenadamente, sem que se organizassem os espaços de convivência como praças, jardins, ou até calçadas.

O único meio de transporte público que dá acesso ao bairro é o ônibus. Normalmente, os ônibus se encontram superlotados e o trajeto até o terminal Capelinha, que fica a 12 km do bairro, leva cerca de uma hora.

O atendimento de saúde é muito precário, em todo o Capão Redondo funcionam apenas três unidades básicas de saúde, não há hospitais para internação de casos graves, os quais são levados para o Hospital da Região Administrativa do Campo Limpo.

A educação oferecida no bairro também é insuficiente, pois alguns jovens não conseguem vagas em escolas da região e é baixa a qualidade do ensino, visto que alguns alunos chegam ao ginásio sem saber ler ou escrever..

Os moradores passam por forte sensação de insegurança no bairro, pois são muito comuns atos violentos como agressões físicas, assaltos e assassinatos. Há áreas sem iluminação pública e a própria polícia é vista com preocupação pelos moradores, porque os policiais discriminam os jovens negros, dizem que todos são uns “trombadinhas”, algumas vezes agredem fisicamente e chegam até a matar, como já ocorreu em uma chacina executada por policiais.

O exercício do direito ao trabalho é bastante precário, pois é muito difícil, para os jovens do bairro, encontrar qualquer emprego. Nas vagas a que se candidatam, a sua admissão é dificultada por motivos como a falta de experi-

ência e qualificação e, para os homens, a obrigatoriedade do serviço militar. Além disso, os jovens do bairro enfrentam problemas de discriminação racial ou de condição social quando apresentam-se para certos empregos. Porém, o bairro não dispõe de qualquer centro de qualificação e inserção profissional e a associação tenta superar um pouco essas dificuldades com os seus cursos.

O direito à cultura e ao lazer é exercido com muitas dificuldades, como veremos neste relatório. Não há espaços públicos ou privados apropriados para as atividades de cultura e os destinados ao lazer são insuficientes. Os eventos e iniciativas locais não alcançam todos os moradores que poderiam participar deles, principalmente porque recebem muito pouco apoio do poder público ou de organizações privadas.

A Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Chico Mendes foi criada em 1989. Desde o início, a Associação lutou por melhorias urbanas e de equipamentos públicos na região, pressionando os órgãos públicos. Procurou desenvolver projetos próprios, que melhorassem o cotidiano dos moradores, como cursos profissionalizantes e de alfabetização, entre outras atividades. Atualmente, a Associação conta com 362 sócios contribuintes, sendo que todos os moradores do conjunto habitacional são considerados sócios fundadores.

A Associação construiu um Centro Comunitário, onde são debatidos os problemas da região e desenvolvidas atividades como cursos de informática, artes (dança e *silkscreen*) e idiomas (inglês e espanhol). Suas atividades, como o projeto “Capacitação Solidária” e a distribuição de leite para famílias da região são apoiadas pelo governo, ou por organizações da sociedade civil, como a assessoria do Sampa.org que apóia os cursos de computação.

Como moradores do local e membros da Associação, somos bastante envolvidos com as atividades da Associação, debatendo os problemas da comunidade, ministrando ou participando de cursos. Essa experiência facilitou o nosso entendimento da proposta de observar problemas da comunidade a partir dos direitos humanos, pois a Associação é um centro de encontro e debate desses problemas.

Nosso grupo decidiu observar prioritariamente o direito à cultura, pois consideramos que as atividades culturais e de lazer são praticamente inacessíveis aos jovens do bairro. O acesso à cultura e ao lazer são muito importantes na formação dos jovens, a ausência de espaços e eventos desse tipo condena os moradores à ociosidade, e imaginamos que esse problema acabe repercutindo e tendo ligações com outros problemas graves como o da deterioração das escolas, o da violência ou mesmo o do desemprego. Outro motivo que nos influenciou na decisão foi o fato de que através da Associação de Moradores trabalhamos com atividades desse tipo, seja em grupos de teatro, cursos de dança, ou organizando atividades recreativas. E gostamos bastante do tema.

Procuramos identificar quais eram os espaços, equipamentos públicos e as atividades de lazer e de cultura acessíveis no bairro do Jardim Comercial e no município em geral. Discutimos com jovens e com outras pessoas envolvidas com o desenvolvimento ou apoio à cultura e ao lazer, procurando identificar algumas necessidades na comunidade e a melhor maneira para atendê-las.

II - Como Trabalhamos?

O primeiro passo realizado no trabalho foi promover uma pesquisa/debate com 30 jovens da comunidade para levantar alguns pontos sobre o entendimento dos direitos humanos e determinar o tema que trabalharíamos. As questões apresentadas foram: o que você entende sobre direitos humanos? Quais as condições e o desenvolvimento dos direitos humanos na nossa região? Entre os direitos à educação, à saúde, ao emprego, à segurança, à cultura e ao lazer; quais deles apresentam mais precariedade em nossa região? Por quê?

Com esse debate, pudemos perceber que existe alguma noção sobre direitos humanos entre os jovens participantes, principalmente sobre os direitos básicos, como vida, educação, saúde, trabalho, cultura e também dos princípios como igualdade e liberdade.

Por outro lado, como há muitos problemas na comunidade, percebemos que todos os direitos são violados; assim, foi difícil identificar qual seria o melhor tema para observarmos no bairro, a partir da maior violação. O direito à cultura foi o que gerou mais discussão e sobre ele também apareceu o maior número de experiências interessantes para diminuir a violação dos direitos humanos do bairro. Por isso, o tema se revelou ser o mais interessante a ser trabalhado por permitir o desenvolvimento cultural das pessoas no bairro.

Escolhido o tema, fizemos um novo debate com o grupo de jovens do Chico Mendes com a ajuda do presidente da Associação, para criar uma “árvore de problemas”, ou seja, tendo a violação ao direito da cultura como problema central, colocávamos embaixo dele as suas causas e em cima, seus efeitos.

Para iniciar o aprofundamento do conceito de cultura dos jovens, assistimos o filme “Barrela” de Plínio Marcos, com o grupo de jovens do curso de informática da Associação. O filme conta a história de vida de presos pobres que estão na prisão por causa de uma discussão no bar. As questões que nortearam o debate foram: o que acharam do filme? Qual a relação entre o filme, a cultura e o lazer? Como a falta de cultura e lazer influenciam nos problemas sociais como a violência?

A discussão aconteceu de forma bem intensa, principalmente porque os jovens identificaram questões do filme com a realidade do seu bairro, mas acharam horríveis as coisas que viram.

Após a discussão sobre o filme, questionamos os jovens sobre a sua frequência a teatros, cinemas e bibliotecas. Surpreendeu-nos o pequeno número de pessoas que já haviam ido ao teatro ou cinema; de trinta jovens, apenas cinco. Quanto à leitura, não têm o hábito, pois só lêem, quando a escola pede.

A partir dessa discussão, resolvemos ampliar nossa pesquisa sobre o acesso que os jovens do bairro têm à cultura e o seu interesse sobre o tema. Assim, fizemos um questionário, que aplicamos para 180 alunos das escolas estaduais e do curso de informática da associação Chico Mendes. As questões apresentadas foram:

1 - Você acha que espaços culturais, áreas de lazer e esportes são importantes na nossa região? Por quê?

2 - O que você acha das áreas de lazer da nossa região? O que podemos fazer para melhorá-las?

3 - Você tem o hábito de ler livros? Quantos livros você leu este ano?

4 - Você já foi ao teatro?

5 - Se houver a possibilidade da construção de um centro cultural na nossa região você estaria disposto a participar de nossas atividades?

6 - Como a falta de cursos culturais, áreas de lazer e esporte influencia em problemas da nossa região, tais como, violência, desemprego, saúde e ociosidade?

Depois de lermos e analisarmos os questionários, sentimos necessidade de debater com os jovens o que eles entendiam por cultura e lazer, porque todas as respostas ficaram muito centralizadas no aspecto da violência. Assim, fomos discutir essa questão com dois grupos de alunos das escolas “Prof. Maud Sá Miranda Monteiro” e “Beatriz de Quadros Lemos”.

A partir dessas atividades, consideramos necessário saber o que o governo fazia para melhorar o acesso das pessoas do bairro à cultura e ao lazer. Fomos conversar com o responsável pelo setor de cultura da Prefeitura municipal de São Paulo. Antes da visita à Secretaria Municipal de Cultura, estudamos a legislação para entendermos os nossos direitos específicos nesse tema.

Na reunião com Luiz Avelima, assessor de políticas culturais da Secretaria Municipal de Cultura, procuramos saber como era distribuída a receita da Secretaria e, principalmente, que parte era destinada e como estava sendo aplicada a verba na região do Campo Limpo. No final do encontro, Luiz Avelima nos indicou o assessor de um projeto, “Artes na rua”, o Sr. Celso Alencar. Conversamos com ele, procurando nos informar que tipo de eventos a Secretaria desenvolvia nas comunidades.

Para continuar nossa pesquisa, procuramos conhecer as boas práticas locais, isto é, quais são os grupos da comunidade que se dedicam a atividades culturais e esportivas. Fizemos um levantamento para saber o que fazem, se têm apoio do poder público ou de OSCs, quantas pessoas participam e também suas dificuldades (em anexo estão colocados todos os grupos e atividades mapeados).

Outra atividade que fizemos foi um concurso de redação nas escolas estaduais do bairro, a “Beatriz de Quadros Leme” e “Maud Sá de Miranda Monteiro”, para ver o que os jovens entendiam por cidadania e direitos humanos. Os professores não divulgaram corretamente e o concurso ficou comprometido, de maneira que usamos as redações mais para ver como alguns jovens viam o tema.

III - Cultura e Lazer

Como foi dito na Introdução, a região de Campo Limpo apresentou um grande crescimento populacional sem que fosse criada uma estrutura capaz de atender às necessidades dos novos habitantes.

Os jovens da comunidade têm, muitas vezes, dificuldades em achar luga-

res para se encontrar e se divertir. Muitos têm tempo livre e disposição para participar de atividades em grupo, mas é difícil conseguir um espaço adequado e apoio para realizar as suas idéias: seja um time de basquete, um grupo de teatro ou de música. Muitos também gostariam de assistir a espetáculos, visitar exposições, mas é igualmente difícil que eventos desse tipo ocorram em locais próximos à região do Campo Limpo.

Nas entrevistas com os jovens, recolhemos algumas informações sobre como se dá para os jovens o acesso à cultura e ao lazer, e quais são suas opiniões sobre o tema. Vejamos o relato de um jovem:

“Não temos nenhuma área verde, praças ou playgrounds. Faltam teatros ou anfiteatros. Não temos cinemas em nossa região. O shopping center mais próximo fica a quilômetros daqui.”

Por mais que pareça um exagero dizer que não existem áreas verdes em um bairro tão novo, o fato é que na ocupação desorganizada da região, as áreas verdes, quando existem, estão praticamente abandonadas, sem qualquer manutenção ou controle pelo poder público, de forma que acabam se tornando inacessíveis para os moradores.

Os jovens disseram que, muitas vezes, sentem-se excluídos não só do acesso à cultura mas do reconhecimento pela sociedade do que produzem. Um jovem falou:

“A mídia não divulga o rap porque nas expressões de realidade do rap cita muitos palavrões. Mas a Dercy Gonçalves pode falar quantos palavrões ela quiser porque ela recebe para isso.”

Quando perguntamos “O que você entende por cultura e lazer?” as pessoas tinham opiniões muito diferentes. Havia frases assim:

“A cultura e o lazer são dois fatos que abrangem todo o desenvolvimento e o conhecimento sociável para viver com seus semelhantes.”

“Cultura, para mim é tudo que nós não sabemos, nossa região fica tão isolada de onde tem”.

“Eu entendo que falta de cultura é ver crianças jogando bola descalças, podendo se machucar a qualquer momento.” “eu acho que cultura deve vir de si próprio, lendo livros, tentando saber onde tem peças de teatro gratuitas.”

Também apareceu muito aos jovens a relação direta que se faz entre existência de espaços de cultura e lazer como forma de inibir a ocorrência de violência, porque o tempo ocioso dos jovens é ocupado com atividades que vão impedi-los de se envolverem com a criminalidade.

Todos os jovens apontaram, em algum momento, a relação direta entre a inexistência de espaços de cultura e lazer e a ocorrência de violência. Na avaliação dos jovens, a carência de lazer e cultura está muito ligada com o problema da violência, que também aflige toda a comunidade. Muitos jovens ficam ociosos pela falta de qualquer atividade no bairro (sejam cursos, jogos ou encontros) e não têm nenhum estímulo para criar uma boa convivência com a vizinhança. Outra hipótese trazida pelos jovens entrevistados é que essa ociosidade os aproxima do uso de drogas e de traficantes, o que também os expõe ao risco. Selecionamos algumas das frases das suas respostas dos jovens ao questionário:

“Muitos jovens sem empregos não tem nenhum curso para fazer no dia a dia, ficam ociosos e acabam sendo levados para o mundo das drogas e da marginalidade, mesmo porque não têm nem o apoio dos pais por estarem desempregados.”

“Além de ajudar a todos da comunidade, [o maior acesso à cultura e ao lazer] reduziria muito o nível de violência em nossa região”.

“Se os jovens tivessem algo para fazer em seu tempo vago, estariam aprendendo e se divertindo ao invés de estarem aumentando esse grande número de criminosos”.

“Iríamos praticar esportes e desenvolver nossa cultura, tendo assim, mais pessoas para contribuir e não para destruir.”

A relação da cultura com a violência surgiu de uma maneira diferente na discussão do filme “Barrela”. Os jovens com quem discutimos afirmaram que essa foi a primeira vez que puderam discutir a relação da cultura com o comportamento mais educado, a capacidade de falar melhor e assim poder resolver seus problemas de uma maneira mais pacífica.

O número de jovens que freqüentam teatro ou lêem livros sem ser a pedido das escolas é muito baixo, como mostraram as respostas aos questionários. Os jovens apontaram como obstáculos a distância do bairro em relação aos locais onde poderiam ter acesso às atividades e produtos, e também o seu preço.

Para termos uma melhor noção de como é o acesso à cultura e ao lazer na região, hoje, procurou-se mapear e descrever onde se encontram alguns espaços de cultura e lazer usados pelos jovens e qual a opinião desses jovens sobre esses espaços.

Áreas de LAZER

As áreas de lazer mais próximas disponíveis são principalmente quadras de futebol, geralmente de terra batida, e muitas vezes sem qualquer outra marcação além das traves do gol. Mal iluminadas e servindo só para prática do futebol, as quadras são muito usadas por jovens, mas não satisfazem a toda demanda por lazer da comunidade, nem mesmo de todos os jovens. Como já foi dito, a falta de manutenção e segurança faz com que esses lugares, originalmente projetados para ser espaços de diversão, tornem-se perigosos e afastem os moradores. Vejamos um depoimento sobre uma quadra de futebol no Jardim Comercial:

“Um dos problemas da segurança é um pouco a falta de iluminação que há no campo de futebol da nossa comunidade. Por causa dessa carência de energia elétrica acontecem muitos atos violentos como agressões físicas, assal-

Rogério Nascimento Campos *jovem observador*

Rogério, nasceu em Vitória da Conquista-BA, tem 18 anos e cursa a terceira série do Ensino Médio.

Sua mãe tem 39 anos, também veio de Vitória da Conquista-BA, estudou somente até a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário) e trabalha como empregada doméstica. Seu pai tem 46 anos, é natural de Itabuna-BA, não completou o ensino fundamental e, até a época em que mantinham contato, trabalhava em uma empresa de distribuição de gás. A mãe de Rogério cuida do sustento da casa com a ajuda dos filhos.

Rogério estudou somente em São Paulo e já passou por quatro escolas, devido a problemas como superlotação, a distância da escola em relação à sua casa e oportunidades de trabalho. Na escola, participou bastante da formação de Grêmios.

Rogério começou a trabalhar aos 8 anos de idade, como vendedor de sorvetes, vendia pelas ruas e casas da região do Jardim Comercial. Trabalhava no período vespertino durante a semana e em período integral nos finais de semana. Mais tarde, parou de trabalhar, pois sua mãe queria que ele priorizasse os estudos. Mesmo assim, trabalhou como entregador de areia para construção civil, entregador de revistas, “guardador de carros”, ajudante geral e empacotador em supermercados. Atualmente, além de participar do projeto dos Observatórios, Rogério ministra aulas de dança na Associação Chico Mendes. A maior parte de sua renda é destinada para ajudar a cobrir as despesas de sua família.

Para se divertir, gosta de ler e dançar. Frequenta apenas os salões de dança de fora do bairro, pois os considera mais seguros.

Rogério está estudando para o vestibular e pretende cursar faculdade de Ciências Sociais. Ele tem a expectativa de um dia poder trabalhar em um Centro Cultural no próprio bairro do Jardim Comercial.

tos e infelizmente houve um caso de uma de nossas vizinhas ter sido violentada sexualmente nesse lugar.”

Apenas a construção de quadras não garante que elas se tornem um espaço de lazer, porque, sem acompanhamento de monitores ou responsáveis, elas são usadas apenas por alguns grupos de jovens; sem iluminação, tornam-se perigosas para a maioria dos moradores. O mesmo acontece com áreas verdes e parques que não dispõem de nenhum policiamento e tornam-se locais preferenciais de criminosos, servindo de lugar de “desova de corpos”, palco para assassinatos e mesmo refúgio de criminosos. Vejamos mais duas opiniões sobre as áreas de lazer existentes:

“Um dos problemas é que tem poucas áreas de lazer em nossa região e, aos poucos, as áreas que existem estão sendo ocupadas por ‘jovens grandes e fortes’ que não deixam os menores jogarem com eles. Uma parte desses ‘jovens grandes’ e fortes é de outra comunidade.”

“As poucas e péssimas áreas de lazer que temos estão sendo usadas por dependentes de drogas e, para isso mudar, precisamos de investimentos públicos e da participação da comunidade.”

A situação de abandono e a sensação de insegurança acabam por contribuir para a deterioração das poucas áreas de lazer existentes e dificultam ainda mais a integração da comunidade. A grande maioria dos jovens, e de outros entrevistados por nós, reconhece a importância de se recuperar e estruturar espaços culturais e de lazer para ajudar a pacificação da vida na região.

Os dois parques públicos que os jovens podem frequentar são distantes, de difícil acesso e destinam-se a atender os moradores dos distritos do Capão Redondo e do Campo Limpo, que contabilizam quase 600 mil pessoas. O Parque Santo Dias ou Mata, como é conhecido pelos moradores, só é acessível pelo uso de uma condução, pois fica a 5 quilômetros do Jardim Comercial. Já o Parque da Guarapiranga é ainda mais longe e é preciso tomar duas conduções para chegar lá.

O estado de conservação desses parques e os equipamentos disponíveis para os seus frequentadores são muito inferiores a um parque como o Ibirapuera, que fica na zona central da cidade, a quase 16 quilômetros de distância do Jardim Comercial. O Parque do Ibirapuera encontra-se em uma região muito mais rica da cidade e, além de uma manutenção de suas instalações muito superior aos parques da zona sul, é palco constante de eventos culturais patrocinados pelo poder público.

Também não existem, próximos ao Jardim Comercial, espaços de lazer privados, como parques

Rui da Costa Machado

jovem observador

Rui é paulistano, tem 19 anos e estuda na primeira série do ensino médio.

Sua mãe tem 48 anos, é natural da cidade de Rui Barbosa, na Bahia, não completou o ensino fundamental e trabalha como empregada doméstica. Seu pai tem 56 anos, veio da cidade de Presidente Kubitschek, Minas Gerais, também não completou o ensino fundamental e trabalha como pedreiro. Estão há trinta anos em São Paulo e há dez residem no bairro do Jardim Comercial. Rui mora com os pais e com uma irmã mais velha, que também trabalha. Todos contribuem para o sustento da casa.

Rui já estudou em três colégios, mas nunca participou de Grêmios; ele apenas fez um curso de silk screen num deles. Começou a trabalhar aos 15 anos, como entregador de água, ganhava um salário mínimo e trabalhava seis horas por dia. Ficou na função durante dois anos e meio, da qual saiu, em busca de melhor remuneração. Porém, ficou desempregado durante seis meses, pois teve dificuldade de encontrar emprego por sua escolaridade e por não conhecer informática. Atualmente, participa do Observatório de Direitos Humanos, e do Projeto “Capacitação Solidária”, na área de computação.

Nos finais de semana, gosta de jogar futebol, e correr com amigos do bairro. Também gosta de participar das atividades comunitárias da Associação Chico Mendes e, apesar de problemas como segurança e a falta de acesso à cultura, gosta muito do bairro.

de diversões, ou *Shopping Centers*. Como podemos ver na Tabela 1, o *Shopping* mais próximo fica em Interlagos, que requer quase quarenta minutos de viagem por transporte coletivo.

Centros de CULTURA

Se são poucas as áreas de lazer, o número de espaços culturais é menor. Não há, em toda a região do Campo Limpo, sequer um Centro Cultural que funcione com o apoio do poder público. Essa falta é muito sentida pelos moradores que, inevitavelmente, têm que se deslocar para outras regiões, gastando pelo menos uma hora, se quiserem desfrutar ou desenvolver qualquer atividade cultural. Espaços pagos, como cinemas ou teatros também não funcionam na região.

TEATROS

O acesso ao teatro e ao cinema é restrito ao centro do município. No bairro, a exibição de peças teatrais, ou filmes, ocorre muito raramente e depende do apoio da associação ou da escola, o que não é suficiente para atender toda a demanda. Não há qualquer espaço, nem privado nem público, adequado para realização de espetáculos ou exibição de filmes.

Em um debate com 30 jovens participantes do programa “Capacitação Solidária”, realizado na própria Associação Chico Mendes, apenas 5 jovens responderam que já tinham assistido a alguma peça de teatro.

De acordo com entrevistas feitas nas escolas, EEPSC Beatriz de Quadros Leme, Maud de Sá Miranda e no Curso de Informática da Associação Chico Mendes, em um grupo de 111 respostas registradas, 70 nunca tinham ido ao teatro e só 41 já haviam assistido a algum espetáculo. O número de pessoas que assistiu foi aumentado pelas atividades promovidas pela escola, que é uma das únicas instituições públicas presentes na comunidade e que pode ajudar ainda mais na realização de eventos culturais.

Os jovens que jamais assistiram a qualquer espetáculo, têm duas dificuldades principais para o acesso: o preço (a maior parte dos espetáculos é paga), e a distância (principalmente dos eventos gratuitos). Como podemos ver na Tabela 1, o teatro mais próximo de toda a região do Campo Limpo é o Teatro Paulo Eiró em Santo Amaro, que fica a mais de quinze quilômetros de distância. O preço mínimo de uma peça é, em média, R\$5,00, podendo chegar a R\$40,00 dependendo do espetáculo, ou até R\$160,00 em apresentações internacionais no Teatro Municipal que fica no Centro da cidade de São Paulo. Centros culturais

Roberto Camargo dos Santos

jovem observador

Roberto é paulistano, tem 21 anos e completou o ensino fundamental.

Seus pais nasceram na Bahia e moram em São Paulo há 30 anos, 11 deles no bairro do Jardim Comercial. Ambos não completaram o ensino fundamental, e sua mãe faz e vende artesanato e seu pai é pedreiro. Sua mãe já participou de movimentos de luta pela moradia.

Roberto parou de estudar na primeira série do Ensino Médio por não ter conseguido vaga em escola próxima de seu bairro. Ele avalia que a escola lhe deu outra visão do mundo, lá fez muitos amigos e manteve um bom relacionamento com os professores. Fora da escola fez também cursos profissionalizantes de pedreiro, computação, e silk screen.

Começou a trabalhar aos 14 anos, em um hospital, com contrato informal. A jornada era de 12 horas diárias e, por isso, chegava sempre atrasado às aulas, pois ainda estudava, na época. Depois disso, fez “bicos” como letreiro, ajudante geral, desenhista e grafiteiro. Nunca trabalhou com carteira assinada, e sempre dedicou metade de seus ganhos ao sustento da família. Atualmente, além de participar do Observatório, faz faixas nos fins de semana e trabalha como artista plástico. Ele considera que o maior obstáculo para alcançar um emprego é a sua escolaridade.

Roberto gosta muito de artes plásticas - além de pintar faz grafites. Para se divertir vai ao Parque Santo Dias, frequenta a Associação de Moradores Chico Mendes, sai com os amigos, corre e faz capoeira. Acha difícil a vida na região: os serviços públicos são precários e a insegurança é grande, pois “por um lado existem os bandidos e do outro a polícia, sua única diferença é a farda.”

como o da Fiesp, e do Banco do Itaú, que promovem espetáculos gratuitos estão a, pelo menos, duas horas de distância do bairro e só são acessíveis por meio de duas conduções, no mínimo.

O problema não se restringe à região do Campo Limpo, não há em nenhum lugar da periferia da Grande São Paulo espaços culturais que apresentem espetáculos gratuitos. Em outras entrevistas, realizadas pelo grupo Arco na região do Jardim Ângela, em um grupo de 90 entrevistados, 67 já tinham assistido a algum espetáculo de dança ou teatro, e 23 nunca assistiram. Foi também perguntado onde os jovens teriam assistido aos espetáculos, a maioria respondeu que foi na escola.

BIBLIOTECAS

O acesso a livros é também bastante difícil, porque não há qualquer biblioteca pública razoavelmente equipada nas proximidades do bairro. Apenas as escolas dispõem de pequenos acervos de livros que também não correspondem às necessidades da comunidade.

A leitura é um hábito extremamente raro entre os jovens. Nas entrevistas realizadas na escola de 111 alunos entrevistados, 56 disseram que raramente lêem algum livro e 53 disseram que não tinham o hábito de ler. Quando perguntados sobre quantos livros tinham lido no último ano, a grande maioria afirmou que não havia lido nenhum, ou entre um e dois livros.

Também no caso do acesso a livros, a distância de bibliotecas e o preço médio dos livros dificultam o acesso dos jovens. Nos debates nas escolas, muitos alunos se queixaram que as bibliotecas públicas mais próximas ficam em Santo Amaro, (Tabela 1) a quase uma hora de distância e, mesmo lá, não encontram os livros que precisam e, assim, muitas vezes é preciso ir até o Centro Cultural São Paulo ou ao Memorial da América Latina, o que requer no mínimo duas conduções e leva em média duas horas de viagem. O preço para compra dos livros, cerca de R\$15,00, é também muito alto para a maioria dos jovens.

MUSEUS

Não há qualquer museu próximo à região Sul da cidade, todos os grandes museus só são acessíveis por meio de, pelo menos, duas conduções (Tabela 1). Para visitá-los, é preciso que haja apoio da escola (que normalmente deve incluir entre suas atividades eventos culturais e de lazer) ou de outras organizações que facilitem a viagem. Não é sempre que a escola coopera e, na pesquisa feita em Heliópolis, alguns alunos relataram dificuldades para desenvolver atividades desse tipo em parceria com a diretoria:

*“Normalmente, a direção veta os projetos porque eles alegam que os alunos não querem saber de nada. Propusemos um projeto de baile de **Halloween** que foi vetado, pois a arrecadação do baile viria para a caixa do Grêmio e a diretoria vetou, alegando que eram eles que iriam fazer pra conseguir dinheiro para escola. (...) Foram vetados projetos de ida ao **Playcenter** e ao **Hopi Hari**. Temos uma parceria praticamente fechada com o MAM [Museu de Arte Moderna] que permite levarmos quantos alunos quisermos da escola para visitar as exposições do museu. Só falta agendar*

as visitas. Isso aconteceria fora do período de aula para não atrapalhar as aulas.”

Na ausência de espaços apropriados para o lazer e para cultura, a escola é exigida. Sobrecarregada, e muitas vezes sem conseguir dar conta do número de alunos que recebe, normalmente, acaba sendo também o único espaço de convivência de toda uma comunidade, por vezes funcionando também como local para festas e espetáculos e como “ponte” até para eventos que ocorrem em outras regiões da cidade.

Da parte de organizações da sociedade civil, existem projetos interessantes para promover esses eventos culturais. Na última Bienal de Artes, por exemplo, muitos jovens foram até a exposição através do projeto “Arte contra a barbárie”.

Tabela 1 - Número de conduções necessárias para que os jovens acessem espaços de lazer e cultura

LOCAL	CONDUÇÕES (ida)
PARQUES PÚBLICOS (Gratuitos)	
Ibirapuera	2
Santo Dias	1
Parque Ecológico Guarapiranga	2
Parque Guarapiranga	2
MUSEUS (Entrada paga)	
Pinacoteca	2
MAM	2
MIS	2
MUBE	2
TEATRO (Entrada paga)	
Paulo Eiró (municipal)	1
BIBLIOTECAS MUNICIPAIS (Uso gratuito)	
Helena Silveira	1
Paulo Duarte	2
Pres. Kennedy	2
CENTROS/CASAS DE CULTURA	
C.C. Banco Brasil	2
Casa de Cultura de Santo Amaro	2
SHOPPING CENTERS	
Market Place	2
Morumbi	2
Fiesta	2
Interlagos	1
Jardim Sul	2

Todas as dificuldades que destacamos não tiram o ânimo de muitos moradores, porque a grande maioria tem muito interesse em contribuir e participar de projetos de cultura e lazer.

Percebemos o interesse amplo e entusiasmado dos jovens, pois eles não só reconhecem como também se dispõem, muitas vezes, a cooperar em iniciativas que ajudem a recuperar e a estruturar espaços culturais e de lazer para ajudar a pacificação da vida na região.

No mesmo questionário em que perguntamos sobre o acesso ao teatro, e aos livros, perguntamos quantos jovens estariam dispostos a ajudar em atividades culturais e de lazer. Entre 111, 100 responderam que estão totalmente dispostos. Vejamos algumas das suas respostas aos questionários:

“com certeza, faria tudo que fosse possível para melhorar nossa comunidade e dar espaço para todos que gostam de cultura e lazer.”

“Sim! Porém se lá tiver ordem, decência e cultura”.

“Sim, pois faria qualquer coisa para ajudar a diminuir o número de violência em nossa região”.

Nós, os jovens observadores, também afirmamos nossa disposição e reconhecemos o interesse em promover a cultura e lazer no bairro. Na conclusão de um relatório sobre a discussão com os jovens da Associação, afirmamos:

“Com os trabalhos que já estamos realizando como cursos de teatro, protestos pela paz, eventos culturais e outros que virão, esperamos estar passando todas as informações possíveis sobre direitos humanos para os jovens de nossa comunidade. Esperamos criar uma sociedade com jovens educados, com cultura, saudáveis, qualificados e capacitados para que a mídia passe a mostrar o lado bom de uma periferia esquecida, mas não adormecida, que sofre muito com o preconceito de ter a maioria de pessoas negras e o maior índice de assassinatos de São Paulo. Mas também temos uma grande camada de jovens que querem se educar e ter acesso a cultura e não têm essas condições que deveriam ser de direito.”

Política Cultural

Considerando a importância do apoio do poder público para o desenvolvimento de atividades culturais e de lazer em toda a cidade, visitamos a Secretaria Municipal de Cultura e entrevistamos o Sr. Luis Avelima, então assessor de políticas culturais do município, e o Sr. Celso Alencar, coordenador do programa “Arte nas Ruas”. Os dois tinham informações muito importantes sobre o funcionamento das políticas culturais e de lazer no município, pois estavam diretamente envolvidos com o tema.

Na entrevista com o Sr Luis Avelima, queríamos saber, a princípio, o quanto da verba municipal de cultura era destinado à região do Capão Redondo. Foi grande a decepção quando ele nos informou que não havia qualquer verba municipal para cultura especialmente voltada para a região ou qualquer outro local, pois a verba não era dividida entre regiões, mas sim entre os projetos em andamento. Além disso, ele nos informou que apenas 1,2% do orçamento da prefeitura estava

voltado para a cultura e lazer, e que a maior parte dos gastos da Secretaria de Cultura era voltada para o pagamento de funcionários, aluguéis, apoio de shows, oficinas, concertos e exposições. Ele afirmou que o problema da divisão do orçamento poderá ser mais bem resolvido com a criação de subprefeituras.

Relatamos a ele parte daquilo que vínhamos observando, destacando a falta de apoio da Prefeitura em atividades culturais na região do Campo Limpo. O assessor afirmou que havia elaborado um projeto de construção de um Centro Cultural ali, mas que o projeto não foi implementado por falta de verbas. Ele também nos perguntou se a Casa de Cultura de Santo Amaro já não abrangia nossa região - nossa resposta foi que a Casa de Cultura fica a 8 quilômetros do bairro, levamos pelo menos uma hora para lá chegar, e seu espaço é bem menor que o da Associação dos Moradores do bairro, de forma que é absolutamente inviável que um espaço nessas condições atenda à população de tantos distritos da Zona Sul do município São Paulo.

Por indicação do próprio assessor de cultura, entrevistamos também o Sr. Celso Alencar, do programa Artes nas Ruas, que trabalha na difusão de atividades culturais em comunidades. Alencar nos falou sobre as diversas atividades que desenvolviam, como oficinas e peças de teatro, pintura, música e dança; shows em parques. Citamos o problema do acesso à biblioteca, e ele nos falou sobre o projeto “Caixa Estante”, que visa, com o apoio da comunidade, organizar e supervisionar pequenas bibliotecas. A Prefeitura se compromete a ceder um conjunto de pelo menos 400 livros e, a cada quatro meses, incrementar o acervo, enquanto algumas pessoas da comunidade se responsabilizam por organizar a biblioteca.

Como não havia programas apoiados pelo projeto “Arte nas Ruas” sendo feitos na comunidade, o próprio Sr. Celso Alencar disse estar interessado em conhecer a Associação Chico Mendes para tentar desenvolver alguns projetos na localidade com o apoio da Associação. Ficamos muito contentes com o interesse e marcamos uma visita. Infelizmente, porém, o assessor não compareceu por problemas de agenda, segundo ele, e desde então não conseguimos agendar um novo encontro, frustrando nossas expectativas.

Os projetos apresentados pelo Sr. Alencar eram interessantes; entretanto, é difícil que projetos desse tipo tenham sucesso se não houver um diálogo mais próximo com a comunidade e os dois entrevistados mostraram conhecer pouco sobre as dificuldades de nossos bairros.

O apoio à cultura e ao lazer é, como vimos, muito concentrado em regiões mais centrais da cidade que, por sua vez, são áreas onde a infraestrutura já é melhor. Assim, de certa forma, essa política cultural contribui com a grande desigualdade de condições de vida nas diferentes regiões da cidade.

Iniciativas LOCAIS

Mesmo com todas dificuldades, seria um absurdo dizer que não há qualquer movimento ou espaço pela cultura ou lazer na região do Campo Limpo. Muito pelo contrário, são inúmeros os grupos e movimentos que desenvolvem trabalhos dessa natureza, e com excelentes propostas. A maior dificuldade de

todos eles continua sendo a falta de reconhecimento e apoio, o que não permite a sustentação de uma estrutura mais profissional de trabalho. A principal falta de apoio é o reconhecimento do poder público, pois, sem isso, torna muito difícil conseguir outros tipos de apoio.

Visitamos alguns grupos ligados à cultura e ao lazer, que surgiram e funcionam em diferentes organizações, como associações, grupos religiosos e escolas, que já desenvolvem trabalhos na comunidade. Conversamos com os coordenadores de alguns desses grupos, e pedimos que eles contassem como é o seu trabalho e apontassem suas maiores dificuldades.

Escola de futebol

O Professor Paulo Cesar Belarmino de Lima atua na quadra da Associação desde 1998 e já realizou diversos torneios e festivais. As atividades da escola ocorrem pelo menos três vezes por semana e atende crianças e adolescentes com idade entre sete e dezesseis anos. Como dificuldade para viabilizar seu projeto ele destacou: *“Se a Prefeitura ou o Estado realmente tivessem interesse nos adolescentes, teriam apoiado o projeto, pois veio vereador, assessor do Secretário de Esportes do município e só ficamos na promessa”*. Sem apoio, a escola não tem como adquirir os materiais necessários, outro problema é convencer os adultos de que as crianças têm também direito de usar a quadra.

O Jovem e a Cultura

Helena Abramo

No relatório apresentado, são destacadas duas idéias merecem ser aprofundadas: a de que a cultura é importante e a de que a cultura é um direito. A idéia de que a cultura é importante para a formação do jovem é realmente correta, pois, como está assinalado no relatório, fornece elementos centrais para a estruturação de seu desempenho futuro. Mas não podemos nos prender somente a esse argumento; os direitos dos jovens têm de ser focados não só no que diz respeito à qualidade da sua cidadania como adultos que serão, mas também pela sua qualidade de vida na condição mesma de jovens, com o que fazem e experimentam no seu presente. As atividades de lazer e cultura são meios através dos quais os jovens realizam coisas muito importantes para sua vida, pelas quais podem descobrir quem são, o que gostam, onde podem se reunir com amigos para fazer algo interessante, para além das tarefas necessárias envolvidas no estudo e no trabalho. É fundamental ressaltar a importância em si da cultura para o jovem, para além também da percepção de que as atividades dessa natureza podem propiciar uma diminuição da violência por tirarem os jovens do ócio e da rua, afastando-os dos caminhos da delinquência; apesar dessa idéia ser válida e fazer sentido, se ficarmos só nesse tipo de argumentação, estaremos alimentando a idéia de que todo jovem está potencialmente na iminência de cair na violência, reforçando a visão negativa e desqualificadora que existe sobre eles.

Outra idéia importante que está no relatório é a de que a cultura tem sido um direito violado, na medida em que não existem formas de acesso à ela. E, mais grave, essas atividades, além de serem inacessí-

Grupo de música “Contra o Sistema”

Quatro jovens formaram uma banda, tocam há cerca de dois anos, ensaiando na casa de dois integrantes do grupo. Quando perguntados quais são as suas maiores dificuldades responderam: *“Conseguir um espaço para cantar, equipamentos para ensaiar, falta de condições para estudar e falta de apoio.”*

Grupo de música “Expressão Mental”

Esse grupo de rap, que também conta com quatro integrantes, enfrenta os mesmos problemas de falta de dinheiro e apoio. Segundo eles, o grupo tem como meta *“conscientizar as pessoas”, “mostrar para as mulheres que não precisam ficar dependendo dos homens.”*. Para eles, a falta de apoio está ligada ao preconceito com relação ao tipo de música que fazem: *“O rap (nosso som) é muito criticado pela sociedade, só que ele está se expandindo cada vez mais e as pessoas estão se conscientizando que o rap não é música maluqueira, é sim música de pessoas que quebram o ritmo e fazem seu próprio estilo.”*

Grupo Teatral “Chico Mendes”

Grupo com oito integrantes, sendo que um deles, (Rogério Nascimento) participa deste Observatório de Direitos Humanos. Há cerca de quatro anos desenvolvem trabalhos e cursos de teatro na Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Chico Mendes. O grupo tem propostas para a realização de mais cursos e espetáculos, mas carece de mais apoio do que apenas a associação pode oferecer. *“O maior de todos os nossos problemas é a ignorância das grandes entidades, que são indiferentes a este tipo de projeto e o desinteresse da mídia em divulgá-lo. Também sofremos pela carência de materiais suficientes para o desenvolvimento profissional (livros, palcos, salas, refletores e professor profissional).”*

Grupo de Capoeira “União da Ilha”

Fundado pelo Mestre Zoinho, o grupo União da Ilha faz suas apresentações sempre em locais abertos, como praças, ruas e escolas. O grupo conta com uma equipe de seis pessoas entre instrutores e coordenadores e conta com cerca de 50 alunos. A sua maior dificuldade é a falta de suporte financeiro para suas atividades.

Outros grupos:

Big Star Breakers – grupo de dança, ensaia na escola e na Associação Chico Mendes;

J.U.C.A – Jovens Unidos a Cristo e ao Amor – funciona na Paróquia Cristo Rei, organiza festas beneficentes e retiros de jovens para apoio espiritual.

JORAF – Jovens Radiantes de Fé – sediado na Igreja da Imaculada Conceição, este grupo também organiza reuniões entre jovens.

Centro Comunitário da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Chico Mendes: promove cursos de alfabetização, curso de idiomas e informática, além de promover a articulação comunitária e possuir uma biblioteca aberta ao público.

Associação de Moradores do Jardim Comercial: promove atividades de esporte, lazer e educação.

Espaço Gente Jovem: na Igreja Imaculada Conceição, promove atividades sociais e recreativas.

Associação Evangélica Beneficente: oferece cursos profissionalizantes de construção civil, confecção de instrumentos musicais, aulas de música e Telecurso 2000.

Associação Povo em Ação: oferece cursos de informática e futebol.

veis, são insuficientes. Então, percebemos que a primeira violação é essa, não existem equipamentos e atividades nem públicas e nem privadas no espaço do bairro e, para o jovem ter acesso à isso fora do seu bairro, enfrenta dois problemas: a distância e o preço.

A questão da cultura como direito não é clara na sociedade, são poucos os que admitem tratar a cultura como um direito. Muitas vezes a cultura não é tratada como uma necessidade básica, pois não é algo que parece essencial, como comida, não é aquilo do qual você depende para viver, então ela acaba ficando obscurecida, difícil de ser exigida. Normalmente são jovens que tomam essa bandeira, mas muitas vezes acabam não recebendo o devido apoio.

É preciso também combater a desqualificação que sofrem as produções culturais dos jovens; muitas vezes, a justificativa que se dá para não dar espaço, apoio e importância às atividades culturais juvenis é a de que elas são de baixa qualidade, que são cópia de culturas estrangeiras, que são modismos ou fruto de alienação da indústria cultural. Um bom exemplo de como essa é uma visão estreita e mesmo deturpada é o trabalho dos Racionais MCs dentro do movimento hip-hop: é, hoje, inegável a qualidade do trabalho deles. E uma das maneiras de fazer com que o Poder Público e a sociedade reconheçam a cultura como um direito importante é lutar contra essa desqualificação da produção juvenil, lutar pela sua afirmação e pela construção de meios para o se desenvolvimento.

Helena Abramo - Assessora da Comissão de Juventude da Prefeitura de São Paulo

Os grupos aqui listados são apenas uma amostra do que se tem feito espontaneamente para promover a cultura e o lazer na região do Jardim Comercial. Como, muitas vezes, esses grupos não contam com o reconhecimento, apoio ou acompanhamento de outras instituições, muitos deles não conseguem se desenvolver. A política cultural e de lazer, desenvolvida tanto pelo município, como por outros níveis de governo, será muito mais efetiva quando atingir e impulsionar essas iniciativas, não só no Jardim Comercial, como em tantas outras áreas afastadas da maior parte dos espaços de lazer e cultura da cidade.

IV – Conclusão

Percebemos com esse projeto a importância de trabalhar com a cultura e lazer enquanto um direito, porque é tema que une os jovens. Vimos que muitos de nós não conhecíamos a abrangência dos direitos humanos e que sempre relacionávamos o direito à cultura e ao lazer como fator de inibição da violência na região.

Por esses motivos é que o trabalho de ouvir a comunidade, descobrir o que outros grupos estão fazendo, entender um pouco o que o poder público faz na área da cultura e lazer foi muito importante para ampliar nossa visão da realidade.

Agora que sabemos que cultura e lazer são direitos nossos, que são tão importantes quanto os outros direitos pelos quais a comunidade e nossos pais lutaram e lutam até hoje para conquistar, como a moradia, a saúde e a educação, nos sentimos mais fortes e menos sozinhos para pressionar o governo e desenvolver nossos projetos.

Vimos como é importante para os jovens da região o acesso e o incentivo às atividades culturais. Também percebemos que temos muito o que conversar com esses jovens para que seu discurso não seja apenas voltado para a relação da cultura com a violência, mas que passem a entender melhor a amplitude dos direitos humanos, e que a cultura é esse espaço de aprendizado, convivência e diversão dos jovens.

Outra coisa que nos chamou a atenção ao longo do projeto é a quantidade de grupos e pessoas que se interessam por esses temas e realizam atividades diversas com criatividade, em espaços pequenos, com baixo custo, e que não contam com nenhum apoio e estímulo por parte do governo. Também nos despertou para o fato de que não só é inexistente o apoio às atividades da região como também inexistem investimentos para trazer eventos, atividades culturais e equipamentos públicos para o bairro.

Além disso, o fato de que o exercício de outros direitos não é garantido no bairro dificulta ainda mais o desenvolvimento do direito à cultura e ao lazer.

Nós, jovens observadores, reconhecemos que o projeto causou uma profunda transformação em nossa consciência dos direitos humanos.

Antes do projeto, éramos três jovens que pensávamos ter uma grande visão dos problemas de nossa região, aprendemos muito sobre esses problemas. Sempre que defendíamos o acesso à cultura e ao lazer, o fazíamos, pois achávamos que era importante para diminuir a violência na região. Sem dúvida que isso ajudaria a melhorar essa situação, mas além disso, a cultura e o lazer são importantes pois são formas de obtenção de conhecimento, prazer, a que todos nós temos direito.

Associações e entidades de bairro

Associação de Moradores do Jardim Comercial

- 1- usuários da entidade: 760
- 2- principal atividade: educacional, social, esporte e lazer
- 3- endereço: R. Faquelberg, 175, 177
- 4- nome do diretor ou representante: Maria Vieira de Alencar
- 5- faixa etária das pessoas que a utilizam: 3 a 18 anos
- 6- data de fundação: 20/12/1981

Caritas Diocesana Campo Limpo- Núcleo Imaculada Conceição- Espaço Gente Jovem

- 1- usuários da entidade: 80, divididos em 3 períodos
- 2- principal atividade: social e recreativa
- 3- endereço: R. Árvore da Vida, 10
- 4- nome do diretor ou representante: Maria José Silva
- 5- faixa etária das pessoas que a utilizam: de 6 a 14 anos
- 6- data de fundação: 06/07/1998

Associação Evangélica Beneficente-Escola Profissionalizante Eng. Henrique Guedes-Centro Esportivo

- 1- usuários da entidade: no Centro Esportivo, 1000; Telecurso, 25 além de 180 professores da escola
- 2- principal atividade: cursos profissionalizantes de construção civil, confecção de instrumentos musicais, aulas de música através do telecurso 2000, além de outras aulas do Telecurso 2000
- 3- endereço: R. Luiz Oliveira, 140
- 4- diretor ou representante: José Reinaldo de Moraes (escola profissionalizante), João Batista Pautorato (centro esportivo)
- 5- faixa etária das pessoas que a utilizam: no centro esportivo, de 05 a 70 anos; na escola profissionalizante, de 13 a 17 anos nos cursos de música contemporânea
- 6- data de fundação: A Associação beneficente foi criada em 1928 e a escola profissionalizante em 1993

Associação Povo em Ação

- 1- usuários da entidade: 486 por semana
- 2- principal atividade: informática e esporte
- 3- endereço: R. Gingadinho, bloco 3, nº 12
- 4- nome do diretor ou representante: Olimpio Silva Matos
- 5- faixa etária das pessoas que a utilizam: de 8 a 50 anos
- 6- data de fundação: março de 1998

Pontos Públicos

E.E. Maud Sá Miranda

- 1- alunos que estudam na escola: 2062, em três períodos da escola
- 2- nome da diretora: Perina Pereira Barbosa

3- idade média dos alunos: de 11 a 40 anos

E.E. Profa. Beatriz de Quadros Leme

- 1- alunos que estudam na escola: 2.220 alunos
- 2- endereço: Prof.Gastão Ramos, 3. Parque Fernanda
- 3- nome da diretora (2000): Maria Leni Falconi
- 4- idade dos alunos: de 11 a 19 anos
- 5- ano de fundação: 1978

E.M.E.I Maria Jannuzzi Mascari

- 1- alunos que estudam na escola: 840 alunos
- 2- endereço: Estrada de Itapecerica, 9950.Pque Fernanda
- 3- nome da diretora (2000): Cássia Noemia da Silva
- 4- idade dos alunos: de 7 a 10

EMEF Cel.Mário Rangel

- 1- número de alunos: 2576 alunos
- 2- endereço: Av.Comendador Santana, 821.Capão Redondo
- 3- nome da diretora (2000): Tânia Cristina Leite
- 4- idade dos alunos: de 6 a 70 anos
- 5- data de fundação: 1971

EMEI Cohab Valo Velho

- 1- número de alunos: 715 alunos
- 2- endereço: R.Gengadinho, 365
- 3- nome da diretor(a) (2000): Clélio Souza Marcondes
- 4- idade dos alunos: de 4 a 6
- 5- data de fundação: junho de 1996

EE Yoshio Nimomija

- 1- número de alunos: 1946 alunos
- 2- endereço: R. João André Layser, 100. Jd. Colégio
- 3- nome da diretora: Ivete Valério de Souza
- 4- idade dos alunos: de 07 a 53 anos
- 5- data de fundação: em 1988

Creche Municipal Parque Fernanda

- 1- crianças frequentam a creche: 92 crianças (capacidade para 120)
- 2- endereço: R. Antônio Forlenza, 127.
- 3- nome da diretora: Marisa de Paula Esteves
- 4- idade das crianças atendidas: de 0 a 3 anos
- 5- data de fundação: 1981

Creche Criança Esperança

- 1- crianças são atendidas: 30 (15 meninas e 15 meninos)
- 2- endereço : R. Falquemberg, 649. Jd. Comercial
- 3- idade das crianças atendidas: de 03 a 05 anos
- 4- data de fundação: 1983

Centro Sul II Parque Fernanda (Unidade de Saúde)

- 1- usuários por mês: 21.384 matrículas e 1760 consultas médicas por mês
- 2- endereço da Unidade de Saúde : R. Ernesto Soares Filho, 301
- 3- nome do diretor da unidade: Ingrid Duecker
- 4- data de fundação: 1982

Unidade Básica de Saúde

- 1- usuários por mês: mais ou menos 10 mil
- 2- endereço: Av. Comendador Santana, 774
- 3- nome do diretor da unidade: Judith
- 4- data de fundação: janeiro de 1982

Unidade de Atendimento de Pronto Socorro

- 1- usuários por mês: 16.487 pacientes no mês de setembro/00
- 2- endereço: R. Costa Nova do Prado, 92
- 3- nome do diretor da unidade: Maria de Lourdes Pacheco Mendonça
- 4- data de fundação: junho de 1985

Parte de entrevista com o Grupo Contra o Sistema

p- O que vocês fazem?

r- *Cantamos e apoiamos um grupo de break*

p- Há quanto tempo?

r- *Estamos na estrada há 2 anos*

p- Quem são os integrantes?

r- *Mano Van, Dj Márcio, MDC Soles, Mc Fúria*

p- Por que vocês resolveram montar esse grupo?

r- *Desde pequenos temos influência com o hip hop e usamos o rap como uma revolução através das palavras, como uma forma de crítica ao sistema, denunciamos tudo o que está errado.*

p- Quais são os maiores problemas?

r- *Conseguir um espaço para cantar, equipamentos para ensaiar, falta de condições para estudar o grupo, falta de apoio.*

p- Atualmente, onde ensaiam?

r- *Ensaíamos na casa do Van*

p- Onde vcs cantam?

r- *Cantamos em sons de rua, barracões e projetos que apoiamos.*

Direito ao trabalho e desemprego

O bairro do Jardim Jacira localiza-se no município de Itapecerica da Serra, dentro da área de mananciais da represa de Guarapiranga, na divisa com o distrito do Jd. Ângela pertencente ao município de São Paulo. É um bairro urbanizado, que passa por acelerado processo de crescimento populacional e apresenta problemas de infra-estrutura e equipamentos públicos.

Em 1996, o município apresentava 110.196 habitantes, distribuídos em 130 quilômetros quadrados. Como seu território encontra-se dentro da área de mananciais, grande parte das moradias está em situação irregular, o que dificulta o reconhecimento por parte do poder público, e impede a implementação de infra-estrutura e serviços urbanos, como pavimentação e coleta de lixo.

Itapecerica da Serra é uma das cidades que mais cresce na região metropolitana pois apresentou uma taxa média de crescimento populacional de 5,3% em dez anos, média três vezes maior que a da cidade de São Paulo (1,6%). Grande parte dos novos moradores procurou o município de Itapecerica devido ao alto custo de vida nas áreas mais centrais da capital paulistana. Isso transformou Itapecerica numa "cidade dormitório", cujos moradores, na sua maior parte, trabalham fora do município.

Como os distritos vizinhos do município de São Paulo, o Jardim Jacira tem uma população predominante de jovens. Em 1999, 47% dos moradores tinham até 19 anos de idade, ao mesmo tempo em que apenas 0,77% do bairro tinham mais de 70 anos, segundo dados recolhidos pela Unidade Básica de Saúde do Jardim Jacira.

Itapecerica é a terceira cidade mais violenta do Estado de São Paulo, com uma taxa de 85,2 homicídios por 100.000 habitantes, em 1999, superior à taxa média da cidade de São Paulo, porém menor que a dos distritos vizinhos do Capão Redondo (93,02), e do Jd. Ângela (116,23).

Em Itapecerica da Serra, há 64 estabelecimentos de ensino, mas nenhuma faculdade ou universidade. Segundo dados da UBS-JACIRA, o nível de escolaridade é baixo, pois 83% dos moradores tinham no máximo o ensino fundamental e apenas 0,6% concluiu cursos universitários. Esses números aproximam-se dos índices apresentados pelos distritos vizinhos, como o Jardim Ângela, no município de São Paulo.

No município de Itapecerica há apenas dois hospitais, que dispunham de 137 leitos hospitalares em 1996. A proporção entre leitos e habitantes era de 1,02/1000, quatro vezes menor do recomendado pela OMS (Organização Mundial de Saúde). O Jd. Jacira dispõe de apenas uma Unidade Básica de Saúde, que atende não só os moradores do bairro, mas também os de regiões vizinhas igualmente desprovidas de atendimento médico.

O Jd. Jacira abriga mais equipamentos culturais e de lazer do que seus distritos vizinhos de São Paulo. Entre as iniciativas tem-se o Barracão Cultural, que oferece diversos cursos e oficinas para jovens e idosos; campos de futebol de terra batida, uma biblioteca pública e programas desenvolvidos nas escolas da rede estadual. Além dessa estrutura, no centro de Itapecerica da Serra há uma biblioteca pública, uma sala de teatro e um museu.

I - Introdução

Localizado no município de Itapeceira da Serra (130 mil habitantes), pertencente à Região Metropolitana de São Paulo, o Jardim Jacira fica na divisa com o distrito do Jardim Ângela, zona sul da cidade de São Paulo. Como na região à sua volta, o Jardim Jacira intercala densos agrupamentos de casas de alvenaria e com algumas áreas mais rurais, onde há mato crescido e campos de futebol de terra batida. A região apresenta condições precárias de saúde, educação e transporte públicos, além de altos índices de violência e desemprego.

A população do Jardim Jacira é ainda pequena, mas o bairro está passando por um acelerado crescimento populacional, sem ter uma estrutura de serviços públicos básicos capaz de atender satisfatoriamente à demanda. Apenas parte das ruas do bairro tem iluminação e asfalto, bem como água e esgoto. Existe apenas um pronto-socorro na região, que também atende à população dos bairros vizinhos, mas a falta de médicos e remédios não permite atender a toda a demanda.

O sistema de transporte é muito precário: as linhas de ônibus possuem poucos carros, a maioria em mau estado de conservação, o que obriga os moradores a usar as lotações, que não oferecem segurança aos usuários. O único ônibus que vai para o centro de Itapeceira passa de hora em hora, e somente até às oito da noite.

Os pontos comerciais constituem a principal fonte de emprego para a população do bairro. A rua Monteiro Lobato, no centro do bairro, concentra a maioria das atividades comerciais (açougue, mercado, oficina mecânica), e os principais serviços públicos: uma biblioteca da Prefeitura de Itapeceira da Serra e o 1º Distrito Policial do município, que fica aberto somente até as seis horas da tarde.

Como nos bairros vizinhos, no Jardim Jacira ocorrem muitos crimes graves, como homicídios e assaltos, alternando-se períodos violentos com outros mais tranquilos. Mesmo assim, geralmente não fica muita gente fora de casa depois das dez horas da noite. Este sentimento de medo é comum entre os moradores do bairro: “sair à noite é perigoso”, “tem muita viela e matagal”. É comum haver conflitos entre grupos rivais, muitas vezes com tiroteios, quando há festas no bairro. Além disso, há um grande número de pontos de drogas, espalhados pelas ruas e vielas e também em algumas escolas. No Colégio Sônia Maria, mesmo durante a semana, os alunos que estudam no período da tarde têm medo de ir à quadra por causa das drogas.

Faltam áreas de lazer, como quadras de esportes e outros espaços de convívio (não há cinema nem teatro no Jardim Jacira e bairros próximos). Além do

futebol nos campinhos de terra, os principais programas de lazer e cultura são as atividades oferecidas pelo projeto Parceiros do Futuro¹, da Secretaria de Educação do Governo do Estado de São Paulo, e as dos Barracões Culturais da Cidadania, iniciativa que faz parte de um projeto da Secretaria de Cultura do município de Itapeverica da Serra.

Os Barracões Culturais tem como objetivo a integração da comunidade, sobretudo jovens e adolescentes, em atividades culturais, de lazer e esportivas. No total são 10 centros culturais no município, que funcionam em barracões de zinco. No Barracão do Jardim Jacira, localizado na rodovia José Simões Louro Júnior, são oferecidas algumas aulas e oficinas como: dança, capoeira, tecelagem, pintura, música e teatro.

II - Formação do grupo e início do trabalho

No começo do ano de 2000, a Secretária de Saúde de Itapeverica da Serra, Dra. Maria Rosa L. Cardoso, e a Dra. Myres Maria Cavalcanti, diretora do Posto de Saúde do Jardim Jacira, procuraram o Núcleo de Estudos da Violência para relatar dificuldades que vinham enfrentando no atendimento médico no bairro - um homicídio foi cometido dentro do próprio posto de saúde, enquanto médicos tentavam salvar a vítima ferida - e se informar sobre possíveis projetos desenvolvidos na periferia, voltados a conter a violência. Foram então informadas sobre o Projeto Rede de Observatórios de Direitos Humanos, que estava sendo desenvolvido junto a grupos de jovens nas comunidades da zona Sul de São Paulo.

Depois deste encontro houve uma reunião, no Posto de Saúde, para a apresentação do projeto, que deveria contar com um grupo de jovens para o trabalho de observação e registro dos problemas e das potencialidades da região. A Dra. Myres, que já desenvolvia projetos com jovens na comunidade, foi responsável por chamar alguns deles para participar do projeto, inclusive jovens que já fazem parte de algum grupo de atividades no bairro, como o Barracão Cultural do Jardim Jacira. Formado o grupo de jovens para o Observatório, o trabalho teve início com reuniões semanais entre os jovens do grupo e os monitores do projeto. Essas reuniões entre os integrantes do grupo se mantiveram durante todo o período de observação.

III - A escolha do tema

A escolha do tema deu-se na segunda reunião: fizemos um debate para discutir alguns problemas do bairro e levantamos vários temas, como as principais preocupações da comunidade, como lazer, educação, violência e desemprego. Depois de muitas conversas, o grupo apontou o desemprego como o principal problema para a maioria dos jovens do Jd. Jacira, inclusive para as integrantes do nosso grupo, que também são jovens à procura de emprego. A discussão mais ampla sobre as violações de direitos na região seriam desencadeadas a partir da violação específica do direito ao trabalho.

¹ Desenvolvido nas escolas aos finais de semana, o programa tem como objetivo a criação de núcleos de convivência capazes de congregam crianças e adolescentes, pais, moradores de bairro e líderes comunitários em torno de atividades que atendam ao interesse da comunidade. Entre as atividades realizadas há oficinas de música, dança, jornal e aulas de artes plásticas.

DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Relatos pessoais

Após a definição do tema para a observação, cada jovem do grupo escreveu um relato individual sobre o problema do desemprego na região e a sua experiência vivida ao tentar entrar no mercado de trabalho, contando sobre o impacto destas dificuldades na vida de cada um, envolvendo família e pessoas mais próximas.

As experiências concretas descritas pelo grupo foram o ponto de partida para as primeiras reflexões e para a discussão sobre a abordagem do problema na região e conduziram à construção de uma forma de aproximação com a comunidade, que se fazia necessária para iniciar o processo de observação.

Entrevistas com a população

Foram então elaborados questionários para serem aplicados junto à comunidade. Primeiramente, criamos questionários somente para a população desempregada, que era o nosso principal interesse. No entanto, em meio a conversas nas reuniões do grupo e o início das entrevistas com os desempregados, percebemos a importância de ouvir também a opinião dos empregados, tanto para compreendermos como se dava o acesso ao emprego quanto para conhecermos as percepções vividas por aqueles que obtiveram sucesso na procura por um espaço no mercado de trabalho. Passamos a fazer entrevistas com empregados e desempregados, com dois questionários distintos.

Após as entrevistas, comentamos algumas informações e fizemos um relato das impressões obtidas com elas. O público alvo das primeiras entrevistas com desempregados foi a população jovem da região; as entrevistas feitas em seguida, com empregados envolveram também pessoas mais velhas, em número maior que o de jovens.

A maior parte das entrevistas com desempregados foi feita na fila de procura por emprego do PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador), que recebe semanalmente um grande número de desempregados da comunidade. As entrevistas foram feitas também em espaços públicos, como as ruas e as escolas.

Quando abordados pelo grupo para responderem ao questionário, muitas pessoas se mostravam desconfiadas, queriam saber exatamente do que se tratava e se as respostas iriam aparecer em algum lugar. Outros, por sua vez, perguntavam se estavam lhes ofe-

Luciana Estela da Silva jovem observadora

Luciana tem 18 anos e está cursando o segundo ano do ensino médio.

Sua família é pequena, pois Luciana é filha única. Seus pais são primos, têm 45 anos e nasceram em Pernambuco. Quando vieram para São Paulo, sua mãe com treze e seu pai com vinte anos, foram morar em Diadema, porque lá vivia um tio que poderia ajudá-los. Depois mudaram para o Jardim Jacira, onde moram há 20 anos. Mantém relações periódicas com seus tios, que moravam perto; porém, esse contato era mais intenso quando os avós eram vivos

Sua mãe trabalhou durante 8 anos, mais ou menos, como empregada doméstica, mas hoje não trabalha mais. Seu pai, assim que chegou em São Paulo, tirou a carteira de trabalho e foi trabalhar como marceneiro, depois foi ajudante de pedreiro e há 20 anos trabalha em uma indústria como electricista. Ela é evangélica praticante e ele católico, mas não frequenta muito a igreja. Luciana foi batizada na igreja católica.

Luciana diz que não gosta muito da escola onde estuda, acha que as quadras da escola acabam servindo como ponto de drogas, e considera "chatas" as atividades que o Projeto Parceiros do Futuro vem desenvolvendo nos finais de semana. Fora da escola, iniciou um curso de datilografia, mas desistiu antes de terminá-lo. Antes de começar o trabalho no projeto dos Observatórios, fazia curso de dança no Barracão Cultural do Jardim Jacira, de cujas atividades já participava há três anos e de que gosta muito.

Sua primeira tentativa de trabalhar ocorreu há dois anos, em uma unidade do Poupa Tempo. Depois disso, junto com uma amiga levou seu currículo em uma lanchonete e procurou vagas em várias lojas, mas não conseguiram porque exigiam experiência. Apenas fez "bicos", como entregar panfletos nos faróis.

De vez em quando vai ao cinema no Shopping Interlagos que é o mais próximo do Jardim Jacira. Segundo ela, os moradores do bairro têm medo de fazer atividades no bairro à noite: na última festa de rua, por exemplo, ocorreu uma morte por causa de uma briga relacionada a drogas. Assim, a maioria daqueles que querem se divertir sem correr maiores riscos não ficam no Jardim Jacira, vão para Embu-Guaçu, para o centro de Itapeverica ou para São Paulo.

recendo trabalho, achavam que era uma entrevista de emprego, e ao receberem as explicações sobre o projeto e o motivo das entrevistas ficavam desapontadas, mas respondiam às perguntas. Apesar do desapontamento de uns e da desconfiança de outros, ninguém se recusou a responder ao questionário.

A interpretação das entrevistas e a observação da situação do desemprego no Jardim Jacira foram enriquecidas pela leitura e discussão em grupo do estudo Jovens e Mercado de Trabalho: percepção e expectativas de inserção².

Visita aos órgãos públicos

As entrevistas, que trouxeram algumas percepções sobre as carências vividas pela população desempregada, abriram caminho para uma nova abordagem sobre o problema do emprego no bairro. Se, por um lado, tínhamos ouvido dos desempregados uma série de angústias e principais dificuldades encontradas na busca por emprego, agora precisávamos saber o que estava sendo feito pelos órgãos responsáveis para amenizar ou solucionar o problema.

Assim, passamos a visitar os órgãos públicos que ofereciam programas para atender à população desempregada da região: fomos ao PAT, ao Núcleo/Centro Profissionalizante, ao Programa de Promoção Social e ao Programa Jovem Cidadão. O objetivo dessas visitas era identificar esses órgãos e obter informações sobre os serviços prestados, avaliando-os a partir de nossas observações sobre a realidade local e o problema do desemprego.

Leitura da Declaração Universal de Direitos Humanos

Durante alguns encontros fizemos uma leitura detalhada da Declaração Universal dos Direitos Humanos, discutindo artigo por artigo, de forma que, conjuntamente, passássemos a compreender a linguagem do texto. Na primeira leitura o texto da declaração mostrou-se incompreensível ao grupo, mas ele se tornou mais compreensível à medida que pensávamos em situações concretas, vividas no cotidiano.

Concluimos a discussão sobre a Declaração discutindo o conceito de “dignidade humana”, ou quais seriam os direitos e atributos necessários que possibilitariam ao indivíduo ter uma vida digna. A expressão “dignidade humana” aparece justamente no Artigo XXIII da Declaração, que discorre sobre o direito ao trabalho. O grupo escreveu um texto

² In: SOUTO, Anna Luiza Salles e ALMEIDA, Elmir de. *Jovens: Políticas Públicas – Mercado de Trabalho*. São Paulo: Pólis, 2000 - Elaborado a partir de uma pesquisa, desenvolvida no ABC, sobre o problema do desemprego vivido por jovens. O texto aborda alguns aspectos da vida cotidiana do jovem de baixa renda, contendo depoimentos que retratam experiências muito semelhantes às observadas no Jd. Jacira.

Ana Paula Jardim *jovem observadora*

Ana Paula tem 19 anos e parou de estudar no último ano do ensino médio. Seus pais são de Alagoas, estão em São Paulo desde 1979, cidade onde se conheceram e se casaram. Antes de se mudarem para o Jardim Jacira, moraram no Jardim Ângela, durante 12 anos, e no Jardim Nakamura, em casas alugadas. Há três anos seu pai construiu uma casa no Jd. Jacira, para onde toda a família se mudou, incluindo seus tios, e sua avó materna.

Seu pai e sua mãe não completaram o ensino fundamental. Ele trabalhava como vigilante, mas em 1990 sofreu um acidente no trabalho e ficou paraplégico, após isso abriu sucessivamente, um bar, e uma casa comercial especializada em produtos do norte. Hoje, ele vive com sua aposentadoria. Sua mãe sempre trabalhou como empregada doméstica diarista.

Ana tem três irmãos. O irmão mais velho recentemente começou a trabalhar como ajudante de pedreiro e ajudar no sustento da casa, tendo que parar de estudar pois sai para o serviço às 4 horas da manhã e só volta para casa às 21 horas.

Ela estudava à noite, pois costuma trabalhar em sua casa e na casa da tia durante o dia. Normalmente faz a comida, cuida dos irmãos menores e dos primos e limpa os cômodos da casa, recebendo uma pequena remuneração pelo trabalho que faz na casa da tia, (atualmente, recebe roupa ou algum tipo de ajuda material) .

Desde os 17 anos procura emprego em Itapeverica e em São Paulo, para ajudar no sustento da casa. No entanto, ainda não conseguiu nada, por causa da sua idade e da falta de experiência: “nas entrevistas sempre começam perguntando pela idade, pela experiência e pela carteira de trabalho (se era assinada ou não)”.

No seu tempo livre toma sol de manhã, à noite assiste novelas na televisão e lê revistas. No final de semana, em geral, fica em casa com o namorado vendo filmes. Só sai à noite se for para ir a casa de alguém conhecido. Não vai ao cinema, porque não há transporte para voltar ao bairro pois o ônibus para Itapeverica só passa até as oito horas da noite. Aos domingos, costuma ir para o bairro onde mora o namorado, onde ocorrem aulas abertas de dança e de capoeira, as pessoas costumam jogar bola no campinho e conversar com os vizinhos.

Ela não considera o bairro muito perigoso, acha tranquilo andar pelas ruas próximas da sua casa mas, mesmo assim, pouca gente sai de casa depois das dez horas da noite. Ela gosta de morar no Jardim Jacira, porque tem muitos amigos por lá e considera o bairro tranquilo. As únicas coisas que incomodam são a dificuldade de acesso por transporte público e a falta de asfalto, pois quando chove tudo vira um lamaçal.

sobre os direitos humanos a partir dessa expressão, relacionando-a com situações vividas na comunidade.

Outras formas de manifestação

Também foram discutidas outras possíveis formas para manifestar os resultados e as impressões geradas pela observação dos problemas do bairro, com o objetivo de traduzir as reflexões, aproveitando a riqueza das vivências do grupo com relação às violações. O resultado mais expressivo desta abertura a outros meios de transmitir a observação, que não somente o texto formal, foi a poesia intitulada Desemprego, escrita por uma das integrantes do grupo e apresentada na conclusão deste texto.

IV - O exercício do direito ao trabalho no Jardim Jacira

No artigo XXIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que aborda o direito ao trabalho, aparece a expressão “dignidade humana”. A expressão foi o fio condutor para a reflexão sobre os direitos a partir das seguintes questões: quais são os atributos necessários aos seres humanos, que lhe são conferidos como “direitos universais”, para que estes possam usufruir de uma vida digna? O que é dignidade? Os jovens do Jacira vivem dignamente?

Nossa primeira reação à Declaração foi de indignação: na Declaração está escrito que todos os seres humanos têm direito à Educação, a um Lar, à Assistência Médica, à Segurança e uma série de outros direitos. Mas diante das dificuldades que o jovem de baixa renda enfrenta para conseguir um emprego, em comparação com aqueles que puderam ter uma boa formação devido à renda mais alta dos pais, é difícil aceitar que todos somos livres e iguais em direitos, se sempre quem tem mais, ganha e quem tem menos, perde.

De uma forma geral, as pessoas não sabem que o trabalho é um direito, mesmo conhecendo outros direitos, como o da Educação, por exemplo. O desemprego é considerado um problema individual, muitas vezes descrito como uma forma de acomodação frente às dificuldades encontradas na procura por emprego. A discussão sobre a declaração ajudou-nos a compreender o problema do desemprego como uma violação e como um problema coletivo.

O emprego representa um momento de passagem muito importante na vida dos jovens. Simboliza a possibilidade de construção de suas próprias vidas, de se tornarem independentes de seus pais. O Observatório foi o primeiro trabalho remunerado para as integrantes do grupo do Jacira, que auxiliam a família com a bolsa oferecida pelo projeto. Além disso, elas ajudam nos serviços da casa, fazendo comida, limpando a casa ou cuidando de irmãos mais novos. Cléia, uma das observadoras, conta que sua mãe achava que o trabalho com o Observatório afetaria seus estudos, faria com que ela fosse obrigada a estudar à noite ou parar de estudar. Mas ela não se opôs à vontade de Cléia, que optou pelo projeto.

Como ocorre com as jovens do nosso grupo, a dificuldade de entrar no mercado de trabalho é uma realidade comum para a maior parte dos jovens. Pesquisa realizada pelo Dieese/Seade indica uma taxa de 50% de desemprego

entre adolescentes de 15 a 17 anos na Grande São Paulo, em maio de 1998. Esse índice é mais que o dobro do que foi verificado dez anos antes, em 1988. As dificuldades com relação ao emprego envolvem ainda uma outra perspectiva dramática: os pais desses jovens não têm seu emprego assegurado e tendo, geralmente, mais de quarenta anos, reconhecem que seu emprego corre risco, devido à concorrência e à preferência dada a trabalhadores mais jovens, que aceitam trabalhar por um salário menor.

A responsabilidade dos filhos com relação ao primeiro emprego torna-se cada vez maior, pois, cada vez mais é através deles que as famílias pretendem sustentar a casa ou, no mínimo, ajudar a compor a renda familiar: “estou ficando cada vez mais preocupada, pois meu pai já tem quarenta anos, logo que for despedido, não conseguirá trabalhar novamente, daí, as responsabilidades virão sobre minha pessoa”, como afirmou uma jovem.

Os dois questionários elaborados pelo grupo serviram de base para as entrevistas com a população do Jd. Jacira.

A abordagem da população desempregada do bairro envolveu 22 jovens e adolescentes, na faixa etária de 16 a 23 anos. Foram feitas perguntas gerais, como idade, sexo e estado civil; outras relacionadas à formação (como nível de escolaridade); e perguntas diretamente ligadas à questão do emprego: se já trabalhou, qual o último emprego, se faz algum trabalho temporário (bico), quais as conseqüências do desemprego e como se sentiam por estarem desempregados.

Entre a população empregada foram entrevistadas 28 pessoas, em diversos espaços da comunidade: nas ruas, nas casas, em escolas. Também foram feitas perguntas gerais, relativas à formação e específicas sobre a situação de estar empregado: profissão que exerce, se tem registro, se faz “bico” para complementar a renda, se está satisfeito com o emprego.

Apesar de abordar um número pequeno de pessoas, as entrevistas foram importantes para aproximar o grupo da comunidade, dando subsídios para uma reflexão mais aprofundada e, ao mesmo tempo, mais ligada à realidade do bairro. A pesquisa não teve a pretensão de colher uma amostra significativa da população capaz de representar o perfil dos empregados e desempregados no bairro, pois o seu objetivo foi obter impressões dos entrevistados sobre suas dificuldades frente ao problema do desemprego.

Assim, a apresentação quantitativa dos dados dos questionários tem caráter ilustrativo, indicando como foi feita a abordagem com a população do Jardim Jacira. Focalizamos a discussão em aspectos de ordem qualitativa, tratando, com relação ao desemprego, a percepção quanto aos obstáculos ao

Cléia Barbosa Vargas *jovem observadora*

Cléia tem 17 anos, nasceu na cidade de Vitória da Conquista na Bahia e veio com cerca de três anos de idade para São Paulo.

Seus pais também são de Vitória da Conquista, vieram casados para São Paulo e hoje em dia são separados: o pai mora em Pirituba e sua mãe mora no Jacira, lugar que escolheu por ter vários parentes que lá residem. Seus pais não completaram o ensino fundamental, ele é pedreiro e ela empregada doméstica. Cléia tem três irmãos: Daiana de 13 anos, Lucas de 5 anos e Dara de 4 anos. A irmã mais nova não mora com ela, porque é filha do seu pai com outra mulher. Sua mãe mantém relações muito próximas com outros familiares que moram no Jacira: costumam se ajudar, além de passar parte do tempo livre juntos.

O Observatório foi a primeira atividade remunerada de Cléia. Ela destina parte do que recebe para ajudar com as despesas da casa. Sua mãe, além de trabalhar como empregada doméstica, participa de um projeto do governo que distribui leite para as famílias que têm crianças pequenas.

Atualmente, Cléia cursa o primeiro ano do ensino médio. Fora da escola, já fez um curso de computação, que não terminou, e, aos sábados à tarde, faz cursos gratuitos de teatro e de dança no Barracão Cultural do bairro. Em casa, ela cuida dos irmãos, e faz a comida e a limpeza. No pouco tempo livre que tem, gosta de ir ao teatro, ler revistas e ver televisão. Não costuma sair à noite, se diz “caseira” e acha o bairro perigoso, mas gosta de passear com o namorado e com os amigos na pracinha próxima a sua casa. Dos bailes da região, só gosta dos que acontecem no centro de Itapecerica da Serra aos domingos à tarde e que tocam axé e pagode. Em geral, tem os domingos livres, vai visitar seus tios paternos no Jaraguá e à noite costuma ir à missa.

emprego e as conseqüências do desemprego. Quanto à pesquisa com os empregados, a atenção volta-se aos depoimentos acerca das dificuldades daqueles que entraram no mercado de trabalho.

Acrescentamos aos relatos das entrevistas, depoimentos colhidos no decorrer do trabalho, inclusive os de integrantes de nosso grupo. Também são apresentados alguns depoimentos de jovens do ABC (do estudo Jovens e Mercado de Trabalho) que chamaram a atenção durante o trabalho, por descrever situações comuns vividas por jovens do Jacira à procura de emprego, ajudando a exemplificar as situações.

O que dizem os desempregados

Informações das entrevistas:

Sexo:

Masculino: 11

Feminino: 11

Idade:

16-19 anos: 16

20-23 anos: 6

Escolaridade:

Quantos estudam:

Quantos estudam: 15

Não estudam: 7

Nível de escolaridade:

1º grau completo: 2

incompleto: 3

2º grau completo: 6

incompleto: 11

Já trabalhou?

Sim: 15

Não: 7

A maioria dos entrevistados já teve alguma experiência de trabalho, mas apenas dois tiveram registro em Carteira de Trabalho. O trabalho que mais apareceu foi o de babá (4) e os demais foram bem variados, todos ligados a serviços e comércio, como caminhoneiro, caseiro, balconista, garçom, frentista, empacotador em supermercado, vigia de estacionamento e atendente de loja. Entre os que já trabalharam, 6 afirmam que saíram do trabalho porque quiseram, 3 porque venceu o contrato ou acabou o serviço e 3 por falência da firma ou estabelecimento do qual eram empregados.

Obstáculos ao Emprego

Há quanto tempo procura emprego?

Até 1 ano: 14

De um a dois anos: 5

Mais de dois anos: 3

Oito entrevistados procuram emprego há mais de um ano. É um número alto, sobretudo ao considerarmos que se trata de 22 jovens, entre 16 a 23 anos.

Quais as maiores dificuldades para conseguir emprego?³

Experiência: 14

Escolaridade: 10

Idade: 6

Falta de registro em carteira: 5

Falta de qualificação (cursos técnicos, informática, inglês): 1

As respostas das entrevistas apontaram como principais obstáculos ao emprego a alegação da falta de experiência e o grau de escolaridade, fatores que também foram muito citados em outros depoimentos do trabalho.

Fazem trabalhos esporádicos (bicos)?

sim: 10

não: 12

Quais?

cuidam de crianças: 3

entregador de folhetos, carregador, cobrador de perueiros,

trabalho em gráfica: 1

Quase metade dos jovens fazem algum tipo de trabalho esporádico como forma de amenizar a ausência de emprego fixo. Além dos serviços descritos acima, os demais disseram que fazem o que aparecer, sem especificar.

Como procura emprego?⁴

Através de familiares e amigos: 21

Classificados do jornal: 13

PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador): 11

Agências de emprego: 11

Diretamente nas empresas: 3

Associação religiosa ou de bairro: 1

Neste grupo de entrevistados, podemos dizer que a rede formada pelos vínculos mais próximos de relacionamento constitui o principal meio de procura por emprego. Praticamente todos disseram que procuram emprego através dos amigos e familiares. Apesar de 11 entrevistados terem dito procurar emprego através do PAT, apenas três disseram conhecer alguém que conseguiu emprego com o programa. Curiosamente, os três não utilizam o PAT na procura por emprego.

As integrantes do grupo também já procuravam emprego desde os 16 ou 17 anos, enfrentando obstáculos parecidos: alegação de falta de experiência, preconceitos, idade, grau de escolaridade, carteira não assinada.

“Hoje em dia o desemprego é igual, não importa se é aqui ou no ABC. Os jovens passam pelo mesmo problema: falta sempre algo para ter seu primeiro emprego. Quando você é menor, seu maior sonho é se tornar independente, trabalhar para ajudar em casa. Depois que você cresce, percebe que não é tão fácil, pois a maioria das empresas exige experiência. Como ter experiência se você nunca trabalhou?” (Luciana)

A origem social é um forte obstáculo na competição por uma vaga, por tornar a concorrência desigual: para o grupo, um jovem de “classe alta” tem mais possibilidades de arrumar emprego do que um jovem de baixa renda, primeiro porque tem dinheiro, mais condições e pode fazer cursos, faculdade e conseguir uma boa profissão.

³ Nesta questão, alguns entrevistados deram mais de uma resposta

⁴ A pergunta foi feita com apresentação de respostas de múltipla escolha

O preconceito em relação à origem mostra-se como um meio, reconhecidamente não técnico, para seleção de pessoal. Conforme relata Luciana: “a forma como selecionam as pessoas para trabalhar é muito constrangedora, escolhem pela ‘aparência’, olham para você e, se gostarem, chamam”. Além da aparência, os jovens também afirmam sofrer preconceito com relação à cor da pele e ao jeito de falarem e se vestirem.

Os jovens têm clara noção da influência do grau de escolarização no acesso ao emprego, mas, apesar de a maioria estar na escola (sobretudo quando estão desempregados), muitos não chegam a completar o 2º grau, e isso os prejudicará muito em suas possibilidades de conquista de seus objetivos profissionais. Ao conseguirem emprego, são raros os jovens que conseguem conciliar o trabalho e a escola. A própria procura por emprego, em geral intensa e sem sucesso, interfere no período de estudo. Esse é o caso de Luciana, que sempre sai à procura de emprego, mas, como estuda no período da manhã, é obrigada a faltar na escola.

A distância em relação ao local do trabalho é uma barreira importante. Muitos jovens não têm sequer o dinheiro da condução para saírem à procura por emprego. Luciana relata que:

“Uma vez eu fiz uma entrevista para uma fábrica de produtos naturais, quem me indicou disse para eu mentir na entrevista, falando que só precisaria de uma condução, sendo que a fábrica era meio longe e eu precisaria de duas conduções. Na hora eu não consegui mentir, talvez depois pudesse me prejudicar, falei a verdade e não consegui o emprego”.

Ana Paula encontrou uma vaga que não exigia experiência, para vender seguros de vida, mas não entrou no emprego, quando descobriu que não lhe pagariam sua condução e que a remuneração era de apenas R\$ 250,00 mensais.

O local de moradia não significa só a distância física, pois os entrevistadores tomam-no também como uma informação decisiva para a seleção do candidato. Assim, os jovens têm vergonha de dizer o lugar onde moram, o Jardim Jacira, por causa da discriminação que sofrem. No início de 2000, Lucimara, uma das integrantes do grupo, foi procurar emprego no centro de São Paulo. Na entrevista, disse que morava na Zona Sul de São Paulo, próximo ao Jardim Ângela. O entrevistador perguntou se ela morava no próprio Ângela e se havia favela por perto. Lucimara respondeu que não, que morava num bairro, mas o entrevistador mudou de atitude e passou a afirmar que não seria possível lhe dar a vaga por causa da distância e das conduções que seriam necessárias para chegar ao local de trabalho.

Alguns depoimentos de jovens do ABC, transcritos no estudo Jovens e Mercado de Trabalho, também chamam atenção para essas questões:

“Eles perguntam onde você mora. Se você falar no centro, tudo bem. Se o outro fala ‘em tal bairro’, eles perguntam se tem favela perto. Se o cara falar que tem, eles já não pegam, já ficam com receio. Foi o que aconteceu comigo. Ele perguntou se tinha alguma favela perto e eu falei que tem, mas não é perto da minha casa. Ele falou que não dava.” (masc, 2º grau, desempregado)

*“É muito preconceito de nível social. Você vai lá e faz a ficha e é assim: ‘Esse não vai ficar porque ele é de cor; aquele vai ficar porque tem olhos verdes, esse vai ficar porque tem olhos azuis.’”
(masc., 1º grau, desempregado)*

CONSEQÜÊNCIAS DO DESEMPREGO

A competição, a falta de vagas e a discriminação fazem com que os jovens percam aos poucos o seu ânimo e tornem-se cada vez mais descrentes sobre a sua possibilidade de conseguir emprego. A raiva e o constrangimento de dependerem dos pais e por não poderem ajudar em casa são sentimentos recorrentemente expressos, assim como a frustração decorrente de cada procura mal sucedida:

“Quando se está na média de 18 anos, o emprego vai ficando mais solicitado, porque as responsabilidades já estão bem presentes em nossas vidas. Uma dessas responsabilidades é ajudar na renda em casa, ainda mais quando a família é grande. É uma pressão muito forte por não conseguir emprego, às vezes surgem discussões na família.” (Cléia)

“Estar desempregado na adolescência é muito difícil, pois é a fase em que sonhamos mais, pensando em ser responsáveis, independentes. Sempre que conversamos com pessoas da nossa idade, as angústias, medos, esperanças e interesses são muito parecidos. Angústia por que precisamos trabalhar e não conseguimos, precisamos de dinheiro para ajudar na casa e não temos. Medo de nunca conseguir emprego e ter que acabar fazendo alguma coisa de que nunca fui a fim.” (Luciana)

Mas não são apenas os jovens que sofrem com a falta de emprego: *“acho que está na hora do pessoal parar com essa história de que passou dos 40 [anos] não serve mais para trabalhar, eles não pensam na nossa experiência”.* (morador entrevistado no Jardim Jacira)

Muitos acreditam que os altos índices de criminalidade verificados na região estão relacionados com a falta de perspectiva vivida pelos jovens, que é sentida concretamente na dificuldade em entrar no mercado de trabalho.

O que dizem os empregados

Informações das entrevistas:

Sexo:

Masculino: 9

Feminino: 19

Idade:

Jovens (18 – 24): 8

Adultos (25 ou mais): 20

Escolaridade:

Quantos estudam:

Estudam: 6

Não estudam: 22

Nível de escolaridade:

1º grau completo: 2
incompleto: 18
2º grau completo: 2
incompleto: 3
Superior completo: 2
Sem resposta - 1

Profissões:

Empregada doméstica: 7
Metalúrgico, encarregado de obra e ajudante de pedreiro: 2
Professora, cozinheiro, enfermeiro, agente administrativo, analista fiscal, analista de produção, auxiliar de enfermagem, lavadeira, caseiro, frentista, embalador final e operador de caixa: 1
Sem resposta - 3
Quantos são registrados: 21

O número de empregados que trabalham sem registro, entre os entrevistados (7 entre 28), não é excessivo, apesar de representar 25% do total. No entanto, devemos considerar que a maioria destes entrevistados são adultos com mais de 25 anos, que convivem com uma realidade consideravelmente diferente da situação enfrentada pelos jovens que estão entrando agora no mercado de trabalho. Mesmo assim, como veremos a seguir (*Dificuldades enfrentadas pelos que estão empregados*), a ausência de registro traz sérias consequências aos trabalhadores.

Está satisfeito com o trabalho?

Sim: 12
Não: 9
Sem resposta: 7

Satisfação com o salário:

Não é suficiente: 19
É suficiente: 6
Sem resposta: 3

A insatisfação com o salário contrasta com a satisfação com o trabalho da questão anterior. Ao menos entre estes entrevistados, a satisfação com o trabalho não está necessariamente ligada à renda.

Fazem trabalhos esporádicos (bicos)?

Sim: 6
Não: 22

Quais?

Eletricista: 4
Professor, pedreiro: 1

Poucos afirmam fazer "bicos", apesar de ser uma forma usual de complementação da renda, e da grande insatisfação com o salário.

Como conseguiu o emprego?

Através de familiares e amigos: 15
Órgãos do governo: 9
Classificados do jornal: 2
Diretamente na empresa: 1
Não sabe: 1

A maioria dos entrevistados afirma ter conseguido o emprego por indicação de amigos ou parentes, que se apresenta como uma forma mais comum de procurar (como afirmaram os desempregados) e de obter sucesso na procura por emprego.

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS QUE ESTÃO EMPREGADOS

As entrevistas com os empregados trouxeram novas informações para refletir sobre os problemas ligados ao exercício do direito ao trabalho na região. O fato de estar empregado não soluciona a insegurança com relação ao emprego, pois muitos trabalham sem carteira assinada e, mesmo sabendo do desrespeito aos seus direitos, não os cobram, porque temem perder o emprego para outros quem aceitem trabalhar sem registro.

Muitos empregados têm medo de perder o emprego, porque várias empresas estão falindo e mandando os funcionários embora. Fazem hora extra sem reclamar e sujeitam-se a uma série de exigências dos empregadores que ultrapassam aquilo que consideram ser as suas obrigações.

“Há alguns anos minha mãe trabalhou em uma firma de confecções como registrada, mas a firma faliu e minha mãe ficou desempregada. Com a escolaridade incompleta não conseguiu um emprego melhor e teve que trabalhar de doméstica”. (Cléia)

A maioria dos empregados entrevistados afirmaram ter apenas o 1º grau completo. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, muitos demonstram interesse em fazer algum curso de complementação da formação ou um supletivo, mas não conseguem conciliar o trabalho com o estudo.

As empregadas domésticas entrevistadas pelo grupo ficavam constrangidas em declarar sua profissão. Pediam para escreverem suas profissões com outros nomes, como “auxiliar de limpeza”. Como em inúmeros outros casos, a realidade destas trabalhadoras com relação ao mercado de trabalho reduz-se geralmente à aceitação da primeira oportunidade que encontram, devido a grande disputa por uma vaga. O aumento da concorrência entre os candidatos, impulsionado pela ausência de vagas no mercado, é mais um fator responsável pela precariedade nos empregos e o desrespeito aos direitos trabalhistas. Os baixos salários e as grandes distâncias entre o local de moradia dos empregados e seus empregos, sendo que muitos não têm nenhuma ajuda de custo em suas despesas com transportes, acabam pressionando os empregadores para oferecerem melhores condições de trabalho. A maior parte da população que está empregada no Jd. Jacira, inclusive os jovens, trabalha em bairros de São Paulo, longe do lugar onde moram.

A precariedade no emprego também está presente para os jovens que fazem algum tipo de serviço provisório, geralmente por não terem conseguido espaço no mercado formal de trabalho. Duas integrantes do grupo já fizeram “bicos”, distribuindo informes publicitários nos faróis, recebendo 35 reais por final de semana de trabalho:

“Comecei a trabalhar no farol porque não tive outra opção, sempre procurei emprego mas nunca consegui nada. Trabalhei durante 3 meses, todos os finais de semana, das 9 horas da manhã às 5 horas da tarde. Só tinha folga no horário do almoço e 15 minutos de tarde.”

“Nas primeiras semanas, por não estar acostumada, você se cansa muito, pois não pode sentar, se encostar. No começo os pés até inchavam, tínhamos a obrigação de entregar no mínimo 1.500 folhetos no sábado e no domingo.”

“Trabalhar de entregar panfletos no farol não é nada fácil, eu diria até que é por vezes, humilhante, algumas pessoas dos carros tem medo, fecham o vidro na nossa cara. Fora alguns desaforos que você escuta e não pode reagir, por exemplo: você fala ‘bom dia!’ e a pessoa do carro ‘não estou vendo nada de bom’, fecha o vidro na sua cara, e ainda ameaça te atropelar. Você corre o risco de ser atropelado. Algumas crianças de rua ‘embaçam’, dizendo que você tá atrapalhando o serviço delas. Tudo isso por 35 reais. Não sei se vale a pena, mas é a última saída de muitas jovens.”

Órgãos públicos para promoção do emprego

Procuramos fazer o levantamento das iniciativas governamentais e privadas que têm procurado melhorar a situação dos desempregados em nosso bairro.

1 – Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT

O PAT funciona a partir de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Emprego e Relações do Trabalho e a Prefeitura de Itapeverica da Serra. No PAT são captadas vagas junto às empresas e é feito um cadastramento dos desempregados, que, conforme as necessidades das empresas, são encaminhados para as entrevistas. O serviço atende em média trezentas pessoas por mês e encontra colocação para sessenta.

Apesar de ser um serviço público essencial para a inserção do desempregado no mercado de trabalho, o PAT é muito pouco divulgado – muitos não o conhecem na comunidade - e é capaz de atender a um número pequeno de pessoas, considerando a demanda na região. Por estas razões, o Posto de Atendimento ao Trabalhador não é uma referência importante para a população do bairro na procura por emprego.

2 - Núcleo / Centro Profissionalizante

O Núcleo é um programa da Prefeitura de Itapeverica da Serra que oferece cursos gratuitos de corte e costura, tricô e crochê, pintura em tecido, datilografia, culinária e bordado. Os cursos têm duração de 4 meses e são gratuitos, com diploma de conclusão. O núcleo funciona de 2ª a 6ª feira, das 8h às 17h.

A maioria das pessoas que faz cursos no núcleo trabalha por conta própria e, de acordo com a coordenadora, as agências de empregos também procuram o núcleo atrás de pessoas para serem encaminhadas a algumas firmas.

A existência de cursos gratuitos oferecidos para a comunidade é fundamental para criar novas opções para os jovens frente ao mercado de trabalho, que está cada vez mais exigente e seletivo. Alguns dos cursos oferecidos despertam interesse da comunidade, como, por exemplo, artesanato e corte e costura. No entanto, os cursos do programa estão ultrapassados: oferecendo ainda diploma de datilografia que, atualmente, pouco acrescenta na disputa por uma vaga no mercado de trabalho.

3 - Atendimento de Promoção Social do Jd. Jacira

O Promoção Social também é um programa oferecido pela Prefeitura de Itapecerica da Serra e oferece alguns programas de complementação de renda para famílias com renda insuficiente e serviços temporários para os desempregados. Funciona de 2ª a 6ª feiras, das 8h30min às 17h, na R. Jorge Amado, n. 85.

Outros programas de assistência social da Prefeitura ajudam a diminuir os efeitos do desemprego. Este é o caso do Complementando a Renda, destinado às famílias que têm mais de três filhos e que têm renda de, no máximo, R\$ 300,00 mensais. Uma assistente social visita a casa para ver se a família realmente precisa de ajuda; além da complementação de renda, as famílias podem receber cesta-básica, auxílio-doença e outros benefícios.

A Cesta-trabalhador é constituída por serviços temporários oferecidos no bairro pela prefeitura, como, por exemplo, os de varredor de ruas ou limpeza do posto de saúde, por 2 dias, em troca de uma cesta básica ou um salário mínimo. O programa atende a desempregados, jovens e adultos.

– No Conselho Tutelar são oferecidos cursos de cabeleireira e manicure, somente para jovens mães solteiras.

O Promoção Social exerce uma atuação restrita aos desempregados e às famílias com renda insuficiente. Mesmo assim, ao oferecer serviços provisórios, é capaz de fornecer um auxílio importante, que as ameniza conseqüências do desemprego. Tendo em vista o pequeno número de entrevistados que conheceram esse programa da prefeitura, consideramos que seu alcance ainda é muito pequeno frente ao tamanho do problema na região.

4 – Programa Jovem Cidadão

O programa Jovem Cidadão: meu primeiro trabalho é oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo. É dirigido a jovens estudantes de 16 a 21 anos, cursando o ensino médio, para os quais são oferecidos estágios remunerados com duração de seis meses e carga horária de 4 horas. As escolas ligadas ao Projeto são: Professora Ana Tércia, Jardim Virgínia, Porcino Rodrigues, Matilde Maria Cremm, Comendador Benevits Veraldo, Sônia Maria, Professor Joaquim Fernando e Sebastião Morais Cardoso, todas escolas estaduais situadas no município de Itapecerica da Serra. O Programa oferece ao jovem uma introdução ao mercado de trabalho e ao mesmo tempo o estimula a completar o ensino médio.

O projeto ajuda os jovens a ganhar experiência e assim poder mais facilmente entrar no mercado de trabalho, mas tem um ponto negativo: as empresas preferem os estagiários, pois eles fazem o mesmo trabalho que os funcionários antigos por um salário menor (o valor mínimo da bolsa-estágio é de R\$130,00 mensais).

Alguns exemplos de função que o estagiário poderá realizar:

Atendente

Auxiliar de almoxarifado

Auxiliar de arquivo/biblioteca

Auxiliar comunicação/jornalismo

Auxiliar de consultório médico/ odontologia

Auxiliar de contabilidade/ financeiro

Auxiliar de costura/ confecção

Auxiliar de cozinha/açougue/padaria

Auxiliar de eletrônica

Auxiliar de escritório/ secretária

Auxiliar de gráfica

V - CONCLUSÃO

Desemprego

Ana Paula

Ninguém sabe qual é a nossa capacidade

Ninguém tenta nos entender

Pois nosso futuro não tem mais segurança

Desemprego é o nosso nome

Segurança é a nossa piada

Vida é o nosso brinquedo

Verdade é a nossa mentira

Agora explica quem é que nos faz assim

Pessoas capacitadas que não são atendidas como pessoas

Nós somos jovens! E daí?

Do mesmo jeito todos foram jovens

E tiveram sua primeira chance

Agora qual de nós vai chegar nas alturas

Se nunca saímos do buraco

Como vamos escalar um penhasco

Se não temos equipamentos

Então eu digo

Como podemos andar de carro se não saímos da carroça

Como podemos ter segurança, se não temos emprego

Como podemos ter uma vida, se não conhecemos o mundo

Como podemos ser adultos se não saímos da adolescência

Então como podemos estudar, se não temos escolas

Como podemos ter uma profissão

Se nossos pais não podem pagar

Vocês acham que nós não somos capacitados de oportunidade

Pois poderão falar depois que passarem a conhecer os jovens do nosso Brasil

A abordagem do problema do desemprego no bairro do Jardim Jacira, após o desenvolvimento de algumas atividades e discussões, nos remeteu à observação de uma série de obstáculos enfrentados pelos jovens desempregados, bem como das dificuldades enfrentadas por aqueles que, empregados, temem perder seu emprego pela concorrência e pela escassez de vagas existentes.

A observação dos principais obstáculos ao emprego, das conseqüências do desemprego e das dificuldades que marcam a experiência dos que estão

empregados prosseguiu com a identificação dos principais órgãos do Governo do Estado de São Paulo e da Prefeitura de Itapeverica da Serra voltados à resolução do problema do desemprego na região. A partir das informações obtidas nos órgãos, o grupo concluiu que as ações por eles desenvolvidas são insuficientes para atender à população de forma adequada.

Os desempregados não esbarram apenas no alcance limitado de programas responsáveis por encaminhar os trabalhadores às vagas. Programas como o PAT, mesmo se fossem bem divulgados e capazes de atender a um número maior de pessoas, não seriam capazes de reduzir satisfatoriamente o desemprego no Jardim Jacira, pois existe no bairro uma demanda por empregos muito superior ao

número de vagas disponíveis na região. O programa Jovem Cidadão investe acertadamente em proporcionar a inserção de jovens numa primeira experiência de trabalho, mas não assegura a permanência do estagiário no emprego.

Para terem melhor resultado quanto à redução do desemprego no bairro seria importante integrar as ações destes programas, de forma a tornar possível àqueles que estão à procura de emprego, sobretudo aos jovens, superar as diferentes barreiras que lhe são impostas no processo de inserção do trabalhador ao trabalho: formação, primeira experiência, efetivação.

Os cursos de capacitação podem ser um importante alicerce para a inserção ao trabalho, desde que condizentes com a realidade do mercado de trabalho vivida pelos jovens. Os cursos oferecidos pelo Núcleo Centro Profissionalizante estão, de uma forma geral, muito distantes desta realidade. No Jardim Jacira não há curso de computação nem de inglês, os mais procurados pelos jovens, e os mais requisitados pelos empregadores.

Algumas alternativas foram apontadas por nosso grupo, e por alguns jovens ouvidos, para amenizar o problema do desemprego na região. Uma delas seria o oferecimento de outros cursos (como computação, contabilidade, enfermagem, mecânica, inglês, espanhol, secretariado e eletricitista), que teriam resultados muito mais concretos do que os cursos hoje oferecidos no bairro. O grupo acha que os cursos de especialização certamente não vão acabar com o problema, mas iriam preparar muitos jovens para o mercado de trabalho. Também poderia haver outras iniciativas do governo do Estado para criar serviços temporários para quem nunca trabalhou, proporcionando uma primeira experiência de trabalho.

Sentidos do Primeiro Emprego

Eduardo Garuti Noronha

No texto do grupo há dois desejos ou dois temas que me chamaram bastante a atenção e que diversas vezes aparecem relacionados ao trabalho dos jovens: a necessidade de independência e a de ajudar em casa. Isto é, o trabalho é visto como uma forma de se obter independência e de contribuir em casa. Mas o que seria independência para os jovens? É possível ser independente e ajudar em casa ao mesmo tempo? Será que essas metas, juntas, são realistas? Penso que para quem procura o primeiro emprego esses objetivos são desafios muito altos.

A condição de jovem é muito interessante e muito diferente de qualquer outro desempregado porque, na verdade, ele não é um desempregado; ele está em busca do primeiro emprego; são duas coisas diferentes. Eu acredito que o primeiro emprego, na cabeça do jovem, deve passar assim: o que eu pegar vai me marcar para o resto da vida — isto se ele estiver atrás de fato de um emprego. Mas e o jovem estiver atrás apenas de um bico, aí o peso da decisão é bem menor.

Há vários outros temas interessantes envolvidos. Por exemplo: quando é que o jovem diz “eu não sou mais estudante, eu quero ser trabalhador”? Será que essa é uma decisão individual? Eu creio que não. Acho que trabalho e educação são decisões familiares. Isto é, o jovem decide largar a escola não só por decisão própria; ele é fortemente influenciado pelos pais e todos os outros membros da casa. A decisão de trabalhar não decorre simplesmente de necessidade das famílias. Não podemos cair na armadilha de achar que o jovem vai trabalhar simplesmente porque ele precisa trabalhar para sobreviver. Ele trabalha por um conjunto de outras coisas. Há muitos jovens que não trabalham porque sua família faz enormes sacrifícios para mantê-los na escola. Em famílias com muito membros é bastante comum que os irmãos mais velhos comecem a trabalhar mais cedo para que os mais novos fiquem mais tempo na escola. Aí é uma questão de investimento familiar; os irmãos mais velhos têm obrigação de educar os mais novos e, futuramente, os mais novos têm uma obrigação moral de dar um retorno financeiro para a família. E eu considero esse um momento de decisão crucial para o jovem; ele terá que decidir se para de estudar e vai trabalhar, se tenta combinar trabalho com estudo, etc.

Todo jovem, seja ele rico ou pobre, tem e quer se libertar da família. Por outro lado ele tem vínculos muito fortes com sua família. Então, na verdade, ele quer se libertar de algumas coisas: ele quer se libertar da condição de criança, de ser mandado, etc. Mas em famílias pobres a questão financeira tem uma dimensão enorme. E aí as duas coisas se misturam porque o jovem vai trabalhar para ter a sua independência financeira mas vai contribuir em casa. Então, seu desejo de ajudar

a família mostra que um certo tipo de dependência continua existindo entre ele e sua família.

A questão do pleno emprego é muito traiçoeira: por que antes de perdirmos o pleno emprego não pedimos a plena educação? O jovem não precisa de emprego, precisa de ocupação e a principal ocupação para ele é o estudo. É muito mais importante que o jovem, pelo menos até os dezoito anos, esteja na escola e as pessoas de quarenta anos ainda estejam trabalhando que o oposto.

É preciso de uma política pública para valorização da escola. A evasão escolar não é explicada unicamente pela necessidade de ir trabalhar. Ela é, em grande parte, explicada pela incapacidade da escola de provar que é um espaço importante para as pessoas, que é um local onde elas vão aprender muito e vão ter algumas das oportunidades mais importantes da vida.

O jovem procura um trabalho não apenas pelo salário mas porque está buscando uma realização. O trabalho é uma das formas de realização pessoal, um lugar onde os indivíduos se sentem participantes de algo maior que a família, definem projetos, traçam um futuro. Então o trabalho tem duas dimensões muito importantes: de realização dos indivíduos e de realização de consumo.

Há economistas que dizem que o desemprego não existe, todo desemprego é voluntário. Isso soa quase como uma ofensa para quem já viveu a situação de desemprego. Mas tem uma lógica: na cabeça de cada indivíduo existe um mínimo que ele aceitará receber; existe também uma noção do que é um trabalho minimamente digno. Então, de certa forma, os economistas têm razão: todo desemprego é voluntário. Mas é cínico dizer isso. Eu acho melhor dizer que todo desemprego é moral; isto é, há um limite moral onde o indivíduo diz: à partir daqui eu não aceito. Acho que essas são lógicas criadas pelo meio em que se vive. Então, é preciso descobrir qual é o "à partir daqui" de sua família, de seu bairro, de seus amigos, etc.

É comum a idéia de que as pessoas estão esperando por um emprego. Mas pode-se pensar também na idéia de se criar empregos. No momento em que o país está numa crise de emprego a probabilidade desses jovens conseguirem emprego será baixa mesmo, não adianta fantasiar. Assim, é preciso criar alternativas. A alternativa mais importante para os jovens deveria ser a escola, e a segunda alternativa importante é a idéia de que o emprego pode ser criado; você cria empregos que são interessantes para o seu bairro, para os próprios jovens, etc. Aqui há um trabalho de imaginação, de criação difícil, mas talvez mais compensador que a luta por empregos escassos.

Eduardo Garuti Noronha - Professor de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

A articulação de programas como o Jovem Cidadão a programas de cadastro e encaminhamento dos jovens às vagas, e a empresas que ofereçam empregos na região, é fundamental para que o ciclo de inserção do jovem ao trabalho se concretize. Para muitos, as empresas deveriam investir mais na qualificação, ao invés de só contratar quem tem experiência. Também foi apontada a necessidade de se dar mais oportunidades para pessoas de baixa renda, que têm menos condições de competir com o jovem de maior renda e formação mais qualificada.

Todos esses programas podem ajudar a amenizar o problema do desemprego, mas, para que realmente tenham resultados satisfatórios é preciso que haja, além de maior articulação entre os órgãos públicos e as empresas, maior divulgação e acesso dos programas à comunidade - o próprio desconhecimento dos programas por boa parte da população traduz a fragilidade da atuação desses programas.

O grupo também identificou outras importantes barreiras ao exercício do direito ao trabalho, que levaram o processo de observação para uma perspectiva mais ampla. Entre essas barreiras está a discriminação enfrentada por aqueles que, na busca por emprego, têm a vaga negada sob a justificativa de morarem em bairros tidos como violentos, distantes, periféricos ou próximos a favelas, e a discriminação relacionada à cor da pele ou à origem social.

As iniciativas identificadas e as alternativas apontadas pelo grupo podem ajudar muito, mas evidentemente têm limitações: não podem, ao menos não diretamente, mudar a realidade com relação aos preconceitos e discriminações vivenciados pela população.

A ampliação na abordagem sobre a violação do direito ao trabalho aproximou o grupo da compreensão de que a existência dos problemas relacionados ao emprego e ao desemprego não está isolada das demais carências e violações enfrentadas pela comunidade, e que, sendo assim, a não efetivação do direito ao trabalho significa também

a violação dos demais direitos. Com a discussão dos problemas do bairro, a partir da leitura e da discussão sobre a Declaração Universal de Direitos Humanos, passamos a perceber a ausência de outros direitos. Somos cercados de faltas: faltam escolas, falta segurança, falta moradia para a maioria das pessoas, os meios de transporte são precários. O que vemos em nosso bairro são pessoas vivendo em ruas com esgoto a céu aberto, em barracos pequenos com

mais de seis pessoas, que na maioria das vezes são desempregadas e sem perspectiva de conseguir um trabalho. Muitas vezes vemos crianças sendo mal atendidas no posto de saúde do Jacira, que não tem capacidade para atender a todos com dignidade.

Com este trabalho de observação, passamos a nos preocupar e a discutir muito mais sobre os problemas que vemos. O sentido da observação também adquiriu mais clareza e solidez para nosso grupo. Ser observador é prestar atenção no que acontece, observar os problemas, conversar muito com as pessoas da comunidade, ouvir suas opiniões, discutir, criticar a situação do bairro. É também reconhecer as prioridades, identificar os problemas para, junto com os órgãos competentes, encontrar soluções.

Passamos a ver os obstáculos ao emprego de forma mais crítica e objetiva: como os jovens podem ter experiência de trabalho, se nunca trabalharam e não têm oportunidade? Por que não são oferecidos cursos ou empregos temporários para ajudar aqueles que nunca trabalharam a suprir sua “falta de experiência”?

Além da observação realizada pelo grupo, é importante destacar a necessidade de explorar outros fatores condizentes ao problema abordado e à realidade do Jardim Jacira, como o papel da escola na vida dos jovens e a relação destes jovens com suas famílias, explorando o caráter de decisão desempenhado pelos familiares no processo de ingresso dos jovens ao mercado de trabalho, uma vez que estas escolhas redefinem as atividades desempenhadas por estes jovens na rede familiar à qual pertencem (como a maior ou menor ênfase à formação escolar e o auxílio nas atividades domésticas).

A observação ampliada da realidade vivida pela comunidade, abordando aspectos para além do problema do desemprego, pode apontar novos caminhos para a resolução das violações enfrentadas pela população. Como foi observado por outro grupo do Observatório, o Chico Mendes, que abordou o problema da falta de espaços de cultura e lazer, algumas soluções para o problema podem surgir da resolução de outras carências da região: “a construção de Centros Culturais iria gerar emprego para muitas pessoas, como pedreiros, eletricitas, encanadores e outros profissionais que podemos encontrar em nossa própria região.”

Direito à educação e qualidade de ensino

O distrito do Sacomã faz parte da Região Administrativa Municipal do Ipiranga, que inclui também os distritos Saúde, Cursino e Ipiranga. Ocupa uma área de 1420 ha na zona centro-sul da cidade e contava com cerca de 221.200 habitantes em 2000.

Os indicadores sócio-econômicos do distrito apontam para uma realidade social melhor atendida pelos serviços públicos do que os demais distritos envolvidos no projeto Observatório de Direitos Humanos. Por comportar bairros com características sociais bastante díspares, os índices do Sacomã tendem a acompanhar os valores da média do município de São Paulo.

A distribuição etária da população, por exemplo, segue a tendência da média da cidade: em 1996, 33,56% dos moradores do Sacomã tinham menos de 18 anos e 3,21%, mais de 70; na média da cidade, esses valores eram, respectivamente, 33,66% e 3,52%.

A renda mensal média do distrito de Sacomã, também está bem próxima à média paulistana: por exemplo, em 1997, 22,4% dos habitantes do distrito ganhavam até 2,5 salários mínimos, a mesma porcentagem da população do município. O mesmo ocorre nas demais faixas de renda, como pode-se ver na tabela II, no final da primeira parte.

O nível médio de escolaridade do distrito também acompanha a média municipal, pois, em 1996, 41,5% dos moradores do distrito tinham 8 anos ou mais de estudo, a mesma porcentagem do município. Em relação aos que não completaram sequer um ano de estudo, eram 7,7% da população do bairro e 8,9% da do município.

O mesmo ocorre com a taxa de homicídios: em 1999, foi registrada

uma proporção de 66,89 mortes para cada 100.000 habitantes no município e, no Sacomã, o índice foi de 67,45.

Sacomã registra, no entanto, uma marcante presença de favelas: mais de 20% de seus moradores vivem em favelas, enquanto na média do município essa taxa é de aproximadamente 7%. Esse dado está relacionado às disparidades internas ao distrito que é formado por bairros muito pobres, pouco urbanizados e praticamente desprovidos de equipamentos públicos, como a favela de Heliópolis, e bairros de classe média, mais urbanizados e melhor equipados para o atendimento da população.

Os serviços de saúde são providos por dois hospitais (Ipiranga e Monumento) e 12 unidades de saúde, que atendem a toda população da região administrativa do Ipiranga. Em 1998, o número de leitos disponíveis era pequeno (403), resultando em um índice de 1,84 leitos para cada 1000 habitantes, proporção quase três vezes menor do que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde (4,5/1000 habitantes).

Para práticas culturais e de lazer, o distrito do Sacomã dispõe dos seguintes espaços: seis clubes desportivos municipais (CDMs), dois campos de futebol, duas praças públicas, uma biblioteca infanto-juvenil (Biblioteca Castro Alves), o Museu do Ipiranga, além de quadras esportivas nas escolas e centros de juventude. Apesar de ser melhor atendido do que outros distritos na cidade, esses serviços são insuficientes para atender todo o distrito, além de mal distribuídos geograficamente, pois são concentrados nos bairros de classe média. Outro serviço público mal distribuído são as delegacias policiais; das três presentes, nenhuma delas é próxima de Heliópolis.

I - Introdução

Localizada no Distrito do Sacomã na zona Sul de São Paulo, a favela de Heliópolis é a segunda maior favela da América Latina, onde vivem aproximadamente 100.000 pessoas, de forma precária. Apesar de estar centrada nas proximidades de regiões pouco carentes, como por exemplo o bairro Ipiranga, o local oferece serviços públicos insuficientes para atender a um contingente de pessoas tão extenso.

A favela possui apenas um posto de saúde, localizado na Estrada das Lágrimas e um hospital, o chamado Hospital Heliópolis com capacidade de atendimento de 208 pessoas por dia. Os demais hospitais e Postos de saúde localizam-se fora da região, o que dificulta muito o acesso da população aos serviços.

Há quatro escolas: duas de ensino fundamental e duas de ensino médio e não há falta de vagas, embora haja alguns problemas de vagas e de remoção em algumas delas no início do ano letivo. Apesar de ser uma região pauperizada, existe uma escola particular chamada Rumo Inicial, e não temos conhecimento de alguém que estude nela.

A ocupação da região foi irregular, pois os que iam lá morar compravam os terrenos de "grileiros" que os vendiam com documentos falsos. A população local se organizou em associações para planejar e agir contra aqueles que se diziam "donos da terra" e, na luta pela legalização da terra e pelo direito de lá residir foi criada a UNAS- União de Núcleos e Associações de Heliópolis e São João Clímaco, em janeiro de 1980. Depois de conquistar esses direitos, a UNAS começou a desenvolver atividades relacionadas à educação para jovens e adolescentes, assim como palestras e atividades relacionadas à cidadania destinadas à comunidade local.

Por ser muito populosa e ocupar uma área relativamente extensa, Heliópolis foi dividida em nove Núcleos: Mina, Heliópolis, Pam, Cento e Vinte, Lagoa, Imperador, Vicente Gaspar, Gaivota e Portuguesa. Em cada Núcleo - espécie de bairro dentro da favela - existe um Centro de Juventude, organizado pela comunidade. A UNAS representa a união de todos eles e possui aproximadamente 7.000 associados e por volta de 100 funcionários. É dividida em escritório central, creches, nove centros de juventude e projetos com jovens, nos quais atende direta e indiretamente aproximadamente 4.000 pessoas diariamente.

Os jovens observadores têm 16 anos de idade e freqüentam ou já freqüentaram as escolas da região. Até o início do projeto, tudo o que sabiam sobre os direitos humanos era decorrente da militância na UNAS, através da participação em atividades referentes à educação.

Escolheram o direito à educação porque consideram que a escola ocupa o papel central de desencadeador de mudanças na vida de uma comunidade. O respeito pelo local onde se estuda pode ser o início do entendimento sobre os

direitos e assim sendo, o começo para trabalhar a consciência individual e coletiva. É quando começamos a perceber que a escola de qualidade é possível; é quando começamos a almejar um futuro melhor e saber que a luta é possível e vale a pena.

II - Como desenvolvemos o trabalho

Desde o início das reuniões do Observatório com os jovens observadores eles mostraram interesse no tema da educação. Segundo suas próprias experiências, consideram que as escolas deixam muito a desejar quanto a qualidade do ensino e que a maioria não cumpre devidamente o seu papel. Conhecem muitos adolescentes que não usufruem o direito de educação por motivos diversos e este é um problema central na vida do jovem, cujos sonhos e ambições perpassam por um projeto educacional e sócio-educativo.

Ao perguntarem para os moradores de Heliópolis se sabiam o que eram os direitos humanos, muitos não sabiam e alguns já tinham ouvido falar e outros não tinham muita clareza sobre o assunto. O novo currículo escolar, regido pela última Lei de Diretrizes e Bases, prevê a inclusão do temas transversais durante as aulas. No entanto, os direitos humanos ficam às margens dessa proposta.

Ao longo da discussões iniciais, foi se definindo o foco da observação que se concentrou na qualidade da escola pública e as suas conseqüências para a vida dos jovens.

Para ampliar a discussão, resolvemos trabalhar com um grupo de adolescentes que participavam do projeto *Faz Tudo*, numa parceria da Comunidade Solidária e da UNAS. Participam do grupo jovens de 16 a 21 anos que se evadiram da escola, retornaram à educação formal e estão dispostos a aprender técnicas da construção civil. O grupo é heterogêneo, pois apresenta adolescentes que já estiveram em conflito com a lei assim como meninos em Liberdade Assistida. A idéia inicial era realizar entrevistas com alguma pessoa da comunidade e trazê-la para discussão com o *Faz Tudo*.

No primeiro encontro com o grupo, pensamos em exibir o filme "Sociedade dos Poetas Mortos", a fim de despertar nos jovens sentimentos e opiniões capazes de proporcionar uma discussão sobre as diferenças entre educar e instruir, além de levá-los à reflexão acerca da escola que faz parte da realidade da nossa comunidade. A nossa surpresa foi perceber a dificuldade deles, jovens de 16 a 21 anos de idade, em

DANIELA SABINO

jovem observadora

Daniela é paulistana, tem 16 anos e cursa a 7ª série do primeiro grau no curso supletivo. Seu pai nasceu no Rio de Janeiro e faleceu em 1992. Sua mãe tem 60 anos, nasceu em São Paulo, morou no interior e está em São Paulo há 30 anos, já trabalhou como babá e como empregada doméstica, mas faz três anos que está sem emprego. Daniela tem um irmão e três irmãs, sendo que três são casados, um deles mora no bairro, e as outras duas moram em Mauá (uma delas teve que se mudar porque seu marido traficava em Heliópolis). Sua única irmã solteira mora com a mãe e não trabalha há sete anos por sofrer de depressão.

Atualmente, Daniela mora com a mãe, mas por diversas vezes viveu fora de casa: seis anos com uma irmã e mais três anos com Solange (líder comunitária atuante na UNAS) porque teve muitas brigas com sua família, pois não queria ir à escola.

Entre os 07 e os 14 anos, Daniela frequentou o Centro de Juventude. Diz que nunca chegou a parar de estudar, ia para escola nem que fosse só para comer, gostava da professora de português porque ela falava sobre cidadania e direitos humanos. Usava as tardes para ir nadar na Praça da Sé, ir ao shopping ("afanar") e passear pela Praça dos Correios, na galeria black. Acha que sua formação escolar poderia ter sido melhor, se tivesse se esforçado mais.

Hoje Daniela, além de atuar no Observatório, trabalha na UNAS e faz mediação de leitura nos finais de semana. Ela destina parte do que recebe para auxiliar nas despesas da casa, que reparte com sua mãe, seu tio e o irmão. Sua mãe recebe também um auxílio da Igreja.

Quanto ao futuro, pretende terminar o 2º grau e cursar a faculdade de sociologia ou de moda. Para conseguir ingressar em uma faculdade, espera ganhar uma bolsa de estudos. "Meu sonho é ter um carro e uma casa bem legal para minha mãe aqui em Heliópolis. Não penso em sair de Heliópolis pois aqui estão todos que conheço. Pretendo me casar e ter sete filhos."

Nas horas de lazer gosta de ouvir um samba no bar da Maria, ir ao forró no Bar Esquinão, costumava ir ao Farol da Barra e à quadra da Torcida Organizada "Gaviões da Fiel". Às vezes vai aos shows que acontecem no Brasileirão (casa de shows em São João Clímaco) e nos shows de rap da Casa de Cultura do Ipiranga. Foi duas vezes ao teatro e apenas uma ao cinema, porque lhe pagaram. Também gosta muito de ler.

Tem muitos amigos onde mora mas os mais próximos são o Valteir, a Priscila e o namorado Ricardo. Não frequenta igreja, apesar de sua mãe ser evangélica frequentadora da Igreja "Deus é Amor".

Para Daniela, um dos principais problemas de Heliópolis é a falta de oportunidades de emprego. Outro problema é a falta de informação das pessoas da comunidade, pois é comum as pessoas pararem de estudar antes de concluírem o primeiro grau. "Meu irmão é um exemplo: parou de estudar na 5ª série e hoje, com 18 anos, está desempregado. Ele e a mulher dele". Também considera problemática a falta de lazer. Daniela acha que poderia ter uma escola de futebol e uma escola de samba no bairro e diz que nem precisaria trazer gente de fora para ensinar, pois lá mesmo tem muita gente com talento.

acompanhar o ritmo das legendas do filme. Isso nos trouxe mais perto da ineficiência da escola pública da região, que na maioria das vezes, não consegue fornecer ao aluno sequer a instrução básica, deixando de assegurar o direito à educação de qualidade.

Em nosso segundo encontro, escutamos todos os tipos de denúncias sobre condutas inapropriadas por parte de professores, coordenadores e diretores das escolas. Em seguida distribuímos um questionário com perguntas como: nome, série, idade e o que a escola já havia trabalhado sobre os direitos humanos.

O terceiro encontro foi mais turbulento, pois percebemos que não conseguiríamos avançar como pretendíamos sobre a questão da educação porque as discussões eram unicamente denunciadoras e não desencadeavam diálogos e reflexões.

Decidimos, então, não mais trabalhar com o grupo de jovens do *Faz Tudo* e seguir em frente somente com as entrevistas. No entanto, os poucos encontros que tivemos foram importantes para continuarmos a pesquisar a educação, porque são muito comuns aquelas situações descritas pelos jovens. Por que a escola agia daquele jeito e por que os alunos respondiam de maneira tão ameaçadora aos professores?

Todas estas reflexões nos permitiram perceber que a melhor forma de observarmos a situação do jovem de Heliópolis seria conversando com outras pessoas da comunidade e todos aqueles que estivessem ao nosso alcance. E assim foi feito.

Traçamos um cronograma de entrevistas para os dois primeiros meses de trabalho. Conversamos com diretores de duas escolas, uma delas exemplo de transformação e integração com a comunidade. Conversamos com líderes comunitários, dirigentes de creches e de Centros de Juventude. Depois desta primeira bateria de entrevistas, sentimos a necessidade de ouvirmos os professores de algumas escolas, alunos exemplares e mães de alunos. Tentamos agendar uma entrevista com o cantor de *rap* da comunidade, mas não conseguimos localizá-lo.

III - O que se observou?

Pudemos ver que muitos adolescentes do *Faz Tudo* não acreditam em melhorias, sem se darem conta que o fato de participarem do grupo e aprenderem construção civil, já foi uma melhora.

Dos jovens que entrevistamos, 35% consideram que estudam em escolas que possuem baixa qualidade. Muitos deles têm uma consciência crítica, mas não por causa da escola e sim pela própria experiência de vida, por viverem entre pessoas que usam drogas ou roubam por causa das necessidades. Daí começam a achar que as pessoas de classes sociais mais altas e os governantes é que são os culpados da situação. Eles culpam o sistema e nem sabem o que é o sistema.

A escola não está qualificando para o mercado de trabalho, pois não dá nem mesmo a qualificação básica/elementar ao aluno. Notamos que uma garota do grupo *Faz Tudo* que está na 7ª série escreve como uma que cursa a 4ª série. É comum encontrarmos crianças que estão na 4ª série e não sabem escrever seus próprios nomes. Isto influenciará demais o futuro delas. Elas não terão sido capacitadas para enfrentar um mercado de trabalho que exige cada vez mais um alto grau de aprendizagem. Geralmente, pensam que isto é simplesmente culpa do indivíduo, no entanto nós achamos que a culpa não é só do indivíduo mas de toda a sociedade.

“O direito à igualdade está difícil de ser exercido. Nossa educação é lamentável e o direito de toda criança estar na escola não é atendido. Talvez não faça muita diferença ela ir ou não ir à escola já que pelo que vemos aqui na comunidade, elas só vão para comer e nada mais”.

Durante o processo de entrevistas, pudemos registrar depoimentos de alunos e ex-alunos que presenciaram e/ou foram diretamente atingidos por agressões verbais na escola, que mostra claramente a violação dos direitos no contexto escolar.

Algumas das manifestações dizem respeito a confrontos entre professores e alunos e mostram simplesmente a falta de jeito e sensibilidade no diálogo entre ambos. A seguir estão alguns depoimentos de alunos que ilustram bem os conflitos vividos em sala de aula.

“O professor não quer ensinar a gente, eles xingam o povo.”

“O professor tem que falar com educação.”

“A professora não fala das regras da escola. Às vezes ela chega nervosa por algum problema que aconteceu na casa dela e expõe a raiva dela na sala de aula.”

“O professor quando explica a matéria e a classe diz que não entende, ele diz assim: ‘Eu só explico uma vez e se você não entendeu fica sem entender; na hora que for a correção de exercício, você entende’. Nos dias de prova eles não estão nem aí se a classe entende a matéria ou não.”

“Eu fui suspenso uma vez porque eu estava falando na sala de aula. A professora começou a gritar comigo e perguntar se eu não estava ouvindo e daí eu disse que continuaria a conversar porque ela não fala com educação. Ela me mandou ficar suspenso por cinco dias em casa e eu disse que ela não tinha o direito de fazer isso comigo. Disse que ela era professora mas que não tinha o direito de gritar comigo.”

“Há seis anos, eu vi dois meninos de mais ou menos 8 anos de idade brigando na sala. A diretora deu um chute na bunda de um dos moleques e mandou ele ir para a diretoria e ficar quieto senão ela faria alguma coisa com ele.” Bruno Miranda, 16 anos, Escola Manuela Lacerda Vergueiro.”

“Tinha um aluno especial que, do jeito que falava, escrevia. Ele escreveu uma redação com as palavras todas erradas. A professora leu em voz alta na sala e ele ficou morrendo de vergonha. Ela deu uma advertência para ele porque ele escrevia tudo errado. Foi na 5ª série do colégio Campos Sales. Não foi feito nada para que ele melhorasse. Foi a professora Maria Têresa que era diretora também.” (Valteir, EEPG Presidente Campos Salles)

“Esta mesma pessoa colocou um esparadrapo na boca do meu

irmão porque ele estava falando demais. Ele tinha 11 anos e estava na 3ª série. Meu irmão chegou em casa com a boca machucada.
“ (Maura)

“Ela puxava a orelha dos alunos. Ela é cheia de botar as regras dela de bater e puxar orelhas. Ela saiu e entrou o Bráz Rodrigues.”

Manifestações de racismo e discriminação pelo fato de os alunos viverem em uma favela, também são comuns neste contexto onde alunos e professores são obrigados a conviver de maneira precária, submetidos à agressão verbal e vezes até física. A partir daí, começam os casos de vandalismo em que a escola acaba sendo depredada, acarretando em prejuízos para todos.

“No final do ano passado, eu fui preso e fiquei alguns dias sem ir à escola. Quando voltei, eu estava debatendo de igual para igual com a professora sobre o que Hitler havia feito e ela me mandou calar a boca porque ela disse que não discutia com marginal e que todo favelado era assim. Eu perguntei se ela estava me xingando só por eu morar na favela e ela respondeu que queria dizer isso sim. Daí eu falei que ia matar ela e então ela saiu da escola.” (C.S.G.)

“As professoras na escola gritam ao invés de falar baixo. Se é um aluno negro elas falam: Fica quieto seu negro não sei o que. Não falam com educação.”

“A gente estudava no Colégio José Escobar, na R. Silva Bueno. Daí a gente passou de ano e todo mundo foi transferido para a escola Visconde de Itaúna, também localizado à R. Silva Bueno. A diretora dividiu as salas assim: quem morava na favela ia para uma sala e o resto ficava em outra. Eu fui até expulso porque todo mundo da favela começou a bagunçar. O nome da diretora era Maria Angélica que é diretora até hoje. Ela era folgada só porque o irmão dela era delegado. Um colega meu bagunçava porque todo mundo era revoltado e ela chamava a polícia direto para revistar a gente na porta da escola. Queriam ver se a gente tinha droga. Mandavam jogar os cadernos no chão, colocar às mãos para cima e encostar no muro no meio da rua, na frente de todo mundo. Eu estava na 7ª série e estudava à noite. Faltando dois meses para acabar as aulas ela chamou quase todos aos alunos da sala, quase todos moradores de Heliópolis, e expulsou todo mundo. Daí nós fomos expulsos e jogamos pedras nas janelas da escola.” (César da Silva Gomes, 18 anos, EE Professor Gualter da Silva)

“Eu acho que esse tipo de coisa não deveria acontecer, porque tem gente que é da favela e tem os playboys e a escola sempre discrimina os alunos da favela.”

“Uma vez, no início do ano roubaram a escola. No meio deste mesmo ano, eu fui preso. Depois de dois meses que eu havia sido preso, roubaram a escola mais uma vez. Eu tinha uma jaqueta que era igual a jaqueta que havia sido roubada na escola. Só porque eu tinha sido preso e estava com a mesma jaqueta, acharam que tinha sido eu que roubei a jaqueta. A diretora chamou meus pais e perguntou onde eu havia comprado a jaqueta. Eu disse que havia comprado a jaqueta em uma loja de roupas usadas e a diretora até pensou em ir até a loja. Só porque eu já tinha sido preso, a diretora quis por a culpa em mim. Eu fui discriminado.” (César da Silva Gomes, 18 anos, EE Professor Gualter da Silva)

“A diretora do CEPAL que só estava na direção desta escola há 3 meses chamou todos os alunos de favelados porque alguns alunos desligaram toda a eletricidade. Saiu até no jornal. Daí pessoas de fora e alguns alunos quebraram toda a escola. A diretora percebeu que estava ficando ruim para o lado dela e tirou licença e nunca mais apareceu na escola para explicar o que havia acontecido. Ela não morava em Heliópolis. Chegou a chamar a polícia para explicar a situação. O policial disse que ela iria pedir demissão porque ela estava com medo e a classe disse que ela não precisava ter medo e sim respeito pelos alunos. Nós ficamos 3 semanas sem aula. Este policial foi super legal. Disse que ele era igual a nós. Mas este policial a gente conhece e conversa com ele direto.” (EE Prof^o Ataliba de Oliveira)

Ainda neste contexto conflituoso, a presença das drogas e a facilidade como são usadas dentro da escola, semeiam maiores problemas que muitas vezes culminam em violência e desrespeito entre os atores escolares. Apesar da dura condenação ao uso de drogas, existe uma naturalização desse fato. Há depoimentos de alunos que atribuem ao efeito de algum tipo de droga a postura de alguns professores, ao lecionarem.

“Tinha um diretor há três anos chamado Orlando que vivia na favela catando maconha. Ele não é mais diretor ; foi expulso pois descobriram que ele ia na favela. Tinha uma professora de história que cheirava para caramba. Toda sexta-feira eu vejo uma galera bebendo vinho e whisky, fumando maconha e cheirando cocaína e ninguém fala nada. A diretoria não vê usando as drogas, mas sente o cheiro e não tomam nenhuma atitude. Eu já presenciei uma professora durante a aula sob o efeito de drogas. Eu discuti com ela e fui na diretoria e disse para prestarem atenção no estado em que ela se encontrava e a diretora disse para eu não falar nada; para eu ficar na minha.” (César da Silva Gomes, 18 anos, EE Professor Gualter da Silva)

“Existem duas quadras nesta escola que ficam fechadas com cadeado. No recreio as pessoas ficam sentadas conversando, outros ficam fumando um baseado, outros quebram a escola e outros picham porque não têm nada para fazer. Eles dizem que não liberam as quadras porque a gente quebra tudo. Na [Escola] Manuela não pode nem ter festa.” (Maura Rita de Oliveira, 16 anos, Escola Manuela Lacerda Vergueiro).

“Quando encontram algum aluno fumando maconha na escola, as funcionárias perguntam o que estão fazendo e os alunos respondem que estão fumando um baseado e oferecem. Ninguém faz nada porque eles têm medo do pessoal de Heliópolis.” (Maura, Escola Manuela Lacerda Vergueiro).

“Lá, os moleques estão fumando e as funcionárias da escola pedem para apagar e os alunos dizem que não vão apagar o baseado.” (EE Prof^o Gualter da Silva).

“Na escola Manuela, no período da noite, nunca teve aula sobre drogas e nem sobre sexo.” (Maura, Escola Manuela Lacerda Vergueiro).

“No período da tarde e da manhã eles dão, de vez em quando, aula sobre sexo e sobre drogas.” (Escola Manuela Lacerda Vergueiro).

Não são raros os casos em que a polícia interfere nos conflitos escolares e isso resulta em mais casos de violação de direitos, como abuso de autoridade e desrespeito moral. Colocar a polícia dentro da escola quando há conflitos, acaba criminalizando-os. Nestes casos, alguns diretores adotam uma visão segmentada da realidade ao tratar os problemas que surgem no espaço escolar.

“Este ano, jogaram bombas no banheiro algumas vezes. A diretora sempre acusava a gente e chegou a chamar a polícia para conversar conosco. Eles não nos revistaram mas cheiraram as nossas mãos para verificar se estava com cheiro de pólvora. Tudo que acontece lá, acusam a gente imediatamente, sem saber de nada.” (Marcio Gonçalves Pereira, 17 anos, 1º colegial, EE Tancredo Neves).

“De noite, nem polícia tem para garantir a segurança do aluno. Arma na escola é a coisa mais fácil de se ver. Todo mundo leva arma. Às vezes, no meio das aulas tem tiro.” (Aluno da EE Profº Gualter da Silva).

A falta de opções de cultura e lazer na região contribui para o descontentamento e a ociosidade das pessoas, o que faz os jovens, principalmente, tornarem-se vulneráveis ao tráfico de drogas e ao roubo. A escola deveria ser não só um pólo de educação mas também, irradiadora de atividades de lazer e cultura para a comunidade, já que esta é carente deste tipo de opção.

“No [colégio] Manuela só os professores podem usar a sala de computação. Eles falam que o aluno não pode usar porque vai quebrar.”

“Antigamente no [colégio] CEPAL tinha tudo. Tinha biblioteca aberta e informática para o aluno. Agora não tem mais informática nem fanfarra. Tem biblioteca, mas não funciona. A minha amiga foi pedir para consultar um livro e foi informada que não estava aberta para emprestar livros. Esta situação já persiste há quase cinco anos.” (EE Profº Ataliba de Oliveira)

“Para consultar uma biblioteca para fazer um trabalho tem que ir até a [biblioteca] Monteiro Lobato ou andar até a biblioteca Castro Alves.” (Valteir)

“Fecharam a biblioteca, porque disseram que estavam roubando. Faz tempo que fechou e nunca mais abriu.” (Maura, Escola Manuela Lacerda Vergueiro)

“No [colégio] Campo Sales a biblioteca é aberta para os alunos. Podem ser retirados livros para consulta. Lá é mais organizado.”

A escola que não funciona

A escola Estadual Professor Ataliba de Oliveira, localizada em São João Clímaco, era considerada, há quase 10 anos, a melhor da região e hoje enfrenta uma situação bem diferente. Há alguns meses, ela passou por uma onda de depredações em razão de descontentamento dos alunos com a diretora da época, que resultou na mudança da diretoria.

A atual diretora afirma que não há diferença entre a rede pública e as escolas privadas, pois todos os professores que lecionam em escolas da rede pública também lecionam na rede particular e que eles não fazem diferença no tratamento entre os alunos da escola pública e os da particular.

Os alunos afirmam que a questão dos direitos humanos não é devidamente trabalhada nessa escola, mas a diretora discorda.

“ Eu acho que estão saindo jovens com senso crítico desta escola. Eu acho que a gente nem tem que trabalhar os direitos humanos com os alunos, porque a nossa clientela vem com uma cabeça que acha que tem direitos, então a gente tem dificuldade de trabalhar porque para eles é tudo do direito deles então a gente vai fazer alguma coisa e eles falam: ‘Eu tô no meu direito.’ ” (Diretora da escola Ataliba).

Consideramos que a escola está em má situação porque os alunos nada sabem sobre os direitos humanos. A diretora não entra nas salas de aula; não conversa e mal conhece os alunos. Por isso é tão importante, para ela, que os alunos usem uniforme e só entrem na escola com apresentação da carteirinha. É o jeito que ela encontrou para identificar o aluno.

A relação imposta por ela é autoritária e baseada na pressão e no medo. A direção acha que suspender um aluno resolve o problema de indisciplina e atribui a culpa da situação escolar ao indivíduo, não trabalhando o coletivo. Por fim, percebe a realidade de forma segmentada, tendo uma visão dúbia e nebulosa dos problemas.

A diretora da escola responde defensivamente: *“O maior desafio do professor seria tentar orientar; ter uma visão, para que possa encaminhar os alunos para o caminho certo. Para a escola, o maior desafio é a questão da violência. Nós estamos tentando reerguer esta escola que há alguns meses sofre problemas de depredação muito sérios.”*

Quanto às dificuldades em manter relações com a comunidade, ela afirma que: *“O governo está tentando, tanto é que aos finais de semana a escola está aberta com o projeto Parceiros do Futuro. A gente também tenta; nós tivemos campeonato e íamos fazer aberto para a comunidade, mas não deu certo. Quando são só os nossos alunos, a gente tem mais controle, já quando abre para pessoas que não conhecemos fica mais complicado. O pessoal acaba abusando e causando problemas para a escola, tal como uso de drogas e depredação.”*

Ela afirma ainda que: *“A escola ideal é aquela que vai formar o aluno e instruir também. Não adianta a gente só formar e não dar conteúdos, né? Aí quando for trabalhar lá fora ele vai estar defasado. A gente pode formar um cidadão crítico, mas sem conteúdo? Se bem que sendo crítico ele vai correr atrás das coisas. Para se formar um cidadão crítico, a escola tem um papel central, mas eu acho que está muito difícil para a escola trabalhar isto, porque nós não estamos tendo apoio,*

PRISCILA INÁCIO

jovem observadora

Priscila tem 16 anos, cursa o último ano do ensino fundamental e tem mais seis irmãos. Seus pais são nascidos em São Paulo, a mãe é analfabeta e o padrasto não completou o ensino fundamental. Ambos estão desempregados há cerca de um ano e se mantêm com a ajuda familiar e uma cesta básica cedida pela Igreja.

Ela já estudou em várias escolas, teve problemas em uma delas onde foi discriminada pelos professores por ser negra. Em virtude dos conflitos e do trabalho, chegou a ficar quatro anos sem estudar. Reingressou nos estudos pelo supletivo, que diz ser muito fraco.

Priscila começou a trabalhar aos nove anos, numa barraca de legumes na feira com a mãe e as irmãs, também vendia flores em um semáforo de Moema. Aos doze anos parou de trabalhar e foi morar com Solange, líder comunitária da UNAS com quem vive até hoje.

No futuro, quer estudar pedagogia, filosofia e teatro. Gosta muito de teatro e atualmente participa como atriz de uma peça do grupo da UNAS. Suas maiores preocupações quando o assunto é entrar em uma faculdade são em relação à sua deficiência escolar para passar em um vestibular e suas más condições financeiras para pagar pelos cursos. Pensa em casar com 30 anos de idade e ter o primeiro filho com essa mesma idade. Mesmo que fique rica, não quer sair de Heliópolis.

Priscila adora sair, gosta de ir ao samba e ao pagode. Devido a suas atividades no teatro, agora assiste muitas peças. Tem um bom relacionamento com a vizinhança, e geralmente sai com a irmã do ex-namorado. Praticamente todos os seus amigos são da UNAS. Mesmo apontando muitos problemas, como violência e desemprego, Priscila pretende continuar morando em Heliópolis, pois gosta da união da comunidade e sente-se acolhida por ela.

VALTEIR DOS SANTOS PEREIRA

jovem observador

Valteir tem 16 anos e cursa o 2º ano do ensino médio. Seu pai é do Mato Grosso e sua mãe é do interior da Bahia, os dois se conheceram em Salvador, se reencontraram em São Paulo e estão casados há 25 anos. Sua mãe não completou o ensino fundamental e trabalha como empregada doméstica. Seu pai completou o ensino fundamental e está desempregado há muitos anos. A relação com a mãe é muito boa, já o pai, quando perdeu o emprego, entrou em depressão e tornou-se alcoólatra.

Tem sete irmãos e seu pai tem um filho com outra mulher, são cinco homens e duas mulheres. Quando Valteir fez três anos, sua família mudou-se para Heliópolis, seu pai ficara desempregado e não podia mais pagar aluguel. Seus pais compraram um terreno de um tio que possuía muitos lotes na favela e começaram a construir uma casa. Moram no mesmo lugar até hoje e a casa, que antigamente era de madeira, vem sendo construída e reformada pelos irmãos e pelo próprio Valteir que fez cursos de construção civil no grupo “Faz Tudo”, projeto educacional do programa Comunidade Solidária.

Por um longo período, sua mãe sustentou a casa sozinha mas hoje conta com a ajuda de pelo menos três filhos. Nesse período, Valteir teve muitos problemas com o pai, que bebia e era violento com sua mãe. Por isso, ele ficava muito tempo na rua na companhia de colegas, que na sua maioria usavam drogas e roubavam, ele próprio tornou-se usuário e chegou a perder alguns amigos envolvidos com drogas. Aos nove anos resolveu entrar no Centro de Juventude (CJ), lugar que inicialmente freqüentava só para comer; um ano depois, entrou para o grupo de adolescentes da UNAS por insistência de Solange (líder comunitária), do qual participa até hoje.

Nunca chegou a trabalhar formalmente e freqüentemente vigiava carros na praça da escola. Mas só o fazia para se divertir e não contribuía em casa, ficava com a turma e depois que recebia, ia comprar doce, jogar fliperama e tomar sorvete com o dinheiro. Também trabalhou na rádio comunitária de Heliópolis e no projeto Faz Tudo do Programa Comunidade Solidária.

Gosta de natação, futebol e foi apenas uma vez ao cinema, no Rio de Janeiro. No seu dia a dia costuma ficar em Heliópolis, onde participa de atividades na UNAS e, uma vez por semana, faz curso de mosaico no Projeto Aprendiz. Chegou a ir à Igreja Evangélica e à Assembléia de Deus mas apenas por curiosidade, não freqüenta nenhuma delas.

Quanto ao futuro, diz que em cada fase da sua vida teve um sonho diferente. Já quis ser médico, cineasta e agora pensa em estudar Ciências Sociais. Também não pretende sair de Heliópolis, pelo menos enquanto não tiverem vencido a luta pela melhora nas condições do lugar.

dentre outras coisas, da família. Para mim, o maior problema está na família. Infelizmente, do jeito que está a sociedade, a gente entende que os pais têm que trabalhar e os filhos ficam em casa praticamente sozinhos. O único lugar que eles têm é a escola. Quando é dia de aula normal, o que é feito é entrar na sala, sentar na cadeira e assistir aula. Eles não gostam disso. Quando não tem aula e a escola fica aberta para a comunidade, todo mundo entra. Eles estão sentindo falta de espaço; falta de lugar para eles. Talvez seja uma maneira de extravasar outras coisas e não ficar dentro da sala. Então eu acho que infelizmente a escola está tendo que assumir todos os segmentos. O que a família deveria estar fazendo e não faz, acaba caindo sob a responsabilidade da escola. Até o lazer é a gente que faz ! A parte cultural a gente tem que correr atrás também. Eu acho que a escola está com uma carga muito pesada.”

A má qualidade do ensino e a indisciplina são tratadas como sendo “falta de interesse do aluno”. Esta escola, assim como a maioria da região, não trabalha com as necessidades de cada aluno e no que tange aos direitos humanos, a maioria dos alunos não sabe o que são e diz que a escola não costuma trabalhar esta questão. Esta falta de esclarecimento contribui para que não seja criada e tampouco desenvolvida uma consciência crítica sobre os direitos, nem poder de reivindicação. O aluno acaba sentindo revolta e raiva, e não se considera protagonista da situação em que vive. Isso ficou claro nos encontros com os jovens do *Faz Tudo*, pois, ao perguntarmos o que eles poderiam fazer para mudar a realidade do ensino escolar, eles responderam que não poderiam fazer nada; eles não se consideram sujeitos na sua situação. Devido à falta de informação em geral, os jovens sentem revolta, ao invés de despertar a vontade de fazer algo para contribuir com a transformação da qualidade do ensino escolar.

“O maior problema desta escola é a falta de consciência. O aluno vem para a escola para bagunçar; ainda não entrou na cabeça deles que devem freqüentar a escola para estudar e não para fazer bagunça. Infelizmente, com esta política de que não se repete de ano, a escola está um caos. Não está na cabeça do aluno que ele deve aprender. A gente tenta despertar consciência todos os dias através de muita conversa.” (Diretora da escola Ataliba)

Conversamos também com membros do Grêmio de Alunos da Escola Ataliba de Oliveira que se formou em setembro de 2000 e teve permissão da atual dire-

tora da escola. Um dos motivos da expulsão da diretora foi a revolta dos alunos contra a sua não-aceitação da chapa para a diretoria do Grêmio. Mas na sua gestão aconteceram muitos problemas e os alunos estavam insatisfeitos.

O vice-presidente da chapa, Luciano, afirma que o Grêmio deve ter voz ativa, enquanto a direção da escola acredita que deve trabalhar em função da escola. Como a escola não está estruturada sob uma filosofia de integração, o Grêmio entra em choque com a direção e adquire um caráter meramente reivindicativo e fomentador de conflitos.

“O aluno da escola quando está insatisfeito com algum professor, costuma procurar o Grêmio para reclamar, pois se ele for direto à diretoria, não terá voz. Assim sendo, ele procura o Grêmio como canal de reivindicação.” Fábio, presidente do Grêmio.

Esta escola não tem estrutura e equipamentos para prover o aluno de informações. A biblioteca está inutilizada; os laboratórios de física, química e biologia não têm condições de receber os alunos e os computadores estão fora do alcance deles mesmo para fazer pesquisas solicitadas pelos professores. Como pesquisar o que a escola exige quando nem a um computador os alunos têm acesso?

“Nós, enquanto Grêmio, ainda não pensamos uma política em relação a utilização dos recursos existentes na escola porque os próprios alunos não cooperam. Se a biblioteca ficar aberta, vão destruí-la. O certo seria trabalhar com a conscientização dos alunos; o problema é que professor nenhum quer realizar este trabalho. Nossa escola não realiza atividades referentes aos temas transversais que estão previstos na Lei de Diretrizes e Bases, tais como aulas que envolvam conceitos de ética, cidadania e direitos humanos. Para começar a fazer com que os alunos desenvolvam alguma consciência dos seus direitos e lutem por eles podemos promover palestras, trazendo pessoas de fora para falar. Existe um professor da noite que quer começar a levar os alunos para conhecer a USP, para eles perceberem a importância de se estudar. Os alunos precisam sair deste ‘mundinho aqui’ e começar a conhecer o mundo lá fora para ter mais conhecimentos de como são as coisas e formar uma consciência crítica”. (Fábio, Presidente do Grêmio).

“Os nossos jovens vão para a escola e não ficam, porque o professor ainda é autoritário; ele acha que manda na sala. Não existe democracia. A democracia é a figura do diretor e do professor. O nosso jovem não tem liberdade de expressão nas escolas; eles não tem o canal de participação, mesmo tendo o grêmio.” (Cleide, Coordenadora do Centro da Juventude Parceiros da Criança)

Conseqüências da escola que não funciona

A escola sobre a qual acabamos de discorrer nada mais é que um exemplo que retrata a situação da grande maioria das escolas públicas da nossa cidade, para não dizer do nosso país. A falta de infra-estrutura física e sócio-educativa acarreta a precariedade do ensino escolar que, por sua vez, é o grande responsável pela improbabilidade de ascensão sócio-econômica da maioria. A ânsia por um futuro melhor está diretamente relacionada a uma boa colocação no mercado de trabalho, o que garantiria melhores condições de vida à família, num país onde nenhum cidadão tem seus direitos humanos garantidos na prática. Todos desejam melhores condições financeiras para poder pagar por serviços que, pela nossa legislação, deveriam estar disponíveis para população,

independentemente da classe social. Esses serviços deveriam apresentar a qualidade necessária para que todos os brasileiros pudessem simplesmente optar: por carreiras profissionais, por condições de moradia e por concorrer ou não, de igual para igual, com qualquer um que dispute uma vaga na universidade ou no mercado de trabalho.

As conseqüências de uma educação de má qualidade são muitas. Nas entrevistas com atores comunitários e escolares, colhemos diversos depoimentos que ilustram como estas conseqüências recaem no dia-a-dia da população de Heliópolis.

No que diz respeito ao jovem que está em conflito com a lei, a escola não propõe nenhum projeto para acolhê-lo, a começar pelo processo de matrícula, em que o adolescente já encontra obstáculos burocráticos para sua efetivação. A escola oferece o mesmo tratamento que oferece aos demais alunos. Visto que a maior parte das escolas que recebe jovens nesta condição localiza-se em regiões carentes, onde o tráfico de drogas constitui-se em um mercado de trabalho, o governo deveria adotar medidas sócio-educativas para que este jovem se (re) sociabilize o mais rápido possível através da escola, que ocupa um lugar central na vida do ser humano, para que ele cresça de maneira a garantir a continuação das condições de reprodução da vida humana.

Fábio acredita que o sistema de ensino não está preparado e estruturado para receber e trabalhar o adolescente que vive em condição de Liberdade Assistida (LA). Para ele, é difícil fazer um trabalho de recuperação efetiva com este jovem, pois o sistema não é suficiente para atender aqueles que entram para a vida do crime, o que torna muito mais difícil a sua ressocialização.

“ O jovem que comete um delito, está consciente. Ele sabe que a estrutura é ruim e que o sistema não colabora para nada, mas se ele teve consciência de fazer tem a consciência de não fazer.” (Fábio, jovem que trabalha na UNAS).

Fábio tem 21 anos de idade e mora em Heliópolis há 13. Trabalha na UNAS fazendo a parte burocrática e administrativa da entidade, além de participar do Grupo de Adolescentes da Associação. Ele participou do Centro de Juventude do Núcleo de Heliópolis e logo depois começou a fazer o curso técnico em informática no Colégio Portinari (particular). Nesta época, a UNAS recebeu uma doação de computadores e ele foi convidado para trabalhar na associação. Com o passar do tempo, ele passou a trabalhar também na parte administrativa. Fábio tem o ensino médio completo e cursou o ensino fundamental em uma escola do governo do Estado.

Ele considera que as pessoas que vêm de fora da cidade, normalmente não têm escolaridade e têm que trabalhar para ganhar R\$ 200,00 por mês. Seus filhos percebem que é bem mais fácil e rentável ganhar R\$100,00 em um dia de trabalho ligado ao tráfico e que a oferta está batendo na sua porta. Esses jovens sabem o que é o mau e o que é o bem, mas não sabem o que é o “sistema”.

Segundo Fábio, *“o jovem que foi à escola e recebeu uma educação de má qualidade, que é o caso das escolas da região, não vai se contentar com aquilo, mas se ele vai para escola e tem um ensino, mesmo que seja ruim, ele deve tentar aproveitar pelo menos o que é ensinado.”*

Nem todos têm a mesma consciência de Fábio e, para os adolescentes em geral alcançá-la, as escolas têm um papel central. Os pais deveriam ter consciência da importância de uma educação de qualidade; no entanto, na maioria das vezes, eles próprios não tiveram oportunidade de frequentar a escola e os que a tiveram, em sua maioria, dificilmente concluíram o 2º grau. Por isso é necessário um trabalho educacional com o aluno contextualizado, isto é, visto dentro de suas reais condições de vida, seja no âmbito familiar seja no âmbito social. É preciso, acima de tudo, um trabalho pautado nas suas reais oportunidades, oferecendo-lhes sempre condições de potencializar sua capacidade. Cada um poderia fazer a sua opção e apareceriam diversos novos talentos. Não nos cabe julgar se essas futuras opções seriam ou não bem-sucedidas, cabe-nos apurar que essas pessoas não tiveram ao menos opções.

Como exemplo desta falta de estrutura, apontamos a experiência de Ricardo Campos, 20 anos e morador da favela de Heliópolis. Quando tinha 17 anos de idade, foi preso por uma semana na delegacia. Na época, ele cursava a 7ª. série da Escola Manuela. Após esta semana de detenção, conseguiu cumprir os últimos meses do ano letivo e abandonou os estudos. Depois de três anos, resolveu concluir o ensino médio, mas a escola Manuela não aceitou a sua matrícula alegando que seus documentos não se encontravam lá. Ricardo diz que essa explicação não é verdadeira, pois os seus documentos sempre estiveram na escola, desde que começou a frequentá-la. Ele acredita que a escola não o aceitou por ter “passagem na polícia” e foi por isso que alegaram a falta dos documentos.

O mesmo processo aconteceu com alguns de seus amigos que já passaram pela Febem. O preconceito da escola em relação a esses adolescentes faz com que se restrinjam ainda mais as suas oportunidades e esperanças de ressocialização. Porém, o direito ao acesso à educação deveria ser o primeiro a ser atendido para que o adolescente reestruture sua vida e garanta a efetivação dos demais direitos. Hoje, Ricardo estuda no Telecurso oferecido pelo Centro de Juventude da Mina, localizado à R. da Mina, em frente a sede da UNAS.

Outro exemplo que ilustra a falta de políticas

Educação e Escola

Helena Singer

É preciso ter uma boa escola para ter um bom emprego? Eu não acredito muito nisso. Na verdade, esse é o discurso neoliberal que usa o fato de o indivíduo não ter frequentado boas escolas para justificar o seu desemprego, é uma forma de devolver o problema para o desempregado. Mas será que se todos tivessem acesso a excelentes escolas, haveria empregos para todos? A escola é muito mais a única forma de discriminação socialmente legitimada numa democracia. O empregador não pode dizer explicitamente que raça ele quer, que gênero ele quer, que idade ele quer, mas pode exigir um determinado grau de escolaridade que, por si só, já seleciona uma certa origem étnica-cultural, uma determinada faixa etária e uma determinada condição sócio-econômica. Todos aceitam, mas todos sabem que a escola não prepara para o mercado de trabalho; então, para quê exigir escolaridade? Muito provavelmente para justificar esta desigualdade e manter as pessoas perseguindo ideais individuais ao invés de coletivos.

Nós vivemos a pior ilusão da sociedade de classes que é a ilusão da mobilidade social. Passa-se a idéia de que uma formação escolar garante um bom emprego e assim se justifica o desemprego dos que são “ignorantes”. Mas, o aluno da “boa escola” não vai fazer uma “boa universidade” e ter um bom emprego porque sabe muito de história, física ou química, mas sim porque ele já vem da elite e é ali que ele vai se manter.

Será que existe diferença entre escola pública e privada quando a questão é a formação do indivíduo com consciência de seus direitos? A escola, independente de ser pública ou privada, tira o estímulo do aluno quando o obriga a cumprir tarefas que não fazem sentido para ele, mas que respondem a um currículo burocrático oficial. A escola desestimula o aluno quando mantém as quadras fechadas e as bibliotecas trancadas. E a escola mantém o aluno “ignorante” quando não lhe dá acesso à realidade que ultrapassa seus muros – sejam eles os muros da periferia ou os muros bem protegidos das escolas de classe média. Os Direitos Humanos não se aprendem em uma sala de aula e sim nas relações entre as pessoas na escola e no acesso que esta oferece aos bens culturais e às diferentes realidades de sua sociedade.

No relatório, o que os jovens chamam de escola ideal é aquela onde todos os problemas da comunidade são trabalhados - saúde, habitação, saneamento; a escola tem que se envolver em tudo isso, se ela fosse uma espécie de pólo de radiação para a resolução dos problemas da comunidade, não precisaria de aulas teóricas sobre Direitos Humanos.

A direção da escola que não deu certo atribui o seu fracasso a uma “sobrecarga”, a seu ver a escola estaria sobrecarregada com a obrigatoriedade de oferecer lazer, cultura e formação porque as famílias não estariam cumprindo seu papel. Assim, a escola – que deveria ser, por excelência, o espaço de lazer, cultura e formação – se assume como prisão. O objetivo não é formar o cidadão, mas sim formar o obediente. E para que a escola seja prisão, o professor precisa ser carcereiro e o estudo vira pena. Daí o ciclo se fecha: só tem um bom emprego aquele que se sacrificou, que cumpriu sua pena, os “ignorantes” são também “vagabundos”. É preciso desfazer esta velha impressão de que estudar é cansativo, o estudo não é cansativo, mas sim a escola.

Helena Singer – Diretora educacional da Fundação SEMCO

escolares para acolher alunos em condição especial é a história de Itamar. É um jovem autodidata de 19 anos de idade e portador de doença física devido a complicações que ocorreram no momento do parto. Ele não anda, arrasta-se e, quando fala, é muito difícil entendê-lo. Mora em Heliópolis há 11 anos e trabalha na feira como vendedor de alho e limão. Itamar nunca frequentou a escola e aprendeu a ler sozinho em revistas em quadrinhos da Mônica. Ele ficava olhando as revistas e afirma que “de repente” percebeu que estava lendo. Ele não procurou a escola, porque seria colocado numa classe de alunos especiais, que normalmente são aqueles que sofrem de deficiência mental, mas ele não possui este tipo de deficiência e sim a física.

“Eu não gostaria de estar estudando em uma classe especial porque iriam ser dois mundos: um para deficientes e outro para os normais. Tem que haver uma escola especial e não classe especial. Se eu fosse para a escola não adiantaria muito porque as pessoas normais que a frequentam, quando terminam os estudos não conseguem estar qualificados para o trabalho. Imagine eu!” (Itamar)

Assim como Ricardo, Itamar não encontra estrutura escolar para atendê-lo, visto que, mais especificamente no caso de Itamar, o Estado e/ou o município deveriam ter escolas especializadas no atendimento de pessoas portadoras de deficiências físicas já que elas não apresentam condições financeiras para pagar por uma escola diferenciada. O fato de Itamar nunca ter estudado trouxe conseqüências negativas em sua vida, como a falta de oportunidade de saber mais do que sabe hoje e a falta de possibilidade de conseguir um trabalho adequado à sua condição.

“Eu estava no trem com o meu cunhado, vendendo salgadinhos e apareceram os [fiscais] contratados da empresa de trem e apreenderam a mercadoria. Se tivéssemos ficado, teriam nos prendido. Isto acontece freqüentemente. A gente quer trabalhar honestamente mas o sistema não permite.”

O trabalho informal torna-se a única opção de atividade para aqueles que não tiveram uma formação de qualidade para que estivessem preparados para disputar vagas, tanto para o estudo nas universidades como no trabalho em empresas. Este fato acomete grande parte da população brasileira e, mais especificamente, a população residente nos grandes centros urbanos como São Paulo. O trabalho informal é comum e parece já estar consolidado em nossa sociedade.

O preconceito sobre os moradores de Heliópolis é comum a ponto de eles deixarem de escrever o nome do bairro em que vivem na ficha de inscrição quando procuram emprego, por sentirem-se discriminados pelo fato de residirem em uma favela. O jeito de vestir e a cor da pele são características físicas notadas pelos policiais das regiões próximas e usadas para práticas discriminatórias. Não é nada raro ouvirmos jovens que já foram revistados no meio da rua ou até na frente de suas escolas sem nenhuma denúncia, por policiais que, a partir de um simples olhar, consideraram-nos suspeitos.

Itamar conta uma passagem em que se sentiu intimamente discriminado. Ele e quatro amigos foram a um mercado e, assim que entraram, o segurança os seguiu, desconfiado do grupo em razão dos seus trajes. Compraram o que precisavam e logo foram embora. Ele afirma ter certeza de que se estivessem usando terno e gravata, teriam sido tratados melhor.

“Hoje, o culpado pela violência em nosso país é o jovem pobre. Mas, ninguém fala do porque de ele cometer infração. Ninguém fala do direito deste jovem que lhe foi tirado. Direito dele viver, de ter expectativas. Qual o pobre que vai a faculdade? Que assalariado que tem condições de pagar uma faculdade? A falta de uma educação de boa qualidade traz consequências como a falta de um emprego que possa garantir o sustento da família. O desemprego é uma consequência muito séria. Muitas vezes você encontra casas com tudo dentro, mas que não tem comida. O adolescente, neste contexto, não se conforma com esta situação e muitas vezes acabam indo para a criminalidade. Eles ficam revoltados por não poderem ter planejado o seu futuro. Essa situação só mudará quando os valores do ser humano forem trabalhados pela escola pois temos que ter claro que tudo passa pela educação. O que é planejado nas escolas públicas é um absurdo! Desde a minha época, não mudou nada. Assim, como pode ser o futuro desta criança?”

“Temos que mostrar para todos o que esta criança é capaz de fazer para contribuir para transformar a situação e não somente torná-la um adolescente infrator. Eu continuo acreditando que estes adolescentes ainda vão contribuir muito para mudanças. Eles têm que ser trabalhados para que isso aconteça.” (D. Genésia, Coordenadora do Centro de Juventude da Mina)

“A 2ª série não tem nada básico; não tem nada de História. Eles ainda estão aprendendo a formar frases. A gente percebe que existe uma deficiência muito grande. Chega na 4ª série, tem criança que não sabe ler direito e que não consegue articular um texto; falta palavra. Eu sempre estudei nas escolas da região e as crianças aqui do projeto estudam nessas escolas. Eu sinto uma diferença muito grande, pois, na 4ª série, pelo menos a tabuada eu sabia. Eu sinto que nós não estamos capacitando os nossos jovens. Isso é desumano. O nível da escola é muito baixo. O baixo preparo em relação à leitura, escrita e interpretação de texto torna difícil a comunicação com a criança. Em cada sala de aula eu tenho dois ou três adolescentes de 12 anos que não sabem ler. O problema é que os nossos jovens vão, futuramente, enfrentar outros jovens no mercado de trabalho que tiveram mais preparo do que eles. A minha filha estuda em escola particular e então eu consigo fazer a comparação. Percebo que o entendimento que ela tem em relação a questão dos direitos e cidadania é muito superior ao grau de entendimento que os adolescentes da comunidade que estudam em escolas municipais e estaduais. Isso atrapalha o jovem porque ele acaba não criando a consciência crítica de poder de reivindicação de direitos. Acaba criando-se revolta e raiva. O jovem não tem idéia da dimensão do problema e acaba criando revolta. Quanto à saúde, eles não conseguem entender que ter um serviço de saúde digno é direito deles; é o mínimo para se viver.” (Cleide, Coordenadora do Centro da Juventude Parceiros da Criança)

As boas práticas

A escola que funciona

A escola Presidente Campos Sales conta há quatro anos com a presença do diretor Brás Rodrigues. Desde então, a escola deu um salto em termos de qualidade de ensino e integração com a comunidade. Antes de ele assumir o comando da escola, ela era vista como uma das piores escolas da região. Ao contrário do que constatamos ao longo do presente trabalho, a Campos Sales foi a única escola cuja visão é inovadora sobre o que significa EDUCAÇÃO.

As escolas públicas estaduais e municipais desta região utilizam uma conduta autoritária no que diz respeito ao relacionamento com a comunidade escolar; isto é, os alunos não encontram espaços para suas reivindicações e de ocupação. Isso faz com que eles não participem do processo de decisão sobre as políticas existentes na escola e deixem de exercitar a sua capacidade de fazer seus direitos se tornarem efetivos.

Ao longo destes quatro anos, o diretor Brás Rodrigues vem se diferenciando pelo tipo de relacionamento que a direção mantém com professores, alunos e pais de alunos. A criação de várias comissões, todas elas com a participação de alunos, professores e coordenadores e algumas com a participação, também, dos pais de alunos, é uma proposta democrática e inovadora para o trabalho de planejar e decidir.

“A idéia que rege o projeto que estamos tentando implantar aqui na escola é que TUDO PASSA PELA EDUCAÇÃO, isto é, a escola tem que estar contaminada pelas necessidades da comunidade. Uma escola atuando não isoladamente pelas necessidades da comunidade. Uma escola atuando não isoladamente significa uma escola atuando com todas as outras instituições, desde a família até o Estado. Quando afirmamos que tudo passa pela educação, isto significa que a questão da moradia, da saúde e dos outros direitos são problemas da escola. Não que ela resolverá tudo, mas, tentará trabalhar o aluno contextualizado, ou seja, no seu contexto. É um processo lento e gradual.” (Diretor Brás Rodrigues).

Nas entrevistas realizadas com toda a comunidade escolar, a violência foi apontada como o principal problema de Heliópolis. Seguindo a linha de raciocínio do diretor Brás Rodrigues, o maior problema desta comunidade é a falta de espaço para os moradores em geral. Ele cita uma das principais causas da violência como sendo a maior deficiência da região, convertendo automaticamente o problema em solução, ao contrário dos demais que apontam a violência como problema mais urgente a se tratar.

“Quando aconteciam brigas, eu saía para resolver e todos falavam para eu não sair porque eu provavelmente levaria um tiro. Aqueles que se faziam de valentões, a gente ia na casa deles. Isso abriu, logicamente, um espaço para que nós pudéssemos estar tratando dos problemas reais dos alunos desta comunidade, inclusive fez com que a escola Campos Sales fosse a mais integrada com a comunidade da região.” (Diretor Brás Rodrigues).

Se a escola não trabalhar com o aluno contextualizado, o fracasso escolar irá continuar e não haverá muitas soluções capazes de reverter esta situação.

Segundo ele, existe um certo estranhamento da comunidade em relação ao seu trabalho, pois as pessoas estão preparadas para receber tudo pronto. Mas, mesmo assim, ele continua investindo nesta política na sua escola, pois só assim a comunidade começará a se conscientizar.

As suas estratégias para manter o aluno dentro da escola e fazer com que ele goste da escola tiveram resultados positivos. O aluno e o professor tomaram maior consciência sobre a importância da educação. Hoje em dia, é comum encontrar jovens de 12 anos de idade empenhados nas atividades do Grêmio escolar, ou seja, ocupando espaços de decisão para contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e de convivência na escola.

Os alunos tomaram consciência de que a escola é deles também. São eles mesmos que organizam os campeonatos na escola e são poucos os que cabulam aulas. A comunidade percebeu este avanço e isso fez com que a busca por vagas na escola aumentasse. Até as pessoas que moram longe, preferem estudar na Campos Sales.

“A escola ideal é aquela que está preocupada com a educação e que esteja, antes de tudo, interessada em formar cidadãos para poder mudar o futuro do jovem e do país”. (membro do Grêmio da escola Campos Sales)

O Grêmio da escola Campos Sales surgiu a partir de trabalhos relacionados à cidadania e direitos humanos. Ele foi formado há dois anos e conta com 31 pessoas envolvidas em suas atividades, sendo que muitas delas já saíram da escola. Sua filosofia é contribuir para o resgate e fortalecimento da cidadania de forma que as pessoas recebam e multipliquem as iniciativas para a escola e para a comunidade. A divulgação de seus projetos é feita de sala em sala, no “Boca-a-Boca” e não via panfletagem. O Grêmio participa de várias comissões existentes na escola, tais como: esporte, lazer, cultura, integração escola-comunidade, reivindicação e comunicação. Cada uma destas comissões é liderada por um membro do Grêmio.

“Isto foi uma conquista, pois despertou o interesse de formação de Grêmios em outras escolas da região.” (Membro do Grêmio da escola Campos Sales).

“A principal função do Grêmio, tomando como base o estatuto, seria representar os alunos diante a direção da escola. O objetivo do Grêmio é colocar o aluno dentro da escola pois nós vivemos na periferia e as pessoas que ficam na rua acabam se envolvendo com as drogas. Ao trazê-los para dentro da escola, para participarem de campeonatos, palestras e discussões eles acabam se envolvendo com outras atividades que não o uso de drogas. O foco do Grêmio estudantil dentro de uma escola pública é o adolescente. Este Grêmio participa da comissão escola-comunidade e a principal maneira que encontramos para atrair pais, alunos e comunidade em geral para a escola é convidar os pais a participarem de excursões como responsáveis. A escola ideal tem que ser um centro comunitário; tem que haver a integração escola-comunidade e também tem que ter professores engajados em algum projeto, professores dedicados a passar seus conhecimentos sem fazer distinção entre alunos da favela e os de escolas particulares; ter alunos que estejam conscientes de seus deveres e exercendo seus direitos com plena complexidade.” (Diretor da escola Campos Sales).

Uma particularidade deste Grêmio é que ele consegue fazer com que adolescentes de 12 e 13 anos de idade participem das atividades. Normalmente os Grêmios estudantis costumam agregar jovens de 16 e 17 anos, pois pensa-se que são os únicos com alguma consciência crítica e capazes de propor e fazer alguma coisa. Este Grêmio luta pela conquista de uma escola em que a comunidade participe e que não fique restrita ao prédio escolar, isto é, busca formar uma escola representada pela comunidade. O fato de ela ter um diretor integrado com a comunidade é muito importante, pois ele quer o melhor para a escola e para o aluno. Esta integração vem tomando corpo e é cada vez mais sólida, possibilitando a participação da comunidade em eventos e acontecimentos da comunidade como por exemplo, a *Passeata pela Paz* ocorrida no 1º semestre de 2000.

“ O Grêmio das escolas deve funcionar para exigir uma melhoria na qualidade do ensino e não só para ficar fazendo festas aos fins de semana. Ele tem que existir para trazer um melhor ensino e ele tem condições para isso. O papel do Grêmio é tentar buscar junto às secretarias municipais e estaduais de educação e de ensino uma melhoria na qualidade do ensino. Isso deve ser feito junto aos professores e diretores de escolas. Deve procurar integrar cada vez mais alunos da escola ao processo pois a partir daí, o jovem estará se conhecendo como cidadão também; será mais um aprendizado. No que se refere ao direito à educação, o jovem terá mais noção.” (Fábio- adolescente que trabalha na UNAS)

Outras duas boas iniciativas existentes na comunidade de Heliópolis são os Centros de Juventude (CJ), espaços de convivência e aprendizagem que a criança frequenta dos 7 aos 14 anos de idade. Neles são desenvolvidas atividades educativas como: reforço escolar, aulas de teatro, vídeos, oficinas de arte, esporte etc. Esse espaço é essencial para complementar a formação de uma criança, principalmente quando ela é moradora de uma comunidade mais carente em que as tardes não são preenchidas com cursos de idiomas, natação, computação ou *ballet*. A falta de vagas acarreta na ociosidade do adolescente que, por falta de opções de lazer e atividades culturais, torna-se vulnerável a ingressar em atividades ligadas ao tráfico de drogas, seduzido pelo o que esta atividade pode lhe render. Participar de um CJ significa participar da vida cultural da comunidade; significa ajudar a construir e a resgatar a história da comunidade; significa desenvolver o lado criativo que todo ser humano tem e mais do que isto tudo, significa alguns tijolos na construção da cidadania do indivíduo.

O Centro de Juventude do Núcleo da Mina, é coordenado por D. Genésia. Ela considera: *“Para chegarmos onde estamos hoje, houve movimentos de todos os lados da comunidade. Uma das coisas que nos preocupa muito aqui no CJ é a construção da cidadania. Percebemos que não existe projeto no âmbito federal, estadual e municipal voltado à criança e ao adolescente das classes mais desfavorecidas. A criança e o adolescente pobres sempre foram desprezados nesta sociedade. Nós temos um trabalho para prevenção do uso de drogas. É importante trabalharmos este adolescente no sentido de eles perceberem como é o seu contexto, pois, do contrário, ele não entende o porquê desta oferta do mundo das drogas estar tão fortemente presente na vida deles. Ele vive em um país em que ninguém dá importância para ele. A estrutura financeira da família é péssima. Mas por que essa estrutura é péssima? Será que meu*

pai ou minha mãe que quiseram assim? Ou, por que eu sou analfabeto? Eles não entendem da onde veio isso.” (D. Genésia- coordenadora do Cj da Mina).

O CJ da Mina desenvolve um trabalho para a construção e resgate da cidadania dos jovens que apresentam dificuldades para ajudá-los a entender por que eles estão em sua difícil situação. *“Que expectativa tem uma criança pobre?”*, pergunta D. Genésia.

Trabalha-se com a perspectiva de fazer o adolescente entender que ele também tem direito a fazer cursos de todos os níveis e que ele precisa saber sobre os seus direitos. Informar sobre os direitos humanos, isto é, os direitos e deveres, faz parte da política educacional deste Centro de Juventude.

“Se o adolescente conseguir perceber que ele é importante, ele vai poder lutar pelos seus direitos. No momento em que a maioria do nosso país, que é miserável, entender o porquê de estar vivendo nestas condições miseráveis, não vai mais querer estar na miséria e vai lutar para que isso mude. Nós não podemos trabalhar só a questão do reforço escolar, sem trabalhar a questão da cidadania, porquê ele é um ser humano como qualquer outro. Ele tem que saber o porque de viver nestas condições.” (D. Genésia, Coordenadora do Cj da Mina).

O *Parceiros da Criança* é um Centro de Juventude que conta com a parceria da iniciativa privada Para Cleide, sua coordenadora, o *Parceiros da Criança* possibilita trabalhar com as crianças a educação para o exercício da cidadania de maneira que a comunidade acredita. *“É muito diferente levar as crianças para visitar a Mostra do Redescobrimento quando ela já tem algum grau de entendimento sobre o que elas vão ver. O grau de assimilação é superior.”*

Esse tipo de atividade só é possível no “Parceiros da Criança” porque nos outros CJs não existe estrutura para isso. Cleide procura ajudar os outros CJs com cessão de recursos materiais, mas isto não é uma política e sim uma ação isolada. A maior parte dos CJs de Heliópolis é financiada pela prefeitura, e devido à insuficiência de recursos, há filas de espera, e, por isso, nem todas as crianças e adolescentes têm a oportunidade de freqüentar esses espaços. Cada espaço educacional que a criança deixa de freqüentar significa menos informações acumuladas, acarretando sérias conseqüências no futuro.

IV- Conclusão

A partir das entrevistas realizadas com pessoas da comunidade direta e indiretamente ligadas à educação, pudemos perceber que alguns fatores contribuem fortemente para que uma escola alcance seus objetivos ou não.

A partir dos contatos com diretores e professores de escolas e dirigentes de Centros de juventude compreendemos qual o papel que se pretende que a escola pública ocupe dentro da comunidade. A escola ideal, na visão dos entrevistados, é a que consegue fornecer ao aluno um ensino de boa qualidade capaz de prepará-lo para concorrer a uma vaga na universidade pública, já que é quase que impossível pagar por uma particular, ou a uma vaga no mercado de trabalho na qual ele receba um salário que lhe dê condições, e à sua família, de viverem

dignamente. A escola ideal é, ainda, aquela que consegue tornar-se referência central na vida de uma comunidade, ou seja, que propicia uma convivência pacífica entre os seus atores e os da comunidade, bem como a participação na tomada de decisões sobre os rumos da escola e da comunidade.

No entanto, para que o sonho da escola ideal se aproxime da realidade, é imprescindível trabalhar a questão dos direitos, não só respeitando-os mas utilizando-os como aliados no processo de transformação da escola e consequentemente da comunidade à qual ela pertence.

A visão segmentada e corporativa dos direitos que rege a grande maioria dos dirigentes e professores das escolas públicas é obstáculo para o enfrentamento dos conflitos internalizados dentro delas. Neste caso, os direitos são vistos como antagônicos e conflituosos no pleno exercício da cidadania, aparecendo como limite na proposição do diálogo e da busca de soluções.

A entrevista da diretora da escola que não funciona ilustra muito bem a questão. Em seu discurso, percebemos a visão de que a escola pública tem tudo para dar certo e ter um funcionamento exemplar, desde que os alunos ajam como ótimos cidadãos, as relações sociais na comunidade sejam harmônicas e o governo preste os serviços necessários. Atribuir às atitudes violentas dos alunos o fracasso da estrutura escolar é fácil, quando se desconhece o contexto familiar e social em que eles vivem. Definitivamente, a escola pública não dá conta de suas funções e obrigações no que tange à educação e ao papel que deveria desempenhar dentro da comunidade.

Vemos aqui a importância da indivisibilidade dos direitos humanos. Não basta o jovem ter sua vaga garantida, a escola tem que ter qualidade. Para que esta escola ganhe em qualidade, é necessário compreender que o ser humano tem que ter acesso a todos os serviços essenciais conseqüentes de direitos previstos na nossa constituição, isto é, direito à saúde, ao emprego e às condições de moradia decentes, dentre outros.

Como afirma Brás Rodrigues, "Tudo passa pela educação". É esta a filosofia que permeia o trabalho na escola Campos Sales, onde o diálogo permitiu uma participação democrática da comunidade escolar (professores, alunos, diretores e pais de alunos) no que tange à discussão de propostas e planejamento dos princípios que pautam a vida daquela escola.

Em trabalhos anteriores em projetos ligados à educação, participamos de atividades que a escola não consegue suprir como: mediação de leitura, pa-

O papel da escola

Maurício Érnica

É muito importante entender o que os jovens da UNAS estão chamando de escola ideal. Eles a definem por quatro características: deve ser um ambiente no qual o jovem desenvolverá uma consciência crítica do mundo em que vive; deve ter espaços de diálogo e negociação; deve procurar conhecer os alunos e levar em conta o mundo no qual se formaram como pessoas e, por fim, deve se integrar com a comunidade, compreendendo suas necessidades específicas e atuando junto a outras instituições locais para entender e buscar a solução dessas demandas.

Se o jovem se encontra numa comunidade na qual os momentos de vida cultural são muito restritos, a escola se torna o principal centro de vida social, cultural e de desenvolvimento de algumas habilidades. Contudo, se a escola não lhe proporciona essas experiências e não lhe garante esses aprendizados, ao fim da vida escolar esse jovem não terá as mesmas condições de fazer escolhas e disputar espaços com outros jovens que tiveram garantidas aquelas experiências e habilidades.

Na medida que as possibilidades de escolha e construção de projetos de vida se reduzem, fica mais difícil a esses jovens superar os caminhos mais comuns, como os empregos de baixa qualificação e baixa remuneração. Ao mesmo tempo, o desejo de se apropriar das riquezas materiais e simbólicas existentes persiste. Esse conflito deve ser considerado quando se busca compreender as diferentes formas de inserção dos jovens na vida social.

Nas escolas públicas, o diretor tem um papel fundamental, pois ele possui um poder grande para formular e, até mesmo, para inviabilizar propostas. O diretor e os educadores precisam reconhecer que a abertura da escola para a comunidade não é uma ação rápida e sem dificuldades e conflitos. Eles precisam sustentar esse processo e construir mecanismos eficientes de diálogo e negociação com a comunidade e se tornar o pólo cultural que os jovens da UNAS reivindicam.

Maurício Érnica – pesquisador do CENPEC – Centro de Estudo e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária

lestras de prevenção sexual e do uso de drogas e cursos profissionalizantes. A participação no Observatório nos permitiu ver a realidade da grande maioria dos jovens da região: a falta de um projeto educativo competente não lhes permite criar uma consciência crítica, mas só reproduzir a realidade de vida difícil e sofrida a que fomos acostumados a enfrentar. O jovem daqui não tem expectativas para o futuro, não vislumbra caminhos para sair desta condição, não se permite sonhar com uma vida mais digna, não acredita na transformação. É possível a escola tornar-se central dentro de uma comunidade pauperizada e carente e estabelecer diálogos e relações utilizando e reconhecendo os direitos. Para isso, consideramos essencial superar os obstáculos ao exercício do direito à educação, desde o que se refere à falta de qualidade no ensino, ao modelo da escola pública para que se evitem as conseqüências negativas da exclusão do jovem do espaço escolar.

Tabelas

Tabela I - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes - Município de São Paulo, média e distritos selecionados; e Itapecerica da Serra, 1999

DISTRITOS	TAXA
Jardim Ângela	116,23
Capão Redondo	93,02
Sacomã	67,45
Sé	107,62
Moema	4,11
São Paulo (média do município)	66,89
Itapecerica (média do município)	85,20

Fonte: Fundação SEADE 2000

Tabela II - População por renda média mensal em São Paulo, média do município e distritos selecionados, 1997

DISTRITOS	TOTAL	NÃO DECLARADO	ATÉ 2,5 SM	5 SM	7 SM	10 SM	15 SM	ACIMA DE 20 SM
Capão Redondo	100,0	15,5	29,1	12,1	15,4	11,1	10,4	6,4
Jardim Ângela	100,0	20,1	44,4	11,2	8,6	7,5	2,2	6,1
Sacomã	100,0	19,8	22,4	12,5	12,3	12,3	7,3	13,3
Mun. São Paulo	100,0	18,9	24,4	10,3	12,4	11,5	7,1	15,4
Itaim Paulista	100,0	21,7	34,2	16,0	12,4	9,6	4,4	1,7
Jardim Paulista	100,0	25,3	6,9	2,2	5,8	7,0	9,1	43,6

Fonte: Pesquisa Metro: origem/destino, 1997

Tabela III - Distribuição da População segundo Faixa Etária em São Paulo, média do município e distritos selecionados, 1996 (%)

DISTRITOS	Total	0 a 3	4 a 6	7 a 10	11 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 e +	Ignorada
São Paulo	100	6	5	7	8	10	10	9	9	8	7	5	4	3	3	2	2	1	1	0
Sacomã	100	7	5	7	8	9	9	9	9	8	7	5	4	3	3	2	2	1	1	0
Capão Redondo	100	7	6	8	9	11	11	10	9	8	7	5	3	2	2	1	1	0	0	1
Jardim Ângela	100	9	6	9	9	11	11	10	9	8	6	4	3	2	1	1	0	0	0	0

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/FIBGE - Contagem Populacional - 1996

Tabela IV - Escolaridade da População em São Paulo, média do município e distritos selecionados, e do bairro Jardim Jacira, de Itapeverica da Serra, 1996

DISTRITOS	TOTAL *	MENOS DE 1 ANO	1 A 7 ANOS	8 A 10 ANOS	11 A 14 ANOS	15 OU MAIS	NÃO DETERMINADO
Capão Redondo	100	7,7	55,0	20,1	12,2	1,8	3,2
Jd. Ângela	100	9,7	61,2	18,8	8,3	0,6	1,5
Sacomã	100	7,7	50,0	18,6	17,1	5,8	0,9
Município de SP	100	8,9	48,0	18,1	16,7	6,7	1,6
Lajeado	100	11,3	59,9	18,6	8,6	0,9	0,6
Jd. Paulista	100	19,7	20,7	11,0	22,1	24,8	1,7
Jd. Jacira**	100	14,7	68,1	12,4	3,9	0,6	0,2

Legendas:

* Total população = Pessoas com 4 anos ou mais

** fonte: UBS Jacira. Os dados se referem apenas ao Jd. Jacira; não fornece números absolutos

Fonte: SEMPLA, 2001



Rede de Observatórios de Direitos Humanos

A Implementação do Projeto-Piloto

Os textos contidos nesta Segunda Parte descrevem e analisam o processo de implementação do Projeto Piloto da Rede de Observatórios de Direitos Humanos. Inicialmente, procura-se apresentar uma caracterização dos Observatórios de Direitos Humanos com base na experiência desenvolvida no Piloto. A seguir, apresenta sumariamente a experiência pioneira da Índia na elaboração de um Relatório de Cidadania, que serviu de inspiração para o presente relatório. Em seguida, indica as razões da opção pelo trabalho com os jovens e as que levaram à escolha de uma estratégia participativa de implementação. Noutras seções apresenta o planejamento das atividades com os jovens e relata-se o desenvolvimento do trabalho pelos grupos. No final, há um balanço das lições aprendidas, dos resultados alcançados e as perspectivas para a continuidade do projeto.

Os textos foram elaborados pelo Grupo Executivo, com o apoio dos monitores. Dado que o projeto foi uma experiência piloto, as informações contidas nessa parte refletem a preocupação da equipe de não só apresentar o processo de montagem e desenvolvimento do projeto, mas também de sistematizar as avaliações que foram feitas ao longo do processo. Como tal, desde o princípio, a experiência foi objeto de avaliação com vistas à formulação de uma metodologia que permitisse a sua reprodução em outras cidades, regiões e países.

O que são os Observatórios de Direitos Humanos

Os Observatórios de Direitos Humanos têm sido considerados, pelos organismos que compõem o sistema ONU, um poderoso instrumento de monitoramento, controle e implementação de direitos. Os Observatórios têm ajudado os governos e entidades da sociedade civil a ampliar sua capacidade de percepção dos problemas sociais que afetam o mundo atual e, neste sentido, é um instrumento que, aliado a outros (*Common Country Assessment* e *Citizens' Report*), pode ampliar o escopo da participação da sociedade na definição de uma agenda de direitos para o século XXI.

Cada Observatório é um espaço de cooperação entre organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e agências públicas, nacionais e internacionais. Os Observatórios têm como objetivos levantar informações qualitativas sobre a situação dos direitos humanos nas diversas realidades locais, disseminar informações e capacitar lideranças voltadas à defesa dos direitos humanos, propondo medidas capazes de contribuir para a realização dos direitos fundamentais nas comunidades em que atuam.

As informações qualitativas levantadas contribuem para ampliar o conhecimento do exercício de direitos humanos dos segmentos mais excluídos da sociedade e para avaliar a atuação das agências estatais encarregadas de implementar serviços públicos. Essa abordagem é interessante não só para a identificação mais apurada dos obstáculos ao exercício dos direitos humanos, como também das boas práticas locais.

A integração em rede das organizações participantes, em estreita colaboração com instituições acadêmicas, associações profissionais e organismos governamentais diversos, possibilita uma ampliação de suas perspectivas e o fortalecimento das mesmas, permitindo também uma maior divulgação dos resultados obtidos na opinião pública e junto às instituições estatais, colaborando na formulação, implementação e controle de políticas públicas que amplifiquem o exercício dos direitos humanos

O engajamento e a capacitação de OSCs (Organizações da Sociedade Civil) – e de seus membros – implica tanto o conhecimento dos direitos humanos, como a divulgação de informações e indicadores oficiais e, principalmente, a ampliação da capacidade de observação da sua própria situação.

Enfim, os Observatórios atuam na formação de espaços públicos locais onde se constitui uma experiência coletiva de conhecimento, observação e exercício dos direitos humanos entre os jovens. Essa experiência é um ponto de apoio fundamental para a formação de ambiente público favorável à implementação dos direitos humanos, bem como à ampliação e divulgação da Rede de Observatórios de Direitos Humanos.

O Relatório de Cidadania inspira-se no denominado "*Citizens' Report*" produzido na Índia, no início dos anos oitenta, pelo *Centre for Science and Environment* (CSE), uma organização não-governamental. O Relatório elaborado pelo CSE procurou compor um quadro tão completo quanto possível das condições do meio ambiente indiano, levantando e sistematizando informações sobre as diversas comunidades rurais indianas, dados até então dispersos e ausentes dos relatórios oficiais.

O CSE teve como princípio não depender do financiamento de agências governamentais ou internacionais, procurando financiar suas pesquisas com a publicação de seus trabalhos. O CSE reduziu ao máximo os custos editoriais de produção e publicação do Relatório, para torná-lo acessível ao maior número de pessoas.

O Relatório encontrou grande receptividade na sociedade indiana e no exterior, especialmente por parte das agências governamentais e internacionais de políticas públicas, das organizações populares e das instituições acadêmicas. O Relatório fornecia um novo tipo de informação, pois sua abordagem mesclava jornalismo investigativo e pesquisa acadêmica, procurando dar voz ao maior número possível de fontes e coligar aquelas informações dispersas.

Um dos resultados do Relatório foi a criação de uma rede de pessoas e organizações interessadas na questão ambiental. Essa rede tornou-se muito importante para o levantamento das informações presentes no segundo Relatório, mais completo e mais amplo, bem como para a divulgação de seus resultados. O CSE também recebeu manifestações de apoio e ofertas de colaboração de muitas pessoas interessadas em desenvolver atividades de intervenção.

Assim, ao elaborar o segundo Relatório, o CSE não apenas levantou novas informações, como apresentou propostas de políticas públicas relativas às demandas identificadas e confrontou seu diagnóstico com outras análises existentes. O mais importante tipo de informação levantado foi sobre o que chamam as áreas de interface, as ligações entre diferentes espaços ecológicos e as comunidades que neles convivem, sobre as quais muito pouco era conhecido até então. Essas informações permitiram relativizar as afirmações existentes, abordando o problema do ponto de vista de populações nômades e muito pobres, cujas considerações e necessidades eram ignoradas pelos outros estudos.

Muitos grupos engajaram-se na distribuição do Relatório e outros, na sua tradução para as diversas línguas indianas. O CSE abriu mão dos direitos editoriais do Relatório para organizações representantes dessas línguas em troca da sua tradução gratuita. Assim, o Relatório conseguiu alcançar não só os meios urbanos e ilustrados, mas também pessoas de baixa renda, habitantes de áreas rurais e comunidades culturalmente diversas.

O primeiro Relatório foi criticado por não apontar soluções nem propor ações alternativas às que criticou. Entretanto, tratava-se de um diagnóstico que pretendia incorporar as mais diversas perspectivas e um dos resultados dessa abordagem foi exatamente a percepção da irrelevância, ou mesmo do

impacto negativo de muitas das soluções normalmente propostas. Os especialistas abordavam questões ambientais conhecendo muito pouco sobre os padrões de vida de comunidades marginalizadas e culturalmente diversas.

A participação direta de organizações da sociedade civil que estão em contato direto com as comunidades mais próximas das idéias populares, cujo conhecimento é gerado por sua ação e experiência ampliou o alcance do Relatório e permitiu que ele melhor incorporasse o ponto de vista dessas comunidades. Ou seja, o intercâmbio com aquelas organizações representou uma aprendizagem importante para que o Relatório pudesse apresentar maior compreensão dos pobres e da pobreza e formular propostas de intervenção mais efetivas.

Os resultados do *Citizens' Report* podem ser ilustrados pelo diagnóstico alternativo que produziu em relação ao diagnóstico e dos prognósticos indicados pela FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*) sobre a questão ambiental na Índia, especificamente a respeito da relação entre o crescimento populacional do país e a produção de alimentos.

Estudos anteriores apontavam que a Índia apresentava entre 1951 e 1981 uma tendência histórica de crescimento populacional muito maior que a ampliação da sua capacidade de produzir alimentos. Consideravam que a modernização da sociedade indiana havia modificado padrões de comportamento tradicionais, criando problemas como a degradação dos solos, desmatamento, mudança das culturas agrícolas, o que agravava a tendência à escassez alimentar. Face a esse problema, propunham programas de controle da natalidade para reverter a tendência.

O Relatório da FAO formulava um diagnóstico alternativo, procurando mostrar que a Índia tinha capacidade de produzir alimentos suficientes para a sua população, mesmo que se mantivessem as tendências de crescimento populacional. O país apresentava um enorme potencial de recursos naturais, tendo em vista suas estimativas sobre as capacidade do solo e outras variáveis como a pluviosidade. Concluía que o principal problema para a utilização dos recursos naturais da Índia era a baixa pluviosidade em regiões férteis, aliada à degradação acelerada de muitas regiões. E propunha a adoção de programas de ampliação da capacidade de produção alimentar, baseados na expansão da irrigação e do uso de fertilizantes agrícolas.

O Relatório do CSE aponta as insuficiências desse estudo, considerando-o apenas uma primeira aproximação de um diagnóstico sobre a real capacidade dos campos indianos. O Relatório da FAO era limitado devido à escala de seu levantamento e à abordagem incompleta das culturas agrícolas existentes, de que resultava a ausência de uma avaliação de alternativas alimentares, como a produção de peixes. Por outro lado, as propostas formuladas pela FAO eram demasiadamente otimistas quanto ao potencial da irrigação e do uso de fertilizantes, deixando de considerar as conseqüências ambientais negativas e de avaliar medidas alternativas disponíveis na cultura agrícola local. Assim, as propostas da FAO eram insuficientes porque o diagnóstico não havia partido do modo de vida das populações - a natureza da sociedade indiana determinaria o alcance da capacidade do seu campo. Numa sociedade em que o maior papel no uso dos recursos naturais era o da cooperação, antes que a competição e a

aquisição pessoal, o aumento da capacidade de produção deveria ser baseado na ampliação da cooperação a um nível muito maior do que era até então.

O Relatório de Cidadania procurou trabalhar na mesma direção, estimulando a comunidade a observar e relatar suas próprias condições de vida. O presente Relatório de Cidadania, realizado a partir do desenvolvimento, em São Paulo, do projeto-piloto da Rede de Observatórios de Direitos Humanos, procurou trabalhar na mesma direção.

Os grupos de jovens foram responsáveis pelo levantamento de informações sobre a situação dos direitos humanos no âmbito de suas comunidades. Ao observarem e relatarem as condições de vida locais e os entraves ao efetivo exercício dos direitos os grupos contribuem com informações distintas daquelas produzidas pelas agências governamentais ou pelas instituições de pesquisa e colaboram, dessa forma, para que sejam realizados diagnósticos mais amplos e profundos da realidade local.

Por que os Jovens?

O processo de consolidação das novas Democracias na América do Sul está colocado em risco pela incapacidade dos Estados em assegurar o acesso aos direitos humanos mais fundamentais para uma grande parte da população travando assim seu desenvolvimento humano, em especial dos grupos menos favorecidos entre os quais os jovens são os mais vulneráveis.

Hoje, os jovens na América do Sul não têm a maioria dos direitos econômicos, sociais e culturais assegurados, recebem uma educação pouco adaptada a suas necessidades e enfrentam os mais altos níveis de desemprego. Os jovens são, ao mesmo tempo, vítimas e protagonistas da violência ligada à criminalidade organizada e ao narcotráfico. Para dar apenas um exemplo, lembremos que as mais altas taxas de homicídio se encontram entre os jovens de 19 a 25 anos (em São Paulo, em algumas comunidades essas taxas atingem o patamar de 100 por 100.000 habitantes ao ano, a saber, o dobro da taxa média anual de homicídios na cidade de São Paulo, que por sua vez já é uma das mais altas do subcontinente).

Do ponto de vista demográfico, tivemos, durante os anos 80 e 90 um crescimento significativo da população jovem (entre 15 e 19 anos) como consequência da explosão demográfica verificada no período do milagre econômico. Ou seja, a onda jovem, que compreende indivíduos entre 15 e 24 anos, representa algo em torno de 20 por cento da população total do país. Paralelamente, a presença desses jovens na população economicamente ativa não acompanhou o fenômeno da onda jovem na mesma proporção. Isso quer dizer que há uma forte pressão sobre o jovem em termos de ausência de perspectivas em relação ao primeiro emprego. E os dados demográficos mostram que, na cidade de São Paulo, a maior proporção de jovens encontra-se exatamente nos bairros periféricos. Portanto, os jovens da cidade de São Paulo estão, também, vivendo em condições sócio-econômicas que oferecem mais risco e que os tornam mais vulneráveis.

A situação social dos jovens é agravada pelas condições de sua inserção no mercado de trabalho, na escola, no lazer e nas atividades culturais. Essas condições não são das melhores uma vez que as regiões onde eles vivem são conhecidamente as mais carentes de serviços públicos, ausentes ou de qualidade sabidamente inferior à de outros bairros da cidade.

Já há muitos diagnósticos e análises sobre a situação dos direitos humanos, mas esses privilegiam geralmente tratamento quantitativo sem levar em conta a percepção dos jovens acerca dos seus direitos. Esse projeto trabalhou com uma nova abordagem, participativa, que permitiu uma focalização específica no exercício dos direitos humanos pelos jovens.

A expectativa do projeto era que os jovens pudessem lançar um olhar inovador sobre a situação dos direitos humanos nas comunidades periféricas de São Paulo, produzindo novas informações estabelecendo uma nova perspectiva de diálogo com os diagnósticos oficiais produzidos externamente e levantando propostas para a pauta de políticas públicas para as localidades.

Atributos como a criatividade, a abertura para o diálogo, a disponibilidade para a intervenção e a flexibilidade face à mudança de posturas e concepções foram também pontos que atuaram favoravelmente no envolvimento de jovens no projeto.

As Opções de Implementação do Projeto

Desde as versões preliminares, colocavam-se como objetivos do projeto:

1. O levantamento de informações referentes ao exercício dos direitos nos locais que fazem parte do projeto. Esse objetivo teria os seguintes aspectos:
 - documentação de violações de direitos humanos;
 - a observação da situação do exercício dos direitos humanos em nível local;
 - a identificação e divulgação de boas práticas (*good practices*);
2. A disseminação de informações, tendo em vista a formação de lideranças locais e a ampliação da consciência dos direitos humanos. Esse objetivo priorizava:
 - A divulgação de indicadores de direitos humanos nas localidades;
3. A capacitação de lideranças das OSCs de jovens e de outros agentes para a promoção dos direitos humanos;
4. A integração do Observatório em rede.

A construção da rede seria voltada para a circulação de informações, a intensificação das trocas entre as OSCs, a sua atuação conjunta em pontos e sobre temas a serem definidos por elas próprias e pelo Grupo Executivo (GE). Porém, ela supunha que os agentes a serem integrados à rede já estivessem constituídos minimamente na condição de observadores de direitos humanos e, por isso, era um objetivo a ser alcançado posteriormente.

A observação e a disseminação de informações acarretavam algumas tensões para a implementação. O levantamento de informações privilegiava o fluxo delas no sentido dos grupos de jovens para o GE, enquanto a disseminação de informações privilegiava o fluxo no sentido oposto. As decisões a respeito dessas questões iriam implicar diferentes formas e objetivos da capacitação.

O levantamento de informações na forma de um trabalho de natureza acadêmica era excluído desde o início do projeto, dada a sua inspiração na experiência indiana do *Citizens' Report*. A vantagem do trabalho de tipo acadêmico seria a produção de informações metodologicamente controladas, generalizáveis e comparáveis com as produzidas por outros organismos. Porém, essa opção consistiria em extrair informações, sem preocupação com as repercussões da execução do projeto para as pessoas e localidades envolvidas e, assim, colocaria os jovens participantes na condição de assistentes de pesquisa, com poucos ganhos para a ampliação de um ambiente favorável para a efetividade dos direitos humanos nos bairros.

Excluída essa via, eram pouco claros os arranjos concretos de implementação que permitissem articular e hierarquizar os objetivos do projeto. Esses objetivos implicavam arranjos completamente diferentes, com efeitos sobre as relações entre os participantes, seus papéis, o tipo de atividade etc., que deveriam ser adequados aos limites da implementação do piloto.

Para a disseminação de informações sobre direitos humanos nas localidades, o projeto seria mobilizado no sentido da formação dos jovens para tornarem-se lideranças nas OSCs e para que atuassem em prol da promoção dos direitos humanos.

A formação de jovens teria um caráter de capacitação mais imediato, promovendo a sua compreensão dos direitos humanos enunciados na legislação nacional e nas convenções internacionais, a compreensão de informações e indicadores a respeito da situação dos direitos humanos no país e nas suas regiões, e, enfim, de técnicas de divulgação dessas informações na sua localidade, a fim de sensibilizar os seus próximos.

Os jovens seriam, pois, capacitados para a ação voltada à mobilização de organizações e recursos locais, à expressão de demandas junto à opinião pública e, especialmente, à intervenção junto a autoridades públicas e lideranças políticas, para demandar políticas públicas voltadas à efetivação de seus direitos.

Essa via suporia que o GE apresentasse aos jovens uma pauta de direitos humanos universais supra-estatais, ancorados em entidades políticas de caráter internacional, ainda mais abstratas e distanciadas que o próprio Estado. Seria como que incentivar os grupos de jovens a fazerem a medição entre as carências locais comparadas com as declarações de direitos e os indicadores produzidos por aquelas agências supra-estatais, buscando convencê-los de que essa distância significa violações de direitos humanos dos quais eles são titulares.

Uma característica dessa estratégia seria o caráter instrumental das informações disponibilizadas pelo Grupo Executivo e da sua própria relação com os jovens. O GE forneceria aos jovens um “treinamento intensivo” sobre direitos humanos e indicadores sociais como instrumentos de suporte à sua ação em prol da efetivação dos direitos humanos nas suas localidades. Com isso suporia-se que o saber detido pelo GE seria suficiente em termos de informações, de técnicas e de objetivos que podem ser transmitidos para os jovens.

A aposta do projeto seria que o acesso à informação teria um papel transformador da consciência daqueles sujeitos, para os quais, uma vez adquiridas, as informações tornar-se-iam o suporte de sua futura ação coletiva.

Porém, essa estratégia apresentava algumas insuficiências e riscos.

Do ponto de vista do conceito de direitos humanos, ao ser implementado dessa maneira, o projeto trabalharia com concepções insuficientes de direitos humanos, pois seria baseado numa concepção liberal de direitos, em que os sujeitos são titulares de direitos e devem ter garantias e defesas para proteger a sua liberdade negativa, especialmente contra a ação de um Estado que tende sempre ao abuso e ao arbítrio. O projeto poderia trabalhar também com uma concepção de direitos em que os sujeitos, como membros da coletividade nacional, seriam titulares de direitos positivos, e demandariam políticas sociais para a satisfação de suas necessidades básicas e a promoção do seu potencial individual e coletivo. Os sujeitos seriam concebidos numa situação de carência, constituindo-se como pólos passivos em relação ao Estado provedor dos meios para a superação da situação.

Como consequência, o risco seria incentivar apenas uma cidadania passiva entre os jovens, que se afirmariam como sujeitos de direitos, concebidos em termos jurídicos, como participantes do pacto nacional, que estariam submetidos a necessidades e riscos e que estariam intitulados a receber compensações do Estado via políticas sociais. O sentido do projeto seria ampliar essa consciência e auxiliar na promoção de demandas de redistribuição de bens e serviços públicos, voltadas ao Estado, promovidas por movimentos que se colocam na condição de receptores de políticas sociais.

O projeto adotava a concepção de direitos humanos como um conjunto indivisível, de que se toma consciência da sua complexidade, do seu caráter multidimensional do respeito e do exercício dos direitos, o que torna essencial a ação coletiva - de agentes individuais e coletivos; locais, nacionais e internacionais; públicos e privados - para criar um ambiente favorável ao exercício e à promoção do potencial de desenvolvimento humano dos indivíduos e das coletividades. Por isso, era necessário contornar os riscos de uma concepção passiva de cidadania, para um sentido de promoção de uma cidadania ativa, em que, além do caráter redistributivo, provocasse alterações no quadro do poder político, no sentido de uma prática argumentada e publicamente discutida das políticas sociais.

A implementação do projeto deveria prever ainda outras resistências aos temas do direito estatal e dos direitos humanos entre os jovens e outros envolvidos.

Essas resistências têm sido estudadas em pesquisas acadêmicas e avaliações de experiências de atuação na periferia. O direito estatal é associado a demandas e rejeições, pois, por um lado, os agentes estatais muitas vezes promovem ações violentas, arbitrárias, clientelistas, intermitentes e incompreensíveis para os moradores da periferia. O direito estatal é, por isso, considerado ineficaz e alheio à comunidade, por apresentar normas, valores, critérios e procedimentos de tomada de decisão que lhes são externos. Por outro lado, dada a quase inexistência de serviços públicos essenciais, demanda-se por eles, para a satisfação de necessidades básicas dos seus habitantes, bem como para a alteração das relações de poder local.

A experiência comum dos moradores da periferia é a da pluralidade de ordens normativas, que se constrói com oposições como pobres e ricos; centro e periferia; leis da cidade e leis do bairro, como foi expressada ao longo do projeto pelos jovens e outros participantes. Através dessas dualidades se organiza a sua percepção das desigualdades sociais e da inefetividade da ordem pública nas suas localidades. Elas indicam que o seu comportamento no bairro deve ser orientado primariamente segundo as relações de poder e as regras do sistema normativo local e, pois, o seu ceticismo em relação à efetividade da ordem pública face a elas. Elas são a expressão, muitas vezes, da resignação diante de uma situação considerada inevitável, em que as oposições se transformam em relações hierárquicas de uma ordem social "natural".

Por sua vez, o sentido trivial dos direitos humanos difundido pela mídia e outros setores conservadores é colocado no interior do jogo de categorias do sistema ético dualista (ricos/pobres; trabalhadores/bandidos). Com isso, apare-

cem como a confusão entre pólos opostos ou são reduzidos a um dos termos, “os direitos dos bandidos”. Isso torna a expressão “direitos humanos” objeto de rejeição pela população pobre, inclusive por parte de alguns jovens participantes, no início do projeto.

Porém, essas dualidades do sistema moral dos moradores da periferia não são contraditórias com os direitos humanos, pois fundam-se num princípio comum de humanidade, a concepção de uma condição humana fundamentalmente igualitária. Mostram também a sua consciência de que não têm acesso, como outros, a certos bens, como serviços públicos e direitos, que aspiram para si. Expressam, principalmente, a sua consciência das limitações, em termos econômicos, sociais, culturais e políticos, opostas à realização de seu potencial de desenvolvimento humano devido às condições adversas em que vivem.

O levantamento de informações qualitativas, com ampla participação dos jovens permitia compatibilizar os objetivos da observação e da disseminação, contornar os riscos e resistências previstos e, ainda, trabalhar com um conceito amplo de direitos humanos voltado à promoção de uma cidadania ativa entre os jovens.

Do ponto de vista da produção de informações, a estratégia permitiria mobilizar os participantes para a produção de informações e diagnósticos inéditos. A informação assim produzida teria maior acuidade pelo enfoque nas condições locais e na experiência dos sujeitos em relação às privações de seus direitos. Esse tipo de informação permitiria a identificação e divulgação de boas práticas (*good practices*), a indagação das razões de seu sucesso.

A estratégia de implementação tomaria a forma de subjetivação dos agentes locais como condição prévia para a constituição dos Observatórios e a formação de defensores dos direitos humanos. O ponto de partida mais promissor seria a constatação de que os jovens têm plena consciência de que seu potencial de desenvolvimento humano é seriamente limitado pelas condições sociais, culturais, econômicas e políticas em que se encontram.

O projeto procuraria incentivar os grupos de jovens a tornarem mais preciso esse saber; a observar a sua situação, a reconhecê-la como composta de violações e a começar a identificar os fatores que a causam e que impedem que eles desenvolvam o seu potencial humano, a verbalizar o seu saber na linguagem dos direitos humanos e, enfim, a identificar as iniciativas que poderão fazê-los ultrapassar essa situação, bem como os espaços públicos, estatais ou não, nos quais irão negociar suas demandas e confrontar sua perspectivas com outros agentes e interesses.

O trabalho com os jovens enfatizaria a dimensão coletiva de sua ação, de que eles já tinham experiência pela sua atuação em movimentos sociais e associações locais. A dimensão coletiva da execução do projeto em cada um dos grupos adquiriria aqui toda a sua importância, pois, não teria apenas o objetivo de produzir informações, de facilitar o conhecimento da realidade social, mas com ela, a observação tornar-se-ia uma experiência comum dos jovens, que passaram a buscar e obter uma linguagem para identificar e relatar a realidade sobre a qual eram estimulados a lançar um novo “olhar”. Assim, seria disseminada uma concepção de direitos humanos que enfatiza seu caráter indivisível,

complexo e coletivo, cuja efetividade depende não só da pressão de OSCs junto à esfera pública estatal, mas também do fortalecimento de uma experiência comum dos direitos, obtida pela ampliação de espaços públicos locais e a criação de um ambiente local favorável ao seu exercício e ampliação.

A estratégia teria também a vantagem de representar um papel relevante para a formação dos jovens para a observação, embora esse objetivo não estivesse muito claro no início do piloto. Pensava-se que a estratégia de implementação participativa priorizava o levantamento de informações deixando de lado a disseminação. Ao longo do projeto, tornar-se-ia evidente ao GE que o objetivo da disseminação seria alcançado através da formação, num sentido específico: a formação dos jovens para atuarem como observadores coletivos. Os objetivos de levantamento de informações e formação dos jovens não se colocariam mais em concorrência, mas tornar-se-iam momentos complementares no processo de formação dos Observatórios. No mesmo sentido, à medida que essa formação ocorria, ampliava-se o seu interesse para os instrumentos e estratégias de promoção dos direitos humanos.

Assim, a mudança na percepção dos direitos e de suas violações locais seria obtida, não com a transmissão de informações, mas com o estímulo à observação coletiva, à formulação de uma pauta própria de temas, ao diálogo dentro dos grupos e com outros interlocutores. A atuação nos movimentos sociais e associações abriria para a possibilidade de romper o seu isolamento, incentivando a participação e a ampliação de esferas públicas, baseadas no reconhecimento público do que é comum e divergente entre os participantes, e, pois, de caráter deliberativo, plural e construtivo de proposições e ações coletivas. Com isso, eles passariam a ter uma nova compreensão da natureza dos objetos atingidos pelas violações de direitos humanos, não mais objetos particulares atingidos por indivíduos específicos, mas objetos comuns, constitutivos do seu potencial coletivo de realização enquanto sujeitos de direitos. Passava a ser enfatizado que o objetivo de sua ação, era local e geral, por um lado, devido à sua condição comum à de outras localidades similares, que torna a articulação das ações desejável; e, por outro lado, pelo caráter complexo e articulado de muitas violações de direitos humanos, o que torna a sua promoção o resultado de uma atuação mais ampla, em âmbitos macropolíticos e de atuação em movimentos sociais. Não se tratava apenas de buscar a melhoria das condições materiais de alguns sujeitos da localidade, mas de uma ação que tivesse como alvo os direitos humanos em seu sentido complexo e indivisível.

A estratégia de implementação procurou, pois, combinar a produção de informação com a formação de jovens para a observação. Os efeitos acadêmicos - ou seja, a produção de conhecimento disponível para a Universidade e agências de produção de informações - e os efeitos de intervenção - a intensificação de reivindicações por direitos em nível local - foram vistos como benéficos e esperados pela implantação do projeto, mas, para o piloto, tornaram-se secundários em relação à criação ou fortalecimento de espaços coletivos locais entre os jovens, em que eles compartilhem a experiência do conhecimento, da luta e do exercício dos direitos humanos.

Essa opção implicou a adoção dos arranjos de implementação especificados a seguir.

Propostas para as reuniões dos grupos de jovens

Vimos que o Grupo Executivo considerou mais adequada a adoção de uma estratégia de trabalho participativa, em que os direitos humanos não fossem colocados para os jovens como uma carta completa e pré-determinada de textos legais, cuja observação seria uma tarefa definida unilateralmente pelo GE.

Dada a perspectiva da indivisibilidade e do caráter complexo dos direitos, os objetivos do trabalho e o exemplo de participação do *Citizens' Report* indiano, foi proposto aos grupos de jovens que fizessem uma discussão interna e com outros jovens, a fim de escolher qual direito seria o mais relevante para a observação na sua região. Uma vez estabelecidos os direitos a serem observados, o Grupo Executivo formulou algumas propostas iniciais para o trabalho dos grupos de jovens sobre a situação dos direitos em suas comunidades e a maneira pela qual parceiros iriam levantar as informações.

Essas propostas se basearam no princípio de que a participação dos jovens deveria ser o elemento central do trabalho, mas que, ao mesmo tempo, fosse mantido algum acompanhamento pelo Grupo Executivo, a fim de garantir a realização da proposta de elaboração de um *Relatório de Cidadania*. O ponto central da estratégia de trabalho foi o seguinte: o Grupo Executivo e os monitores teriam uma atuação mais formal, voltada a garantir o processo, e acompanhariam o trabalho dos jovens, no sentido de estimulá-los a realizar as atividades do projeto, a facilitar o seu acesso a informações e a contatos relevantes etc. Os grupos de jovens tomariam as decisões referentes à maneira pela qual seriam realizadas as atividades de observação, ou seja, desenvolveriam o conteúdo da observação. Acreditava-se que a observação iria criar seus próprios desdobramentos em termos de atividades voltadas para aprofundar e ampliar o conhecimento do exercício do direito escolhido pelos jovens.

Considerou-se que cada grupo constituía o espaço de coleta de informações, análise e reflexão para a posterior elaboração de relatórios parciais. Isso implicava a necessidade de capacitar os grupos de jovens para esse trabalho, dentro da perspectiva proposta.

Da parte dos grupos de jovens, isso implicava que o levantamento das informações e o seu diagnóstico seriam realizados no âmbito das próprias localidades. Indicou-se como seqüência que os grupos parceiros elaborariam, inicialmente, o seu diagnóstico, que ampliariam a discussão para "fora" do grupo e que elaborariam um novo diagnóstico da situação no relatório final. Detalhando esses passos foi proposto:

- 1) Para melhor documentar a evolução dos próprios grupos, um relatório inicial, no qual fossem apresentadas as suas opiniões a respeito do tema que escolheram. Qual direito - e quais aspectos particulares - o grupo escolheu como tema de pesquisa? Como identificou o tema? Por que considera o tema relevante? Qual a relação e a importância desse tema para os outros direitos? Quais as possíveis causas dos obstáculos para o exercício efetivo do direito escolhido? Quais as soluções que o grupo vislumbra? O grupo conhece práticas na comunidade que têm solucionado ou melhorado a efetividade do exercício desse direito?

2) O levantamento de informações “fora” dos grupos de jovens foi indicado como fundamental para que estes obtivessem mais informações e para que o relatório não fosse apenas a expressão das impressões do grupo a respeito da situação dos direitos humanos na sua comunidade.

Assim, a sugestão do Grupo Executivo era que, nas discussões sobre o direito escolhido, os grupos parceiros obtivessem indicadores da situação na sua região, como estatísticas elaboradas por órgãos governamentais e levantassem informações junto a pessoas que considerassem relevantes.

Ressaltou-se aos grupos que se preocupassem em fazer uma discussão ampla, procurando abordar diversos aspectos do tema e apresentando diferentes pontos de vista sobre ele, para evitar diagnósticos unilaterais. Assim, sugeriu-se aos grupos parceiros que fizessem, junto com o monitor que acompanhava as suas atividades, um roteiro de temas a serem abordados com cada um dos entrevistados. Por exemplo: para o tema da violência na escola:

- como está a situação;
- a sua tendência nos últimos tempos;
- as suas possíveis causas, como o problema das drogas, das gangues, da falta de lazer, de perspectivas;
- as relações: entre os jovens; professor-aluno; direção-jovens; direção-famílias e comunidade; polícia-jovens;);
- efeitos das políticas, educacionais e em outras áreas - sobre o tema;
- o papel desempenhado por cada um desses sujeitos;
- perspectivas, soluções, alternativas.

Esses temas poderiam ser abordados nas discussões com as diversas pessoas, que apresentariam “olhares cruzados” umas sobre as outras. Com isso, seriam obtidas informações ricas para a análise pelo grupo.

Como o objetivo não era quantitativo, não interessava tanto saber a opinião da maioria, por exemplo, saber quantas pessoas acham que um determinado problema é importante. O objetivo era enriquecer as informações de que o próprio grupo dispunha, para que pudesse elaborar o seu próprio diagnóstico no relatório final.

O Grupo Executivo acreditava que os grupos de jovens deveriam convidar outras pessoas para reuniões no seu próprio espaço e com a participação da maioria ou de um bom número de seus membros. Caso isto não fosse possível, os grupos poderiam entrevistá-las, por exemplo, em seus locais de trabalho, e sugeria-se a participação de vários integrantes, dentre os quais deveriam estar os jovens e os monitores.

O levantamento de informações na comunidade seria complementado pela análise e reflexão coletivas nos próprios grupos. Assim, nas duas situações referidas (reunião do grupo com as pessoas ou entrevistas fora do grupo), era indicado que os grupos de jovens se reunissem para avaliar as informações obtidas: nessas reuniões poderiam sistematizar essas informações, analisá-las e elaborar um pequeno relatório. As reuniões eram necessárias para que o grupo trocasse impressões e desenvolvesse os seus conhecimentos.

3) Os relatórios parciais foram encarados como muito úteis para documentar o trabalho, para elaborar o relatório final e para que cada grupo pudesse “olhar” sobre o caminho percorrido ao longo dos meses. Com os relatórios parciais em mãos, os grupos poderiam apresentar os diversos pontos de vista levantados na comunidade em relação aos temas (por ex., as diferentes opiniões de jovens, pais e professores a respeito da violência na escola), confrontando-os uns com os outros e com o seu próprio ponto de vista.

Para os relatórios parciais (que deveriam ser entregues todos os meses) sugeriu-se que fossem seguidos os seguintes tópicos:

1. Quantas reuniões foram feitas no mês?
2. Com quem o grupo se reuniu? (por exemplo jovens, pessoas da comunidade, professores, líderes comunitários etc.)
3. Quais foram as outras atividades desenvolvidas pelo grupo? (entrevistas, leituras, debates etc.)
4. Qual foi o conteúdo das reuniões e das outras atividades (identificação do tema relacionado a um direito, o reconhecimento mais aprofundado dos seus diversos aspectos e a busca de relações com outros direitos)
 - 4.1. Identificação do tema: o obstáculo ao exercício de um direito ou uma solução existente para o seu exercício;
 - 4.2. Detalhamento do tema: o grupo deveria procurar responder às seguintes questões:
 - as possíveis causas do tema (problema ou solução);
 - as pessoas que são responsáveis ou envolvidas nele;
 - a sua variação no tempo (foi sempre assim? há algum tempo era diferente? pensava-se que poderia mudar? prometeu-se mudanças? houve iniciativas que provocaram mudança?);
 - a sua variação no espaço (em outras regiões e com outras pessoas o problema é o mesmo?)
 - quais as possíveis soluções e alternativas;
 - quais são os diagnósticos e suas possíveis falhas (por exemplo, no debate sobre os problemas da escola, o que a pessoa com quem o grupo se reuniu vê e o que ela não vê, não identifica)
 - quais são as razões do fracasso de eventuais iniciativas e tentativas de mudanças.
 - 4.3. As relações com outros direitos. Essas relações poderiam ser identificadas, basicamente, em dois sentidos:
 - De que maneira os obstáculos ao exercício do direito tratado como tema do relatório são obstáculos relevantes ao exercício de outros direitos: por exemplo, a falta de educação de qualidade torna-se obstáculo ao emprego;

- De que maneira os obstáculos ao exercício de outros direitos são relevantes como obstáculos ao exercício do direito tratado como tema do relatório parcial. Por exemplo, como os obstáculos ao direito ao lazer e à cultura tornam-se relevantes para uma educação de qualidade.

5. Quais os pontos principais de acordo e de discordância do grupo com os entrevistados/convidados em relação ao tema tratado?
6. Quais foram as conclusões do grupo no período de atividades?

O relatório final consistiria numa reformulação do diagnóstico inicial, respondendo novamente àquelas questões, apresentando os diversos pontos de vista, situações exemplares - de privação de direitos, de obstáculos, de práticas consideradas equivocadas pelo grupo e de práticas positivas. Além disso, os grupos de jovens estariam capacitados para discutir diagnósticos formulados por agências governamentais, por ONGs e por organismos internacionais, debatendo-os, criticando-os e formulando diagnósticos alternativos.

O Grupo Executivo propôs, então, para os grupos de jovens um cronograma de entrega de relatórios mensais. Esses relatórios teriam determinadas características, em termos de diagnósticos, análises, de acordo com o andamento do trabalho e do levantamento das informações em relação ao tema selecionado. Foi sugerida também uma data para a entrega do relatório final dos grupos e uma reunião geral de avaliação.

Descrição do processo

1. A elaboração do projeto

Em janeiro de 2.000, começaram a ser feitas várias reuniões entre representantes do *Núcleo de Estudos da Violência*, do *Instituto Sou da Paz*, do *Comunidade Solidária* e do *Observatório Internacional para Assuntos Humanitários*. O ponto de partida foram as reflexões desenvolvidas pelos professores Paulo Sérgio Pinheiro, Ignacy Sachs e Malak Popovic a partir da experiência do *Citizens' Report* elaborado pelo CSE na Índia.

Entre março e maio foi concluído o projeto-piloto que veio a ser desenvolvido na Zona Sul de São Paulo. Os recursos para a implementação do projeto foram levantados junto ao PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a SEDH, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça.

Os principais objetivos do projeto eram levantar informações em nível local sobre as violações de direitos humanos; capacitar os jovens para a observação; fortalecer os grupos e organizações para o diálogo com outros grupos, lideranças e autoridades; e produzir um relato contendo a experiência desenvolvida e as informações reunidas, tornando-as disponíveis para a sua comunidade e outras.

O projeto teria sete meses de prazo para implementação.

O projeto previa a incorporação de quatro grupos de jovens das regiões pobres da cidade.

Foram contatados grupos que já possuíam algum envolvimento com o *Instituto Sou da Paz* em atividades na própria comunidade ou fora dela. Para a seleção dos grupos foram considerados os seguintes critérios: experiência com atividades na própria comunidade, diversidade de atividades desenvolvidas anteriormente, características de sua inserção na comunidade e numa organização não-governamental estruturada e a faixa etária dos jovens envolvidos. Assim, o projeto desenvolveu suas atividades com grupos de jovens que pertenciam a organizações da sociedade civil da Região Sul, mais precisamente Sudeste e Sudoeste.

Ainda na fase preparatória do desenvolvimento do projeto, o Grupo Executivo (composto pelos representantes das entidades mencionadas acima) elaborou as orientações metodológicas básicas para alcançar os objetivos do projeto e tomou as decisões de implementação mencionadas.

2. As atividades de implementação do piloto

Concluída a formulação do projeto, definiu-se a equipe do Grupo Executivo que seria encarregada de coordenar as atividades de implementação. Essa equipe ficou composta por dois representantes do Núcleo de Estudos da Violência e dois do Instituto Sou da Paz. Foram selecionados quatro monitores para o acompanhamento das atividades dos grupos de jovens. Os grupos de jovens selecionados eram pertencentes às organizações: Arco, Trópis, Unas e Chico Mendes.

A primeira reunião com os grupos de jovens consistiu na apresentação das linhas do projeto e na definição e detalhamento preliminares das atividades. Foram apresentados aos grupos alguns aspectos importantes do projeto, como as atividades de capacitação sobre direitos humanos, e a concepção de um trabalho conjunto entre o GE e os grupos observadores para o levantamento de informações na comunidade e a elaboração dos relatos. Os jovens aceitaram as propostas apresentadas e a reunião encerrou-se com um compromisso firmado entre os participantes sobre aquelas bases.

Para as atividades de capacitação em direitos humanos, preferiu-se realizar várias reuniões temáticas com os jovens, ao invés de fazer uma exposição dos conceitos sobre direitos humanos. Essas reuniões versaram sobre o próprio exercício dos direitos humanos e temas relevantes para os jovens.

A primeira reunião destinou-se a debater o exercício dos direitos humanos e os jovens falaram sobre como os entendiam, apresentaram dúvidas e questionamentos. Os membros do Grupo Executivo fizeram, ao final da reunião, uma síntese da reflexão e indicaram como as idéias ali surgidas poderiam ser utilizadas no trabalho a ser desenvolvido pelo grupo durante o projeto.

Na reunião seguinte debateu-se os movimentos sociais e a atuação das organizações da sociedade civil. A reunião começou com o relato da inserção de cada grupo na própria comunidade, seu envolvimento com grupos mais amplos voltados para preocupações distintas daquelas perseguidas pelos jovens. Em seguida, foi analisado o conteúdo de uma síntese sobre os movimentos sociais no Brasil. A preocupação novamente foi, além de transferir para os jovens informações sobre os movimentos sociais, dirigir o debate para que os jovens compreendessem como poderiam utilizá-las para o desenvolvimento do projeto da Rede de Observatórios.

A última reunião temática foi dedicada a debater a questão do desemprego e a fixar os próximos passos de cada grupo para dar o início efetivo aos trabalhos dos jovens nas suas comunidades. Solicitou-se que os grupos debatessem com outros jovens da comunidade qual tema ou direito humano eles consideravam o mais relevante no bairro, que deveria merecer maior foco de atenção e em torno do qual poderia ser feito um aprofundamento para ser mais bem conhecido.

Os quatro grupos estiveram presentes na Universidade de São Paulo, no dia 17 de maio, quando foi realizado o *Workshop* com a presença da Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, Mary Robinson. O Grupo Executivo apresentou as linhas gerais de desenvolvimento do projeto. A participação no evento foi experiência importante para os jovens, por ter dado a dimensão do trabalho que desenvolviam.

A partir desses debates, os grupos de jovens apresentaram o direito humano que consideravam ser mais relevante para ser observado na localidade. Essa escolha inicial de temas a serem observados foi sendo aprimorada ao longo dos primeiros meses de desenvolvimento do projeto. Em função de reflexões mais profundas, troca de experiência e sugestões com os membros do Grupo Executivo e com organizações da própria comunidade é que os grupos de jovens se dedicaram a temas que se afastaram da questão da escola, enquanto realidade que afeta diretamente a existência de jovens dessa faixa etária (17 a 24 anos).

Em seguida, os jovens começaram a desenvolver o seu trabalho de observação. Para subsidiar e orientar o trabalho dos jovens, o Grupo Executivo, fez reuniões periódicas com os grupos e os monitores que acompanhavam as suas atividades.

O Grupo Executivo produziu alguns documentos com orientações sobre a forma de desenvolvimento das reuniões dos grupos e também de um roteiro de trabalho para os monitores (com orientações sobre as formas de acompanhamento dos grupos de jovens por parte dos monitores contratados para esse fim). Aos monitores caberia garantir o processo, acompanhando as reuniões e outras atividades dos grupos na comunidade, orientando-os sempre que necessário quanto ao rumo das atividades propostas, registrando as atividades e os seus resultados.

O acompanhamento das atividades dos jovens pelos monitores permitiria a troca de informações e experiência entre os grupos e o Grupo Executivo durante o desenvolvimento do projeto. Uma das orientações fundamentais foi o respeito ao processo participativo, garantindo a formulação de deliberações e propostas para o projeto. Procurou-se ressaltar o sentido pedagógico do projeto, tanto para o aprendizado dos direitos humanos como para a capacitação para a observação.

No início das atividades do projeto, alguns grupos enfrentaram dificuldades em criar uma dinâmica própria, adequada ao sentido previsto, de voltar-se à observação de questões específicas, relacionadas às violações de direitos humanos na sua comunidade. Essas primeiras dificuldades foram contornadas através do acompanhamento mais intenso dos monitores junto aos grupos e de reuniões feitas do Grupo Executivo com os grupos e com os monitores.

O projeto previa o repasse, para as ONGs, de uma quantia mensal para o seu desenvolvimento. Os jovens receberam parte dos recursos, pois eles foram os responsáveis pela apresentação de resultados como relatórios, participação em reuniões e outras atividades.

3. O trabalho dos grupos

Os grupos de jovens deram início aos trabalhos de observação dos temas selecionados através de reuniões com outros jovens da comunidade e do contato com lideranças de organizações que atuam na localidade. A principal estratégia utilizada por dois grupos (Arco e Chico Mendes) foi a elaboração de um questionário, destinado a recolher informações sobre a violência e a cultura nas respectivas localidades e as percepções que os jovens apresentavam. Os grupos sintetizaram as informações recolhidas em seus relatórios parciais. Esses levantamentos exploratórios tiveram peso importante no desdobramento do trabalho dos jovens porque motivou um diálogo mais intenso com outros jovens da comunidade, permitiu um amadurecimento das reflexões sobre os direitos humanos e possibilitou também identificar com maior acuidade a dimensão do direito que o grupo havia eleito como foco de sua observação. Esses levantamentos foram instrumentos para ampliar a consciência dos jovens sobre o seu tema de trabalho, sem pretender que suas informações tivessem validade geral.

O trabalho dos jovens foi acompanhado pelos monitores, que foram os seus interlocutores diretos para a seleção das atividades, a definição da forma de levantamento de informações, a fixação dos procedimentos necessários para realização de reuniões e a elaboração dos relatórios parciais. Os monitores também foram os responsáveis, junto aos jovens, pelas orientações quanto ao conteúdo das atividades em relação aos direitos humanos.

Ao final do segundo mês de atividades, foi feita avaliação parcial do projeto, quando considerou-se fundamental uma maior aproximação entre o Grupo Executivo, os monitores e os jovens em suas atividades quotidianas, a fim de superar problemas como a falta de dinamismo das atividades dos grupos, as dificuldades de elaborar uma pauta própria para a observação, de interpretar os resultados de suas atividades e de redigir os relatórios parciais. Os grupos de jovens apresentavam diferentes graus de envolvimento com o projeto, característica que se manteve ao longo do processo de trabalho. Um dos grupos foi desligado do projeto por não apresentar o envolvimento esperado e foi constituído um novo grupo de jovens no Jardim Jacira para integrar os Observatórios. Esse grupo escolheu o direito ao emprego como foco para o seu trabalho de observação.

Neste momento, a capacitação dos jovens para a observação tornava-se o principal objetivo, cuja realização era condição para o sucesso de todo o projeto. Os membros do Grupo Executivo passaram a visitar e a reunir-se periodicamente com os grupos de jovens em suas próprias sedes. Isso aprimorou a continuidade do trabalho dos grupos de jovens os quais, com a orientação dos monitores, começaram a elaborar os primeiros relatórios de suas observações.

O levantamento de informações passou a ser feito em reuniões com pessoas envolvidas com os temas, tanto membros da sua comunidade como autoridades públicas. Além disso, os jovens foram colocados em contato com indicadores produzidos por agências públicas de informações, como o IBGE e a SEADE.

No mês de agosto de 2000, o Grupo Executivo elaborou uma *Newsletter* denominada "Observatório de Jovens" para a *Mesa-redonda sobre Observatórios de Direitos Humanos/Radares do Desenvolvimento Humano em Rede para a Preparação dos Relatórios de Cidadania* coordenada pelo professor Paulo Sérgio Pinheiro e com a participação do Embaixador Gilberto Saboia, Secretário de Estado dos Direitos Humanos, e do Prof. Jacques Marcovitch, Reitor da Universidade de São Paulo. Os jovens e os membros do Grupo Executivo fizeram o relato de sua experiência no evento, de que participaram estudantes universitários, jornalistas, membros de OSCs.

As atividades rotineiras dos jovens consistiram em coletar dados e informações sobre o tema de seu interesse. Para tanto, além dos questionários que aplicaram na comunidade e especificamente junto a jovens, tomaram diversos depoimentos, realizaram entrevistas com atores representativos para a compreensão do tema escolhido. Os jovens também continuaram a realizar reuniões e contatos com outros jovens de sua comunidade. Mês a mês realizavam relatórios parciais com a sistematização das informações coletadas e com a transcrição de depoimentos e entrevistas, que eram apresentados para os membros do Grupo Executivo. Esses relatórios parciais eram importantes para que os

jovens fizessem um balanço de suas atividades e determinassem com os monitores e com os membros do Grupo Executivo as alternativas disponíveis para a continuidade do trabalho.

O Grupo Executivo realizou entrevistas aprofundadas com os jovens, com o objetivo de delinear o seu perfil individual. As entrevistas buscavam também: obter informações sobre a trajetória das famílias dos jovens, suas origens, suas atividades profissionais, comunitárias e sua vida no bairro; identificar as características da vida no bairro através do olhar dos jovens observadores; registrar a percepção dos jovens em relação ao projeto. Muitas informações obtidas nestas entrevistas integram o presente Relatório de Cidadania.

No final de novembro, foi realizada uma reunião de apresentação, pelos grupos de jovens, dos resultados das suas atividades de observação. Nessa oportunidade além dos relatórios que sintetizaram a experiência de observação, os jovens trouxeram mapas e levantamentos dos equipamentos sociais e serviços, bem como as organizações e grupos culturais, existentes nas suas comunidades.

No mês de janeiro de 2001, os jovens participaram de oficinas de produção de textos, para elaborarem um jornal no qual pudessem apresentar – na linguagem que consideram mais adequada - o material produzido pelos Observatórios. Em dois dias de trabalho, todos jovens envolvidos no projeto elaboraram, com a orientação de especialistas, o jornal, que denominaram LUPA. O jornal foi utilizado para a divulgação dos resultados do projeto entre os jovens e comunidades.

Além das atividades de produção do LUPA, os jovens, durante o primeiro semestre de 2001, participaram das atividades de produção do Relatório de Cidadania. Com base nos relatórios parciais e no relatório final apresentado pelos grupos cada um dos monitores que acompanhou o processo elaborou uma minuta de um texto sobre como o grupo trabalhou o tema selecionado e quais foram as principais informações levantadas no âmbito de sua comunidade.

Esse texto foi apresentado aos jovens que fizeram alterações e adicionaram informações que consideravam relevantes. O passo seguinte foi a realização de um encontro dos jovens, dos monitores e dos membros do GE com especialistas em cada um dos temas observados (lazer e cultura, educação, emprego e violência) para um debate sobre o texto produzido pelos jovens e monitores. Os especialistas, pelo menos dois em cada tema, comentaram os textos, fizeram sugestões e apresentaram propostas de continuidade para o trabalho de observação. Os jovens e os monitores retificaram os textos naquilo que consideraram necessário.

Resultados do piloto e dificuldades

Do ponto de vista do projeto-piloto, os principais resultados alcançados pela experiência foram os seguintes:

Geração de informações qualitativas de âmbito local: foram produzidas informações inéditas a respeito dos bairros nos quais o piloto foi implementado. Essas informações relativizam os dados genéricos existentes sobre a situação no distrito, pois levaram em conta as peculiaridades da situação local.

Coleta de depoimentos privilegiados sobre os temas selecionados. Alguns grupos obtiveram depoimentos bastante significativos de outros moradores da comunidade, que certamente só podem ser obtidos neste tipo de abordagem. Um dos grupos (Arco) obteve depoimentos de mulheres vítimas de violência sexual que pela primeira vez relataram os abusos sofridos e o depoimento de um jovem envolvido em um episódio de linchamento, descrevendo detalhadamente o caso e as motivações do crime, compondo um quadro de extrema gravidade, que dificilmente poderia ser observado por agentes externos a esta comunidade.

Maior compreensão por parte dos jovens sobre os Direitos Humanos. Embora os grupos de jovens envolvidos no projeto tivessem uma formação ou vivência de engajamento em movimentos sociais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos lhes era praticamente desconhecida. A vivência da prática de observação e o debate sobre as violações de direitos humanos presentes na comunidade em que vivem, aliados a uma leitura permanente da Declaração, deram base para a construção de um sentido tanto mais local como concreto para os direitos.

Capacitação dos jovens para o debate e o diagnóstico sobre a situação dos direitos humanos na comunidade. O envolvimento dos grupos de jovens no processo constante de observação da situação dos direitos humanos na sua comunidade, contribuiu para capacitá-los para uma descrição e avaliação mais criteriosa da realidade local. Ao mesmo tempo, o contato desenvolvido com diferentes agentes, estatais ou não, apontaram para possíveis formas de solucionar as violações de direitos humanos presentes na comunidade.

Aprimoramento da capacidade de expressão e comunicação. A maior capacidade de observação dos problemas locais, aliada à prática de redação de relatos descritivos e reflexivos sobre esses mesmos problemas resultaram em um aprimoramento das capacidades de comunicação (oral e escrita) dos grupos de jovens. Ao final do processo, os grupos exercem um maior domínio sobre seu discurso, elaborando-o com mais clareza apesar das dificuldades de redação.

Formação de uma experiência comum dos direitos humanos entre os jovens participantes do projeto. Como afirmamos, a implementação participativa possibilitou que os jovens compartilhassem o aprendizado sobre os direitos humanos e a observação das suas comunidades, formassem um espaço próprio de discussão e trabalho; comesçassem a formular um diagnóstico compartilhado sobre as violações, os obstáculos e as boas práticas que possibilitem a ampliação da efetividade dos direitos humanos.

Difusão de informação dentro das comunidades. As informações obtidas pelos jovens, tanto sobre os direitos humanos, como sobre agências de proteção ou promoção de políticas públicas relacionados aos temas observados são na maioria das vezes desconhecidas da comunidade. Seja divulgando cartazes recebidos, seja participando de reuniões internas das associações, os jovens difundiram informações novas na localidade onde atuam. O grupo da Arco, por exemplo, distribuiu cartazes com o número de telefone da Ouvidoria de Polícia; organizou encontros no Instituto Cardeal Rossi, que trabalha com jovens infratores, onde passou filmes e promoveu debates sobre a questão da violência.

Nova forma de relacionamento dos jovens com a comunidade. A ênfase dada à idéia de observação acabou por resultar em um interesse crescente dos jovens pelas questões locais. O difícil processo de desnaturalização da realidade local, de estranhamento em relação às dificuldades quotidianas, ampliou o contato dos jovens com questões antes desconhecidas ou que provocavam pouco interesse de sua parte. Esse “novo olhar” tornou mais interessante para os jovens o debate sobre sua localidade e sobre as possíveis alternativas de mudança dessa mesma realidade.

Integração em rede dos jovens envolvidos no projeto. O contato dos grupos com diferentes agentes sociais, e as diferentes abordagens trabalhadas ao longo do projeto, abrem a possibilidade para a estruturação de redes observadoras de direitos humanos. Um exemplo, positivo nesse sentido foi a elaboração do jornal Lupa, reunindo as informações recolhidas pelos quatro grupos, realizada no final do projeto.

Dificuldades do Piloto

Ao mesmo tempo, o projeto-piloto permitiu a identificação de algumas dificuldades para a implementação do trabalho:

O conhecimento dos jovens com relação à pauta dos direitos humanos. A experiência indicou que os jovens envolvidos no projeto tinham poucas e fragmentadas informações sobre os instrumentos de promoção e proteção aos direitos humanos. A familiarização dos jovens com aqueles instrumentos se mostrou em parte insatisfatória enquanto se restringiu às questões mais abstratas e jurídicas. A abordagem da pauta dos DH mostrou-se eficaz quando fincada nas experiências dos participantes e nas dimensões concretas dos direitos.

Dificuldade no processo de levantamento de informações e de descrição da realidade local onde vivem os jovens. A implementação participativa tomou como ponto de partida as concepções que os participantes tinham de sua realidade. Não é simples o processo de observação crítica e detalhada sobre o cotidiano em que se vive, principalmente quando se trata de observar e debater privações, muitas aceitas como inevitáveis, ou extremamente constrangedoras para serem discutidas. A sua concepção de realidade e valores sociais tornou-se, em alguns momentos obstáculo para a observação. No início do processo, alguns consideravam as condições do bairro naturais e sem interesse para o relato ou achavam que as informações que dispunham sobre seu bairro eram suficientes e seria desnecessário ir além. Em algumas questões as suas

concepções e juízos de valor limitaram o desenvolvimento das atividades atribuindo, por exemplo, a responsabilidade total sobre os problemas de uma escola a uma diretora, ou emitindo juízos de valor sobre a vida pessoal de jovens que se envolveram com a violência. Esse diálogo, às vezes tenso, apareceu durante o trabalho de observação e também nas discussões posteriores.

Dificuldade de elaboração de registros escritos. O texto é o elemento fundamental para o registro e difusão das informações coletadas pelos jovens. Nesse sentido, as dificuldades em elaborar os registros escritos também se refletem na organização do presente *Relatório de Cidadania*. Há necessidade de se desenvolver um conjunto de atividades voltadas para maior preparação dos jovens para essa tarefa.

Limitações do tempo de vigência do projeto. Para os objetivos principais do projeto (observação, registro, capacitação) há necessidade de um período maior de vigência do projeto.

Balanço das informações obtidas e perspectivas

As informações levantadas pela observação apontam algumas questões para a continuidade do projeto; outros temas surgiram da percepção de que a observação voltou-se mais para a documentação de violações dos direitos em particular do que para a situação dos direitos em seu conjunto. Além disso, nem todos os grupos chegaram a observar iniciativas de promoção dos direitos humanos, seja pelo tempo do piloto ou por problemas que os grupos enfrentaram no desenvolvimento do trabalho, seja porque aquelas iniciativas simplesmente não existiam nas localidades observadas.

Os relatórios e as análises produzidos pelos observadores foram discutidos em seminário com pesquisadores e membros de OSCs, que se dedicam aos temas observados. No seu debate com a equipe do projeto foram levantadas diversas questões que servirão para informar as linhas da continuidade do projeto.

Apresenta-se, a seguir, o balanço do trabalho de cada um dos grupos.

O grupo Arco traz informações sobre homicídios que resultam de conflitos interpessoais e da ação de justiceiros. Essas informações relativizam diagnósticos oficiais que atribuem os homicídios e as chacinas a conflitos entre traficantes ou outros conflitos entre grupos de crime organizado. Suas observações confirmam que a demanda por segurança pública significa não a ação da polícia, a qual os jovens e outros moradores vêem com fortes reservas, mas o acesso ampliado à justiça, no sentido de formas participativas de resolução de conflitos. Do mesmo modo, vê-se a grave situação da violência doméstica e, mais amplamente, de gênero e a necessidade de maior apoio às suas vítimas e às testemunhas.

Durante o debate com os jovens, Flávia Schilling apontou para o fato de que a percepção da violência induz as pessoas ao isolamento, enquanto a ampliação do exercício dos direitos humanos necessita da informação, do contato, do apoio mútuo, proporcionado por associações e agências estatais. Nesse sentido, indicou o relevante papel a ser desempenhado pela continuidade do projeto, precisamente na medida em que os grupos tornam-se pontos de apoio e encaminhamento para as vítimas, bem como espaços de referência para os participantes e outros, naquilo que chamamos a formação de uma experiência comum dos direitos humanos pelos jovens, proporcionado pelos grupos integrados ao Observatório. Ela também ressaltou o caráter perverso das práticas de investigação policial que suprem a falta de investigações técnicas com a formação de evidências baseada no depoimento das vítimas e testemunhas, bem como na confissão dos acusados. Com isso, o peso da acusação e das evidências é jogado para as vítimas e testemunhas, que suportam ameaças e pressões de toda ordem ao longo dos processos.

No mesmo debate, Luís Antônio Francisco de Souza afirmou que os jovens deveriam tratar o controle da violência de forma mais ampla, o qual não se limita à ação da polícia e da justiça criminal. Ele salientou o isolamento entre a polícia e as pessoas da comunidade como gerador de uma relação de medo recíproco, não só dos jovens em relação aos policiais, mas também no sentido inverso. O tema gerou polêmica com os jovens - para os quais os policiais não têm medo deles nem de outros moradores. Luís Antônio salientou que a expe-

riência da polícia comunitária visa reduzir essa distância e merece ser avaliada de forma adequada.

O trabalho do tema da violência com as jovens do grupo Arco resultou em importantes discussões com os membros do Grupo Executivo e monitores e, mesmo tensões, devido às divergências em relação à alguns aspectos do tema. Assim, os membros do GE e os monitores compartilham uma crítica à violência em geral, considerando injustificáveis a auto-defesa, o exercício privado da justiça, que se dá sob a forma de linchamentos ou da ação de justiceiros. As jovens consideraram que esse tipo de violência reativa era justificada em algumas ocasiões, pois “a Avenida São Paulo [localizada no Jardim Angela] não é a Avenida Paulista”. A conduta não-violenta valeria apenas para bairros de classe média e alta, sendo impossível e, mesmo, inadmissível nos bairros da periferia. Essas discussões mantiveram-se ao longo do projeto e as divergências não foram superadas, e mostram a necessidade de que a difusão dos direitos humanos não se limite à troca de informações, mas a discussão aprofundada sobre questões de princípio, dentro de uma visão integrada e em função do contexto social em que se dá a experiência dos jovens.

Esses resultados colocam alguns temas para a continuidade do projeto da Rede de Observatórios: a comparação das informações levantadas com os dados estatísticos e a situação em outros bairros; a avaliação dos impactos locais de polícia comunitária e a legitimidade social da não-violência.

O grupo UNAS indica os desafios da escola, cujo papel é bastante importante para as comunidades, não só para a transmissão de conhecimentos, mas também para a promoção de atividades culturais e de formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho, como apontam os relatos dos grupos Chico Mendes e do Jardim Jacira. Porém, é bastante questionada a forma de atuação predominante das escolas públicas, segmentadas em relação à comunidade, que não propiciam a participação dos jovens e, mesmo, tornam-se espaços de violações de seus direitos. Os jovens apontam como alternativa a integração da Escola com a comunidade, com a participação de pais, alunos e lideranças comunitárias na tomada de decisões da escola, a abertura desta a atividades comunitárias, bem como às de cultura e lazer dos jovens. O contraste entre escolas de um mesmo bairro resulta do fato de que os diretores de escola têm total autonomia para decidir sobre essa e outras questões. Como toda estrutura organizacional que mantém autonomia decisória dos responsáveis pelas organizações particulares, essa situação permite boas práticas locais, mas também acarreta a falta de uniformidade da política educacional em relação ao tema integração da escola com a comunidade. Os jovens indicaram um certo consenso em relação à escola-ideal e mostraram também as divergências entre os diretores em relação aos meios de alcançá-la, opondo-se uma visão defensiva e segmentada a uma visão prospectiva e integrada diante do complexo problema do papel da escola face às necessidades e demandas da comunidade. Assim, diante da violência nas escolas, temos diretores que chamam a polícia para deter os alunos e outro que vai busca o diálogo com esses alunos e seus pais, nas suas próprias casas.

A adesão dos jovens à “escola que funciona” foi objeto de questionamento e interessante debate com os pesquisadores convidados, Helena Singer e Maurício Érnica. Para Helena Singer, a “boa escola” funciona apesar do modelo

escolar, pois inova e abre espaços de comunicação nas bordas, nos interstícios da malha da escola como uma instituição fechada, cujo objetivo é precisamente representado pela “escola que não funciona”. Mas esse fracasso é só aparente, pois realiza a sua função - produzir jovens dóceis e obedientes e preparados para o trabalho desqualificado que a sociedade capitalista espera deles. Maurício Érnica concordou com os jovens em relação à “escola que funciona”, argumentando que o papel da escola é, além de proporcionar aos alunos o acesso a habilidades e qualificações fundamentais, necessárias para o trabalho e outros aspectos da sua vida, o de promover o acesso dos jovens à cultura. Com isso, Helena Singer concordou, pois as oportunidades diferenciais da sociedade capitalista não dependem tanto de habilidades adquiridas na educação formal oferecida pela escola, mas pelo “capital social” das famílias. A escola pode proporcionar a ampliação do acesso a esse capital das mais variadas formas, desde que abandone o seu modelo de instituição fechada.

As informações levantadas e as discussões indicam alguns pontos para a continuidade do projeto: a avaliação melhor da “escola que dá certo”, o acompanhamento do impacto local de programas de apoio à escola pública e a comparação, pelos jovens, da sua avaliação da escola pública com as realizadas pelos agentes públicos responsáveis pelas políticas educacionais.

O grupo Chico Mendes mostrou a inexistência de equipamentos públicos de cultura e lazer e a demanda dos jovens em relação a eles. Mais do que atividades para manter os jovens ocupados e evitar que eles cometam atos violentos, o grupo de jovens compreendeu o acesso à cultura como uma forma própria de expressão do modo pelo qual estão inseridos/excluídos da sua comunidade e da sociedade. Assim, consideram que o apoio público vá além de tornar disponíveis a eles espaços de consumo de produtos culturais, pois demandam o reconhecimento da sua produção e a de outros jovens. O levantamento dos grupos de música, de teatro, de esporte e de lazer na sua comunidade mostra a atividade voluntária de pessoas que se dispõem a compartilhar seus saberes e experiências, apesar dos importantes obstáculos, sobretudo materiais, que enfrentam. Isso mostra o importante papel que pode ser desempenhado tanto pelo poder público como por Organizações da Sociedade Civil no enriquecimento das possibilidades de expressão dos jovens.

Na discussão com os jovens, Helena Abramo e Luciana Mendonça destacaram a importância da produção cultural das comunidades, ainda que não alcancem muita visibilidade. Helena Abramo acentuou que a dimensão subjetiva da realização dos jovens através de manifestações culturais tem sido pouco enfatizada pelo debate atual sobre políticas culturais. Luciana Mendonça notou que os jovens levantaram a falta de acesso a diferentes formas de produção cultural (erudita, de massa e popular), mas não exploraram suficientemente as diferenças e as tensões entre elas. Ambas chamaram a atenção para a multiplicidade das formas de manifestação da produção local e a dificuldade dos agentes públicos em reconhecê-las e promovê-las.

A continuidade do projeto poderá voltar-se para a avaliação de programas de ação cultural promovidos por OSCs na periferia, a comparação da situação observada no Capão Redondo com a de outros bairros e, ainda, o conhecimento dos debates sobre a cultura popular, de massa e erudita.

Para além dos dados estatísticos, os quais mostram que o desemprego atinge seus níveis mais altos entre os moradores de bairros da periferia e, dentre eles, os jovens, o grupo do Jardim Jacira mostrou a face humana das dificuldades dos jovens em busca de trabalho, especialmente o seu primeiro emprego. Passando por dificuldades econômicas - freqüentemente, muito graves - confrontados com demandas familiares e de seus próximos por uma situação estável, de um ponto de vista social e econômico, e alimentando expectativas de acesso ao consumo e realização pessoal, os jovens enfrentam sérias dificuldades de realizar o objetivo do primeiro emprego. Desilusões, fragilidade face aos seus próximos, dificuldades financeiras, discriminação de empregadores e de outras pessoas de "posição", os jovens mostraram a face humana e a dimensão perversa das transformações na estrutura ocupacional, provocadas pelas mudanças tecnológicas e econômicas da última década. Além disso, perceberam os limites do acesso ao emprego, que muitas vezes significa, além de baixos salários, precariedade e desrespeito aos direitos trabalhistas. Eles verificaram também a insuficiência dos programas de apoio a desempregados e de qualificação dos jovens para o mercado de trabalho.

A compreensão do grupo de que a saída estaria na maior qualificação individual dos jovens foi objeto de debate com os pesquisadores convidados. Ana Luíza Souto apontou a relação entre emprego e políticas sociais mais amplas, pois, ao melhorar as condições do bairro, estas criam - direta e indiretamente - oportunidades de emprego, tanto pela geração de postos locais como no maior acesso a outras vagas do mercado de trabalho. As políticas sociais melhoram sob diferentes pontos de vista o ambiente geral de exercício dos direitos humanos. Eduardo Noronha apontou o papel da escola para o mercado de trabalho, não tanto no sentido de preparar os jovens para a obtenção de emprego, mas para manter os jovens na escola e melhorar a sua formação cultural, com o que eles são afastados do ingresso precoce no mercado de trabalho com uma formação educacional precária. A escola pode promover também outras ocupações remuneradas para os jovens, no sentido de identificar oportunidades locais e disponibilizar o treinamento e acesso ao instrumental mínimo necessário para elas. A questão da opção sobre o ingresso no mercado de trabalho teve diferentes ênfases, pois Eduardo Noronha apontou para a relevância de fatores culturais, como as escolhas e projetos familiares na decisão do jovem de procurar emprego, e Ana Luíza ressaltou as necessidades enfrentadas pelos jovens diante da insuficiência e precariedade dos postos disponíveis.

Assim, a continuidade do projeto no Jardim Jacira aponta para a avaliação do impacto de políticas de inserção dos jovens no mercado de trabalho, a exploração das relações entre educação e emprego, bem como as alternativas de ocupação em relação ao emprego formal.

As lições do piloto e a proposta de continuidade

A partir da experiência piloto desenvolvida em São Paulo, é possível indicar que os resultados alcançados foram positivos e podem ser ampliados numa fase de continuidade. Os grupos de jovens terão a oportunidade de aprofundar o trabalho de observação sobre as violações e diversificar o tema ao qual se dedicaram no piloto. As considerações acima apontam algumas diferenças, entre os jovens e os pesquisadores, de ênfase e de avaliação sobre o sentido da observação. A comparação entre o plano de trabalho e os resultados obtidos indica que os jovens concentraram-se sobretudo nas violações e avançaram pouco na formulação de uma visão integrada dos direitos humanos. Assim, a continuidade irá enfatizar esses aspectos.

Em outra direção, a observação será dirigida para avaliar o impacto, entre os jovens, de ações inovadoras, como políticas públicas, programas de ação de organizações da sociedade civil e outras boas práticas. Neste sentido, a observação do presente Relatório identificou boas práticas locais no campo do direito à educação, como é o caso das inovações implementadas pela direção da Escola Campos Salles, no bairro de Heliópolis, e do direito à cultura, como são as iniciativas culturais de Associações e dos jovens no Capão Redondo. O Observatório partirá dessas e de outras iniciativas para identificar os seus efeitos sobre os jovens, a sua percepção dos direitos humanos. Desse modo, procurará contribuir para a avaliação dessas ações e a formulação alternativas de promoção de direitos humanos.

A continuidade permitirá também consolidar as OSCs e, em particular, os jovens envolvidos, como geradores e difusores de informações nas suas comunidades sobre a situação dos direitos humanos e dos meios para promovê-los e protegê-los.

Além de possibilitar a consolidação do trabalho com grupos de jovens, a continuidade do projeto utilizará a rede de contatos já estabelecida entre as OSCs para a conectar com novos parceiros para ampliar os Observatórios. Outras OSCs serão convidadas na condição de Observadores Locais; outras instituições acadêmicas integrarão o Grupo de Trabalho Local e outras organizações da sociedade civil com experiência em direitos humanos serão convidadas para o trabalho de intermediação com outras OSCs.

A continuidade e expansão da Rede de Observatórios procurará, dentro da estratégia de trabalho adotada até aqui, aprimorar as formas de geração de informações qualitativas no âmbito das comunidades envolvidas para torná-las comparáveis com as produzidas por agências oficiais, OSCs e instituições de pesquisa. Com isso, as informações levantadas pelos Observadores Locais serão fontes relevantes para a compreensão da situação dos direitos humanos não só da comunidade onde atuam mas também para outras localidades.

O piloto desenvolvido em São Paulo foi o primeiro passo para iniciar a formação de uma Rede de Observatórios de Direitos Humanos. Nesse sentido, a continuidade da experiência do Observatório de Jovens permitiria a expansão e consolidação da rede, pois estará conectado a projetos de Observatórios em fase de implantação, envolvendo outras temáticas e diferentes arranjos institucionais.

Sobre os dados quantitativos apresentados nos Boxes e Tabelas

A contagem da população do IBGE de 1996 foi a fonte para os dados sobre o número de habitantes (IBGE, 1996).

A taxa de homicídios baseou-se em dados oficiais do Estado de São Paulo, compilados pela Fundação SEADE (SEADE, 2000)

Dados dos distritos do município de São Paulo (Jardim Ângela, Sacomã e Capão Redondo):

Para a distribuição etária da população e a porcentagem da população que reside em favelas, a fonte foi a contagem da população do IBGE de 1996.

Para a distribuição de renda, foram utilizados os dados compilados por Aldaísa Sposati (SPOSATI, 2000), cuja fonte são as pesquisas “Metrô origem/destino, 1997”.

Para a escolaridade da população, foram utilizados dados compilados pela Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo (SEMPLA, 2000), a partir da contagem da população do IBGE, de 1996.

Os dados sobre o número de leitos hospitalares constam do Relatório de Pesquisa da Organização Mundial da Saúde (CARDIA e SCHIFFER, 2000), que utilizou dados do Banco de Dados Populacionais da Sempla, Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo.

Dados do município de Itapeirica da Serra:

Para a taxa de crescimento populacional e o número de leitos hospitalares, foram utilizados dados da Contagem de População do IBGE de 1996.

Dados sobre o Jardim Jacira:

Para a distribuição etária e a escolaridade da população, foram utilizados dados fornecidos pela Unidade Básica de Saúde do Jardim Jacira.

- ADORNO, Sérgio, LIMA, Renato Sérgio, BORDINI, Eliana B.T., 1999. *O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo*. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 77p.
- ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (org.), 2000. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos - Novas Leituras*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 538 p.
- BOONEN, Petronella Maria, 2000. *Sobre a Vida em Uma Rua Violenta: Percepções de seus Moradores*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 125 p.
- BRASIL, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contagem Populacional de 1996*. Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- CARDIA, Nancy, 1999. *Primeira pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação a violência em 10 capitais brasileiras*. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos humanos, 118 p.
- ____ e SCHIFFER, Sueli Ramos, 2000. *Urbanization, Youth and Risk Factors for Substance Abuse: São Paulo Secondary Data Analysis*, World Health Organization, Relatório de Pesquisa.
- CENTER FOR SCIENCE AND ENVIRONMENT, 1985. *The State of India's Environment 1984-5, The Second Citizens Report*. New Dehli, Ed. do CSE, 395 p. INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FLORESTAN FERNANDES, 2000, *São Paulo: dinâmicas e transformações – indicadores demográficos, sociais, econômicos e urbanísticos por zonas e distritos*.
- ITAPECERICA DA SERRA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO JARDIM JACIRA. *Levantamento de dados do Distrito do Jardim Jacira*. Itapeirica da Serra, dat.
- PERALVA, Angelina, 2000. *Violência e Democracia - o Paradoxo Brasileiro*. SP, paz e Terra, 217 p.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio, 1998. *São Paulo sem Medo: um diagnóstico da violência urbana*. SP, Ed. Garamond.
- ____, MESQUITA NETO, Paulo, 1999. *Primeiro Relatório de Direitos Humanos/ Direitos Humanos: realizações e desafios*. SP, Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência, 135 p.
- SACHS, Ignacy. *O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos*. Revista de Estudos Avançados, 12(33):149-156, maio-agosto, 1998
- SÃO PAULO, FUNDAÇÃO SEADE, 2000. *Pesquisa Origem-Destino realizada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo em 1997*. SP, CD-Rom.
- ____, ____ , 1999. *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*. SP,
- SÃO PAULO, SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEMPLA), 2000. *São Paulo em números*. São Paulo, Ed. da SEMPLA.
- SARTI, Cynthia Andersen, 1996. *A Família Como Espelho - um Estudo sobre a Moral dos Pobres*. SP, Ed. Autores Associados, 127 p.
- SPOSATI, Aldaiza (coord.), 2000. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo 2000: dinâmica social dos anos 90*. Instituto PÓLIS, INPE, NEPSAS/PUC/SP, CD-ROM.
- SOUTO, Anna Luiza Salles e ALMEIDA, Elmir de. *Jovens: Políticas Públicas – Mercado de Trabalho*. São Paulo: Pólis, 2000.

